

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ROBERTA BORGES DE MEDEIROS FALCÃO**

**O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO**  
**SEMI-ÁRIDO NORDESTINO:**  
**UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE MIRANDAS, CARAÚBAS/RN**

**NATAL - RN**

**2005**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ROBERTA BORGES DE MEDEIROS FALCÃO**

**O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO**

**SEMI-ÁRIDO NORDESTINO:**

**UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE MIRANDAS, CARAÚBAS/RN**

**Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.**

**Orientador:  
Prof. Dra. Severina Garcia de Araújo**

**NATAL – RN**

**2005**

**ROBERTA BORGES DE MEDEIROS FALCÃO**

**“O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEMI-ÁRIDO  
NORDESTINO: um estudo de caso na comunidade de Mirandas,  
Caraúbas/RN”**

Dissertação apresentada à Pós-  
Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio Grande  
do Norte como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em  
Serviço Social.

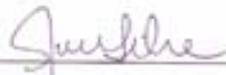
Aprovado em 02 de dezembro de 2005

**BANCA EXAMINADORA**



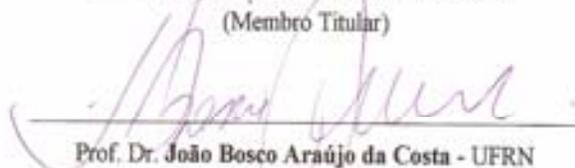
Profª Drª Severina Garcia de Araújo -UFRN

Presidente (orientadora)



Profª Drª Telma Gurgel da Silva - UERN

(Membro Titular)



Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa - UFRN

(Membro Titular)

Profª Drª Silvana Mara de Moraes dos Santos - UFRN(Suplente)

Ao meu pai Avelino Vieira de Medeiros (*in memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

À Deus, o Grande defensor dos excluídos e das classes subalternas, por ter me proporcionado a experiência tão gratificante do PROASNE na comunidade de Mirandas/Caraúbas e ter estado comigo em todos os momentos, dando-me orientação e ânimo.

À minha orientadora Severina Garcia de Araújo pela orientação e disposição para as exaustivas leituras ao longo da elaboração desta dissertação e pela contribuição fundamental na minha formação, inculcando em mim o gosto pela pesquisa e o rigor acadêmico. Aos professores João Bosco e Paulo Palhano que deram excelentes contribuições no meu exame de qualificação.

Aos agricultores e agricultoras familiares do município de Caraúbas, em especial da comunidade de Mirandas, que tão bem me acolheram, compartilharam comigo o sonho da construção do desenvolvimento local sustentável, viabilizaram este trabalho e me proporcionaram um acúmulo de vivência e conhecimento.

A meu marido Reginaldo e às minhas filhas Maria Luísa e Ana Raquel que, nestes dois anos, suportaram a privação de tempo e atenção sem arrefecer o amor e o companheirismo.

Ao meu pai Avelino Medeiros (*in memorium*) sertanejo de fibra, verdadeiro amante do conhecimento, que com seu exemplo me incentivou a amar a leitura, e a minha mãe, Edine Medeiros, pelo amor incondicional que me tem dedicado durante minha trajetória pela vida.

A todas as instituições parceiras que possibilitaram a realização do trabalho do Projeto de Águas Subterrâneas no Nordeste do Brasil (PROASNE) em Mirandas e no município de Caraúbas, em especial a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) da qual sou funcionária, por me liberar vários dias para escrever esta dissertação e a Canadian International Development Agency (CIDA) pelo financiamento desta pesquisa.

## RESUMO

O semi-árido brasileiro é um imenso território, correspondendo a um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e agrupamentos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado encontram-se problemáticas próprias à região (a questão hídrica, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres).

A problemática é intrincada e necessita de uma visão de totalidade para uma compreensão que ultrapasse o senso comum que a considera região problema, e perceba o semi-árido como espaço de viabilidade para onde devem convergir novas análises sobre a mesma, suas conquistas, limites, desafios e políticas públicas estratégicas que garantam o desenvolvimento sustentável.

A dissertação analisa a experiência do Projeto de Águas Subterrâneas no Nordeste do Brasil (PROASNE) em parceria com a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) na comunidade rural de Mirandas, município de Caraúbas/RN, em pleno semi-árido nordestino, no período de 2001-2003 sob a perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

**Palavras-chaves:** semi-árido, desenvolvimento local sustentável

## **ABSTRACT**

Brazil's semi-arid region is an immense territory characterized by a mosaic of natural environments and human settlements. Inside this multifaceted framework, there are problems that are specific to the region (the water resources situation, for example) while others are more universal (such as the inequality between men and women).

The circumstances that give rise to these problems are complex and require a holistic view so that our understanding can go beyond the simple concept that this is a "problem region". The semi-arid must be perceived as a viable area in need of a new analysis, taking into account its successes, limitations, challenges and the strategic public policy framework that guarantees its sustainable development.

The dissertation analyzes, from a sustainable local development perspective, the experience of the Northeastern Brazil Groundwater Project (PROASNE), carried out from 2001 to 2003, in partnership with the Waters and Sewers Company of Rio Grande do Norte (CAERN) in the rural community of Mirandas, municipality of Caraúbas/RN, situated in the middle of the northeastern Brazil semi-arid region.

**Key words:** Semi-arid, local sustainable development

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ABC** - Agência Brasileira de Cooperação

**ATOS** - Assessoria, Orientação e para o Desenvolvimento Sustentável Integrado

**ABAS** - Associação Brasileira de Águas Subterrâneas

**CIDA** - Canadian International Development Agency

**CAERN** - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

**CPRM** - Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais

**CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento

**CNUMAD** - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

**COMDERIS** - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Integrado Sustentável de  
Caraúbas

**COVISA** - Coordenadoria de Vigilância Sanitária

**COOPERCAJU** - Cooperativa dos Beneficiadores Artesanais de Castanha de Caju do Rio  
Grande do Norte

**EMPARN** - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte

**ESAM** - Escola Superior de Agronomia de Mossoró

**FETARN** - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte

**FHC** - Fernando Henrique Cardoso

**GHP** - Gerência de Hidrogeologia e Perfuração de Poços

**GQM** - Gerência de Qualidade do Produto e Meio Ambiente

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDEMA** - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

**EMATER** - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**MEC** - Ministério de Educação e Cultura

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**ONG** - Organização não governamental

**PCNs** - Parâmetros Curriculares Nacionais

**PC do B** - Partido Comunista do Brasil

**PEA** - População Economicamente Ativa

**PMDRSI** - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado

**PAPP** - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

**PROASNE** - Projeto de Águas Subterrâneas no Nordeste do Brasil

**PROCAP** - Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Sistemas de Produção em Águas Profundas

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**SERHID** - Secretaria de Recursos Hídricos

**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**UERN** - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

**UFRN** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>LISTA DE SIGLAS</b> .....   | 08  |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 12  |
| <b>Capítulo 1 _ DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL FACE AO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO</b> .....                                   | 23  |
| 1.1- A globalização sob a égide do neoliberalismo e a insustentabilidade do modelo econômico hegemônico .....                  | 25  |
| 1.2- Desenvolvimento sustentável: um paradigma em construção.....  | 38  |
| 1.3- Desenvolvimento local sustentável em nível municipal.....   | 46  |
| <b>Capítulo 2 _ A PROBLEMÁTICA DA REGIÃO SEMI-ÁRIDA NORDESTINA</b> .....   | 55  |
| 2.1- Semi-Árido: Uma Caracterização Geral.....   | 56  |
| 2.2- O Aspecto Social do Semi-Árido Nordestino.....  | 63  |
| 2.3. A Questão de Gênero no Contexto do Semi-Árido.....  | 74  |
| 2.4. A Questão Hídrica e o Projeto de Águas Subterrâneas no Nordeste do Brasil (PROASNE).....                                  | 79  |
| <b>Capítulo 3 _ OS PRIMEIROS PASSOS RUMO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NA COMUNIDADE DE MIRANDAS, CARAÚBAS/RN</b> ..... | 89  |
| 3.1- Processo endógeno de mudança .....  | 91  |
| 3.1.1 Diagnóstico Participativo.....   | 98  |
| 3.1.2 Ambiente de inovação e aprendizagem social.....  | 103 |
| 3.1.3 Estabelecimento de Parceria.....   | 107 |
| 3.2- O Despertar das Potencialidades Locais.....   | 111 |
| 3.3 – O dinamismo econômico da apicultura e cajucultura.....   | 114 |
| 3.3.1- A Castanha de Caju.....   | 115 |

|   |     |
|---|-----|
| 3.3.2- A Apicultura fomentando a melhoria na Qualidade de Vida.....   | 121 |
| 3.4 – Educação ambiental para a conservação dos recursos naturais locais.....                                       | 129 |
| <b>Capítulo 4 – CAMINHANDO COM AS SUAS “PROPRIAS PERNAS”?</b> .....   | 140 |
| 4.1 –A Feira de Sustentabilidade: um espaço de mobilização e democratização.....                                    | 141 |
| 4.2 – Organização da sociedade local.....   | 148 |
| 4.2.1 Mulheres: uma força na localidade.....  | 149 |
| 4.2.2 A formação do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável: um modelo<br>apresentado internacionalmente..... | 162 |
| 4.2.3. Fortalecimento das organizações locais .....   | 169 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 173 |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b> .....   | 177 |

## INTRODUÇÃO

Historicamente, a economia das sociedades teve, indubitavelmente, no fator água, um de seus elementos mais fundamentais. Na verdade, a disponibilidade da água sempre condicionou as sociedades, de uma maneira em geral, no processo de povoamento e ocupação, dando origem à urbanização atual. No Nordeste semi-árido, esta situação é mais preocupante em virtude da limitação dos recursos hídricos, com fortes repercussões sobre o desenvolvimento da agricultura (irrigada e de sequeiro), da pecuária e, principalmente sobre o abastecimento humano.

Em períodos de estio, a população sofre amargamente, principalmente pela ausência de medidas preventivas de convivência com a seca, que termina expulsando o homem e a mulher do campo.

A escassez de água e a má distribuição pluviométrica no semi-árido nordestino, freqüentemente foram os responsáveis pela dificuldade de alcançar o desenvolvimento sustentável na região. Se por um lado, a justificativa simplifica o problema, por outro imuniza os governantes de tentarem solucioná-lo com políticas públicas estratégicas para a população do campo que tenha em sua essência a reforma da estrutura fundiária extremamente concentrada.

Todavia, é inegável que a água, quando bem gerenciada e atendendo às reais necessidades da população, é um dos fatores que pode favorecer na promoção do desenvolvimento sustentável de qualquer região e, em especial no semi-árido nordestino. Priorizar questões de água torna-se, portanto, uma demanda regional urgente. As comunidades regionais, nacionais, assim como as organizações internacionais, buscam oferecer apoio necessário em pesquisas, estudos e tecnologias que tragam oferta hídrica em quantidade e qualidade para as regiões, em especial àquelas com graves problemas de água.

O Projeto de Águas Subterrâneas no Nordeste do Brasil (PROASNE)<sup>1</sup> realizado no período de 2000 a 2004, destacou-se como uma das iniciativas voltadas ao fornecimento de tecnologias avançadas às instituições brasileiras locais, para ajudá-las a desenvolver e gerenciar os recursos hídricos da região semi-árida nordestina de maneira mais eficiente.

O projeto teve como parceiros oficiais a Canadian International Development Agency (CIDA), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS), e a Comunidade Solidária. No Estado do Rio Grande do Norte (RN), o projeto teve como parceiros a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), a Secretaria de Recursos Hídricos (SERHID), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), dentre outros colaboradores.

O Proasne foi implantado com o objetivo principal de contribuir para o desenvolvimento dos recursos hídricos subterrâneos da região semi-árida, aumentando, assim, a disponibilidade de água em longo prazo nas comunidades rurais, reduzindo as dificuldades causadas pela seca e melhorando as condições de vida da população de modo geral. O projeto preocupou-se também em promover o desenvolvimento das comunidades, em especial enfatizando as questões de pobreza e gênero.

Referente à questão geológica, durante os quatro anos que esteve em operação, o Proasne desenvolveu experiências, pesquisas e estudos hidrogeológicos com a utilização dos métodos aerogeofísicos para mapear as ocorrências de água subterrânea em grandes áreas.

---

<sup>1</sup> Os dados sobre o PROASNE foram adquiridos através do site do projeto <http://proasne.net/indexport.html>

Através do Proasne, o Canadá transferiu tecnologia canadense para as instituições brasileiras, oferecendo várias formas de capacitação do seu pessoal técnico e profissional, tais como workshops, cursos, demonstrações de equipamento, sessões de treinamento no campo e treinamento intensivo no Canadá.

Além do aspecto geológico, o projeto desenvolveu ações sociais e de gênero<sup>2</sup>, por solicitação da CIDA, coordenadas por assistentes sociais brasileiras em colaboração com especialistas canadenses. As ações sociais, em especial às de educação sanitário-ambiental e de desenvolvimento comunitário realizadas pelo Proasne se transformaram, para a Canadian International Development Agency (CIDA), em um modelo para a elaboração de projetos similares em outras partes do mundo.

Inicialmente, era uma pretensão do Proasne apenas atuar no semi-árido nordestino em cujas áreas pilotos dos Estados selecionados como Rio Grande do Norte (RN), Ceará (CE) e Pernambuco (PE), fossem caracterizadas pelo embasamento cristalino<sup>3</sup>. Entretanto, por solicitação da Caern, o Proasne atuou em parceria com esta empresa na pesquisa hidrogeológica da bacia sedimentar do Rio Grande do Norte<sup>4</sup>. Assim, o único Estado que possuiu duas áreas pilotos foi o Rio Grande do Norte que atuou no embasamento cristalino no município de Serrinha e na bacia sedimentar na faixa Upanema/Apodi<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Referente ao aspecto social, é consenso entre os organismos internacionais e nacionais envolvidos a inviabilidade de investimentos em projetos científicos e tecnológicos, ainda que de maneira experimental, que não gerem benefícios diretos para a população.

<sup>3</sup> O embasamento cristalino, representado por 70% da região semi-árida possui os solos, na sua maioria, rasos (cerca de 0,60 m), apresentando baixa capacidade de infiltração, alto escoamento superficial e reduzida drenagem natural.

<sup>4</sup> Os dados referentes aos aspectos geológicos da bacia sedimentar na faixa Upanema/Apodi foram adquiridos pelo projeto intitulado "Recursos Hídricos Subterrâneos da Formação Açú Aflorante na Borda Sul da Bacia Potiguar, RN, Brasil", 2000).

<sup>5</sup> O trabalho social e de gênero do Proasne, entretanto, voltou-se para o município de Caraúbas devido os aspectos hídricos favoráveis pela pesquisa.

Nessa área, o projeto teve como objetivo geral avaliar as potencialidades e condições para exploração<sup>6</sup> das águas subterrâneas da faixa de afloramento do Aquífero Açu<sup>7</sup>, na borda sul da Bacia Potiguar<sup>8</sup>, tendo em vista, fundamentalmente, o suprimento hídrico de comunidades com água potável dos municípios de Mossoró, Areia Branca, Tibau, Grossos, Baraúna, Caraúbas, Apodi, Upanema, Governador Dix-Sept Rosado, Severiano Melo, Rodolfo Fernandes e Felipe Guerra.

A participação da Caern no Proasne deu-se na pesquisa hidrogeológica, através da Gerência de Hidrogeologia e Perfuração de Poços (GHP), e na realização de trabalho social e de gênero na área piloto de Caraúbas, mais precisamente na comunidade de Mirandas, pela Gerência de Qualidade do Produto e Meio Ambiente (GQM). A assistente social da Caern que atuava na empresa em questões de mobilização social e educação ambiental foi convidada para coordenar as ações sociais e de gênero do projeto.

A zona rural dos Estados em que o Proasne atuou caracteriza-se pela extrema pobreza. Ela é formada, em sua grande maioria, por agricultores familiares. Este segmento social, em geral, não teve suas necessidades contempladas pelos órgãos públicos, tendo em vista que os programas e projetos estratégicos de desenvolvimento no semi-árido priorizaram os grandes proprietários rurais e os grandes grupos econômicos.

Além disso, historicamente, prevaleceu no semi-árido nordestino o “clientelismo político” que, aproveitando-se da precária situação econômica e social da população, impôs os interesses dos segmentos economicamente mais fortes.

---

<sup>6</sup> Exploração de água subterrânea consiste na extração da mesma mediante equipamentos especializados.

<sup>7</sup> Atualmente, o aquífero Açu é a principal fonte de suprimento hídrico das cidades de Apodi, Caraúbas, Upanema e Severiano Melo, além de diversos distritos, através de programas de adutoras. O volume total explorado para o suprimento das cidades (sem considerar os distritos) é da ordem de 450 m<sup>3</sup>/hora, cujos poços de captação, com profundidade da ordem de 100m, produzem até 90 m<sup>3</sup>/hora.

<sup>8</sup> Os estudos foram executados em uma faixa de cerca de 90 km, que se estende de Upanema na direção oeste até a fronteira com o Estado do Ceará, com superfície total de 1800 km<sup>2</sup>.

É comum, também, ocorrer nos projetos implementados na região, a falta de continuidade das ações, quer por questões financeiras, quer por falta de comprometimento dos órgãos implementadores, especialmente por falta de uma política estratégica. Apesar de teoricamente possuírem um discurso participativo, os órgãos utilizam uma metodologia que reproduz a relação de dependência e subalternidade, tornando um outro fator que vem dificultar a estruturação e o fortalecimento das comunidades rurais.

Para que isso não viesse a ocorrer na comunidade de Mirandas, o Proasne se preocupou em mobilizar e capacitar a comunidade, criando espaços de participação no processo decisório visando a promoção do desenvolvimento local sustentável, participativo e consensuado, para a continuidade e sustentabilidade das ações realizadas.

A implementação do desenvolvimento sustentável para a região semi-árida nordestina, sem dúvida, constitui um grande desafio para a sua população e órgãos envolvidos. Desafio por se tratar de uma região onde estão presentes a pobreza<sup>9</sup>, desertificação, êxodo rural, condições climáticas adversas, e que só poderá ser compreendida se forem considerados todos esses aspectos.

O semi-árido, entretanto, não constitui uma região homogênea. A realidade é complexa no que se refere aos aspectos geofísicos, à ocupação humana e às atividades econômicas. No aspecto econômico, coexistem áreas com práticas agrícolas de sequeiro (cultura de subsistência) e áreas intensamente modernizadas, com práticas de irrigação e cultivo de produtos voltados para a exportação.

---

<sup>9</sup> Na região semi-árida brasileira, como em todas as regiões áridas e semi-áridas do mundo, encontramos os maiores bolsões de pobreza e todas as mazelas que lhes acompanham como desnutrição, mortalidade infantil, infra-estrutura deficiente em termos de educação, saúde e saneamento. O Nordeste rural concentra 12.6 milhões dos pobres brasileiros, o que representa 63% da pobreza rural do país e 32% em nível nacional. (Jara, 1998: 64 e 65).

As políticas públicas para essa região, em grande medida, foram implementadas de forma assistencialista (frentes de trabalho, distribuição de alimentos) ou, então, voltadas para as grandes obras de engenharia hidráulica, especialmente açudes, barragens e perfuração de poços que, quase sempre, obedeciam a critérios políticos ou de engenharia, pouco se atendo a determinantes sociais que contemplassem o uso social dos recursos hídricos.

As elites brasileiras nunca implementaram, verdadeiramente, uma política de governo que atingisse, de fato, o semi-árido e os agricultores familiares rurais de maneira abrangente, com uma política de reforma agrária que modificasse a estrutura fundiária e criasse condições da população camponesa produzir com dignidade. Em outras palavras, nunca houve, de fato, um programa que promovesse o desenvolvimento sustentável nem orçamento público para tal finalidade e, sim, políticas compensatórias com ações focais, ocasionais e intermitentes.

Politicamente, os habitantes da região receberam o legado do coronelismo<sup>10</sup>, que predominou durante muitos anos na região e dominou uma ampla parcela da população que se encontrava em estado de grande exploração, destituição de direitos, sem as mínimas condições de sobrevivência. Havia, por parte dos habitantes, obediência, apoio eleitoral irrestrito e lealdade absoluta aos coronéis, que eram tidos como os “protetores” e “senhores absolutos” da vida e da morte.

Ainda persistem, no semi-árido, práticas de cunho clientelista<sup>11</sup>, patrimonialista na condução da coisa pública, de maneira pouco transparente, reproduzindo a mercantilização política (compra e venda de votos) e a corrupção, não abrindo espaços para que os excluídos possam ser legitimamente

---

<sup>10</sup> O Coronelismo predominou durante o início do século XIX até o começo do século XX. Sobre este tema ver José de Souza Martins, *Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, Vozes, Petrópolis, 4ª edição, 1990.

<sup>11</sup> Para Araújo (2000) “a política de favor e clientelismo constituiria a base e fundamento do Estado brasileiro o que teria originado uma mentalidade de práticas políticas que confundem o público e o privado. Este fenômeno originado das relações de poder dos proprietários fundiários com a Metrópole, a partir da Colônia, passa pelo Império e, na Primeira República, emerge sob o fenômeno denominado de coronelismo. Sua capacidade de reprodução continua vigente sob variadas formas e circunstâncias” (2000:09).

representados e traçar seus próprios projetos. Essa situação tende a se agravar com a natureza das políticas públicas profundamente seletivas e intermitentes, no período recente, sob o receituário neoliberal.

Outro aspecto a ser considerado consiste no fato da educação básica de qualidade, que sempre foi compreendida como indispensável ao desenvolvimento sustentável, nunca ter realmente sido privilegiada na região semi-árida. O resultado é uma educação que prepara o jovem para emigrar, pois privilegia e focaliza, apenas, o crescimento urbano-industrial, relacionando o rural ao atraso.

A agricultura familiar e a sua base fundiária, a pequena propriedade, foram relegadas à segundo plano e até mesmo esquecidas pelo Estado em benefício da grande propriedade e de seus representantes, considerados os setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira.

Posto dessa maneira, pode-se inferir que, mediante a visão do senso comum, a região semi-árida e, especialmente suas comunidades rurais, não constituem o *locus* ideal para a realização de um trabalho social onde se enseje a mobilização, organização e participação popular para o início de um processo de construção do desenvolvimento local sustentável.

Entretanto, no período de 2001 a 2003<sup>12</sup> foram realizadas atividades que buscaram a sustentabilidade social, econômica e ambiental na comunidade de Mirandas e no município de Caraúbas, pelo Projeto de Águas Subterrâneas no Nordeste do Brasil (PROASNE), motivo de grande repercussão na localidade e no seu entorno.

Verificou-se, empiricamente, que na comunidade de Mirandas o PROASNE excedeu às expectativas e destacou-se, sobretudo, pela intensa mobilização social dos habitantes de Mirandas

---

<sup>12</sup> A pesquisa hidrogeológica e o trabalho social no município de Caraúbas ocorreu dois anos após o início do PROASNE, dando-se apenas em início de 2001.

e da população de Caraúba de uma maneira em geral. A experiência gerou muita repercussão no município de Caraúbas, na mídia do Estado do Rio Grande do Norte (RN) e também no Canadá.

Foram publicados, ainda, dezenas de artigos em jornais do Estado, matérias foram veiculadas pelas emissoras de televisão e houve divulgação de todas as ações realizadas no site do PROASNE, além de depoimentos da população local, sindicalistas rurais, representantes de organizações não governamentais (ONG's) e das autoridades locais (prefeito e vereadores), que demonstraram, explicitamente, a ampla aceitação das ações implementadas pelo projeto no município.

Em reconhecimento à importância do trabalho em nível local, a coordenadora social do projeto recebeu o título de cidadã caraubense e, em nível internacional, foi convidada, por duas vezes, para apresentar o trabalho ao Canadá, onde a CIDA apontou-o como um projeto modelo a ser implementado em outras partes do mundo.

Diante do exposto, surgiu uma série de questionamentos: quais as razões de tanta repercussão do PROASNE em Mirandas/Caraúbas? O que desencadeou uma tão grande mobilização social? Quais as dificuldades para a implantação de um projeto de desenvolvimento local sustentável? Quais foram os impactos desencadeados que constatarem a promoção do desenvolvimento local sustentável? Até que ponto o desenvolvimento local sustentável é uma alternativa viável para o semi-árido nordestino? As indagações são pertinentes, considerando que o Projeto de Águas Subterrâneas no Brasil (PROASNE) foi realizado em comunidade e município que refletem os problemas do semi-árido em sua intensidade.

Na tentativa de responder a essas indagações partiu-se da hipótese que as saídas para os entraves que obstaculizam a promoção do desenvolvimento local sustentável passam por um processo endógeno com metodologia popular e participativa que surja da vontade popular, que

atendam às reais necessidades de sua população, valorizando suas experiências, seus conhecimentos, com políticas públicas eficientes e apropriadas à região.

Por outro lado, se questiona a compreensão estabelecida durante anos, que vêem as atitudes de imobilismo e apatia da população semi-árida como algo imutável, pois na medida em que se utiliza uma metodologia mais adequada e comprometida com a sua população, a mesma responde de forma participativa, existindo um potencial de mobilização e desejo de condução do seu destino.

Sob esse aspecto, o desenvolvimento local sustentável, quando adequadamente concebido e operacionalizado, cria bases sólidas para o desenvolvimento das regiões semi-áridas, permitindo a criação e/ou fortalecimento de organizações comunitárias e/ou empreendimentos associativos, os quais conduzem à descentralização do processo decisório e da gestão do desenvolvimento local, que constituem fundamentos essenciais à construção de sociedades mais democráticas, justas e solidárias.

Nesse sentido, a pesquisa é o resultado da necessidade de aprofundar a experiência do Proasne em Mirandas/Caraúbas, considerada até então exitosa, e analisá-la, bem como, seus possíveis impactos tomando como referência os preceitos e critérios utilizados pelo desenvolvimento local sustentável, investigando as razões e as bases que desencadearam a grande repercussão na comunidade e no município.

Além disso, a justificativa de tal pesquisa passa, também, pela necessidade de socializar a experiência acima referida, contribuindo no desvelamento do senso comum, que, desconhecendo as potencialidades da região e a realidade sertaneja nordestina, consideram-na como uma região problema.

O trabalho tem como objetivo geral analisar a experiência implementada pelo PROASNE na comunidade de Mirandas/Caraúbas, tomando como paradigma o Desenvolvimento Local

Sustentável e como objetivos específicos: caracterizar a experiência do Proasne na comunidade de Mirandas; verificar os referenciais conceituais, a metodologia utilizada pelo PROASNE e suas ações; identificar os possíveis impactos decorrentes da implantação do projeto na comunidade de Mirandas na perspectiva do desenvolvimento local sustentável.

A pesquisa contemplou, em um primeiro momento, uma revisão da literatura que fundamentou e orientou a discussão do objeto investigado, analisando diferentes pontos de vista, abordagens e perspectivas que estão sendo dadas à polêmica questão do desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, houve uma reflexão teórica das categorias analíticas: globalização, desenvolvimento local sustentável, descentralização. Durante essa fase, foi realizado, concomitantemente, um levantamento documental, com utilização de fontes primárias, ou seja, aquelas que se relacionam diretamente com a temática: pesquisa sócio-econômica-ambiental realizada pelo PROASNE/Trilhas Potiguares<sup>13</sup>, dados estatísticos já coletados e compilados por órgãos públicos estaduais e federais; e, como fontes secundárias, foram utilizados artigos registrados na imprensa escrita e relatórios e fotografias disponibilizados na home-page do Proasne .

Em um segundo momento do processo investigativo, foram realizadas quatorze (14) entrevistas semi-estruturadas com os moradores, lideranças locais, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais (2001-2003), integrantes da organização não-governamental Assessoria, Orientação e para o Desenvolvimento Sustentável Integrado (ATOS).

---

<sup>13</sup> O Programa Trilhas Potiguares é desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e tem por missão propor novas formas de aplicação do conhecimento gerado na universidade, a partir do contato com as demandas da comunidade externa, buscando a construção solidária do saber, voltado para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Por fim, se procedeu a análise e interpretação do conteúdo dos dados coletados que estão condensados neste trabalho. Sua sistematização consta de quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado o “Desenvolvimento Local Sustentável face ao Processo da Globalização”, se fez uma revisão bibliográfica do arcabouço teórico mais difundido acerca do desenvolvimento sustentável a partir do processo da globalização sob a égide do neoliberalismo, dando destaque ao contexto brasileiro e, em especial, à região nordestina, refletindo sobre a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento hegemônico e a importância da localidade no desenvolvimento sustentável. Aborda, ainda, a questão da localidade em uma perspectiva municipal que coloca o desafio de criar uma nova institucionalidade, mais representativa e participativa no âmbito local.

O segundo capítulo apresenta a problemática social, econômica, política e ambiental do semi-árido nordestino, contextualizando-o em nível do Estado do Rio Grande do Norte e caracterizando o município e a comunidade de Mirandas. Aborda, também, a questão hídrica no cenário do semi-árido e o Projeto de Águas Subterrâneas no Nordeste do Brasil (PROASNE), apresentando seus objetivos e proposta de intervenção.

O terceiro capítulo analisa a experiência de desenvolvimento local sustentável na comunidade de Mirandas a partir do PROASNE nos aspectos metodológicos, verificando como se deu a sua implantação, a metodologia e as técnicas utilizadas. Busca-se, ainda, identificar os possíveis impactos do projeto na localidade observando o despertar das potencialidades, o envolvimento dos atores sociais e os principais impactos sociais, econômicos e ambientais.

O quarto capítulo prossegue com a análise do trabalho do PROASNE na comunidade de Mirandas e no município de Caraúbas, destacando os aspectos de mobilização, organização e participação da população e dos atores sociais envolvidos, bem como as ações que os mesmos vêm implementando para o processo de construção do desenvolvimento local sustentável após o término do projeto.

## CAPÍTULO 1

### O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL FACE AO PROCESSO DA GLOBALIZAÇÃO

A compreensão do desenvolvimento local sustentável, apesar de ser uma noção em construção, parte de uma crítica do paradigma do desenvolvimento hegemônico que concebe o mesmo como crescimento econômico, industrialização, uso intensivo da tecnologia e produção para o consumo em alta escala. Esse modelo se fortaleceu com o processo da globalização sob a égide do neoliberalismo, onde se verificam as contradições que prevalecem na atualidade, e suas implicações no meio ambiente, na economia e na sociedade.

Essa visão de desenvolvimento não possui uma perspectiva crítica das repercussões negativas que o crescimento econômico único produz e que, sem redistribuição de renda não poderá, de fato, promover o desenvolvimento, podendo inclusive alargar o fosso existente entre ricos e pobres. Imprescindível, assim, desconcentrar a riqueza, democratizar o conhecimento e o poder para se repensar o padrão de desenvolvimento.

Apesar da globalização preponderar nas pautas contemporâneas dos países centrais e periféricos, inclusive fundamentadas em perspectivas diferentes, vêm se discutindo muito, atualmente, em nível de instituições governamentais e não governamentais, a promoção do desenvolvimento sustentável, questionando o padrão de desenvolvimento que prevalece na atualidade e evidenciando a localidade.

O desenvolvimento, nesta compreensão, não se restringe apenas ao aspecto econômico, tem múltiplas dimensões englobando a dimensão política, social, cultural, ambiental, educacional, ética que mantêm entre si interdependência que determinam e condicionam o processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, o presente capítulo aborda, inicialmente, a globalização e o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico no contexto do capitalismo contemporâneo, amparado pela ideologia neoliberal e caracterizado por intensas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, para poder apreender o processo de desenvolvimento local sustentável<sup>14</sup>. Compreende-se que as transformações locais da contemporaneidade (incluí-se aí a comunidade de Mirandas no semi-árido nordestino, objeto de estudo da pesquisa) são partes do processo da globalização, que estabelece uma interconexão e interdependência entre os eventos em suas diferentes escalas.

Quando se aborda a globalização e o neoliberalismo, o que se está trabalhando é a nova ordem mundial. Nesse processo o Estado entra em crise e é obrigado a redefinir o seu papel; problemas sociais agravam-se cada vez mais e a desigualdade aumenta. O papel político do nível municipal de governo no processo torna-se fundamental. Na verdade, o município torna-se o protagonista central, aquele para o qual são transferidas as novas responsabilidades de ação. Por outro lado, a autonomia política supõe uma “dinâmica política ao nível local, marcada pela ação de diferentes atores e por um determinado nível de organização da sociedade civil” (Andrade, 2001:55).

Em seguida, serão enfocados os aspectos práticos e teóricos que têm sido levantados em torno do desenvolvimento sustentável em uma perspectiva de localidade, os traços de continuidade e de descontinuidade que podem ser observados e os principais enfoques e interpretações atualmente existentes para abordá-lo.

---

<sup>14</sup> Na compreensão de Franco (2000) o processo de globalização em curso coloca a questão do desenvolvimento local em evidência seja pela necessidade de buscar uma inserção competitiva, adotando uma estratégia que posicione vantajosamente espaços socioterritoriais delimitados em face do mercado globalizado, sem a qual um contingente imenso de localidades ficará marginalizado pelo desaproveitamento das suas potencialidades. Em outra perspectiva, a importância conferida a localidade decorre da necessidade de se desenvolver uma estratégia contra-hegemônica que questione o padrão de desenvolvimento atual sob o ponto de vista da sustentabilidade, tomando o local como elemento de transformação sóciopolítico-econômica, como espaço para o exercício de novas formas de solidariedade, parceria e cooperação, e para o estabelecimento de redes sociais fundadas em novas territorialidades frente às exigências colocadas por problemas de âmbito global

Apesar de, ao longo do trabalho, colocar em evidência o local como espacialidade das relações sócio-político-econômicas contemporâneas, especialmente no semi-árido nordestino, não há a intenção de reificação ou fetichização do espaço como ente dotado de autonomia, independente da intervenção e dos conflitos entre os atores sociais. Busca-se, ao contrário, evidenciar a existência de uma dialética socioespacial, na qual as práticas sociais adquirem contornos particulares em áreas geográficas específicas.

### **1.1. A globalização sob a égide do neoliberalismo e a insustentabilidade do modelo econômico hegemônico**

Desde a Revolução Industrial, a história da economia mundial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo, porém irregular crescimento econômico, e de crescente “globalização”, ou seja, "O capitalismo, com o qual nasce o mundo de que falamos no século XX, é um modo de produção e reprodução material e espiritual que se forma, expande e transforma em moldes internacionais" (Ianni, 1995:36). A globalização não é em si mesma algo novo. Na verdade, como afirma Ianni (1995):

"A história do capitalismo pode ser lida como a história da mundialização, da globalização do mundo. Um vasto processo histórico simultaneamente social, econômico, político e cultural, no qual se movimentam indivíduos e multidões, povos e governos, sociedades e culturas, línguas e religiões, nações e continentes, mares e oceanos, formas dos espaços e possibilidades dos tempos. Um vasto processo histórico no qual emergem conquistas e realizações, impasses e contradições" (Ianni, 1995: 64<sup>a</sup> e 65).

Na economia globalizada, há um processo ininterrupto de lutas sociais decorrentes da não resolução das contradições inerentes ao modelo econômico adotado, fomentando uma globalização em diferentes níveis e perspectivas. Entretanto, o processo de globalização deu-se de maneira mais contundente a partir do início dos anos 70 nos países centrais<sup>15</sup> e, em se tratando do Brasil, especialmente no final da década de 90 do século XX, onde ocorreu uma intensa dissociação entre os mercados financeiros e as atividades produtivas, com enormes massas de dinheiro distantes da produção, operando exclusivamente dentro da esfera especulativa.

A sociedade contemporânea presenciou, com isso, profundas mudanças que possibilitaram novos contornos, provocando um intenso e acelerado processo de reestruturação produtiva em todos os setores econômicos e redefinindo as estruturas sociais e políticas em nível mundial. O mundo moderno passa a ser caracterizado pela consolidação de um sistema mundial integrado em nível global, numa escala e intensidade jamais existente na história da humanidade.

Na busca do desenvolvimento do capital em geral, a globalização rompe limites impostos pelo mercado e fronteiras, regimes políticos, culturas tornando-se o parâmetro das operações econômicas em todo o mundo (Ianni, 1999). Para este autor, o capitalismo “expande-se mais ou menos avassalador em muitos lugares, recobrando, integrando, destruindo, recriando ou subsumindo” (Ianni, 1999:25).

O processo de globalização invade, como pode ser percebido, todas as áreas, lugares e regiões. Nada escapa do seu controle e influência. Regiões urbanas e rurais são indistintamente atingidas pelos seus tentáculos. Em se tratando dos espaços rurais, vêm se tornando evidente que as demandas dos mercados agroalimentares e a utilização de tecnologias de última geração são os

---

<sup>15</sup> O contexto social, econômico e político que precedeu o fenômeno da globalização favoreceu para consolidá-lo. Ricardo Antunes (2000) dedica um capítulo do livro "Os sentidos do trabalho: Os ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho" abordando as dimensões da crise estrutural do capital e cita a queda da taxa de lucro; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; a crise do Welfare State e, o incremento acentuado das privatizações.

fatores principais de mudanças na esfera produtiva e têm possibilitado a transformação dos produtos e dos distintos territórios, bem como dos atores que deles participam. Essas mudanças são principalmente observadas nos serviços relacionados com a produção e distribuição das mercadorias, segundo hábitos e formas de consumo (Cavalcanti, 2004).

A intensificação da globalização na agricultura nordestina deu-se, sobretudo, a partir dos anos 1980 e 1990. Menezes (2004) vai trabalhar esse processo e apresentar as suas diferentes fases. Inicialmente, é colocada a expansão dos pólos de irrigação que se constituem como Pólos de Fruticultura integrados aos mercados regionais, nacionais e internacionais. É o caso do Pólo Petrolina-Juazeiro, do Pólo de Fruticultura de Açu/Mossoró<sup>16</sup> e em outras regiões do Estado do Rio Grande do Norte.

Na verdade, os processos de transformação da agricultura no Nordeste brasileiro não ocorreram apenas com o fenômeno da globalização, este apenas intensificou. Constata-se, especialmente a partir da década de 1970 com a denominada “modernização conservadora”<sup>17</sup>, uma expansão da área plantada e produção de derivados, principalmente de cana-de-açúcar e de projetos de irrigação, expansão da pecuária e modificações nas relações de trabalho, com a expulsão dos pequenos proprietários, posseiros, foreiros e meeiros inseridos em sistemas de produção caracterizados pelo consórcio entre pecuária, algodão e culturas de subsistência (Menezes, 2004).

---

<sup>16</sup> A respeito do Pólo Fruticultor Açu/Mossoró ler o artigo de Aldenôr Gomes disponibilizado no site da Fundação Joaquim Nabuco <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte020.html>.

<sup>17</sup> A "Modernização Conservadora" deu-se principalmente a partir de 1970 com os governos militares, cuja política fundiária se traduziu em proteção e favorecimento aos médios e grandes proprietários rurais mantendo intocável a estrutura da propriedade territorial. A "Modernização Conservadora" destruiu as estruturas produtivas primitivas, "concentrando os frutos do processo técnico num movimento de profunda e historicamente acelerada rejeição do contingente primitivo da população rural" (Delgado, 1985:12). Referente ao Nordeste do Brasil, a política de "modernização conservadora" foi um fracasso. As estratégias de desenvolvimento foram incapazes de atingir os mais pobres e de resolver os problemas da fome e da desnutrição. Este tipo de modernização provocou graves efeitos ambientais predatórios e engendrou, de forma igual, a fragmentação e a decomposição social e econômica da agricultura familiar. Estima-se que, dos 6,5 milhões de estabelecimentos agrícolas familiares no Brasil, cinco milhões estejam confrontados com uma situação econômica precária ou de total marginalidade" (Tonneau, 2004).

Nesse aspecto, a globalização dá mais ênfase aos fluxos de mercadorias, de pessoas e de capital, revalorizando determinados espaços locais no âmbito das exigências de qualidade do mercado, assim como introduz novas formações e qualificações no mercado de trabalho, na medida em que marginaliza uma parcela da classe trabalhadora que não se enquadra nos critérios estabelecidos.

O mercado de trabalho<sup>18</sup> vem, assim, sendo atravessado por mudanças profundas devido à contínua automação dos processos produtivos que tem gerado o desemprego estrutural e engendrado relações atípicas de trabalho, ou seja, relações com precário e, às vezes, nenhum amparo legal ou que, mesmo previstas legalmente, ainda são utilizadas de modo excepcional.

No semi-árido nordestino, especialmente na região sequeira, os agricultores familiares, não obstante representar um dos mais significativos contingentes de produtores rurais no que se refere a números absolutos, são os que se encontram mais alijados da dinâmica da agricultura local. Essa situação decorre do fato da produção ter a menor perspectiva de financiamento. Cresce o empobrecimento dos pequenos produtores uma vez que praticam uma agricultura em moldes tradicionais, com reduzida terra, baixa tecnologia, dirigida à subsistência e dependente de uma estação chuvosa (Silva, 2004).

As desigualdades que permeiam os processos entre as regiões brasileiras necessitam considerar ainda que, para responder às crescentes incertezas que se apresentam no seu cotidiano, as áreas rurais estão submetidas a condições sócio-políticas muito desiguais e dependentes de variados tipos de contratos sociais, termos de comércio e regulação que geram diferentes graus de vulnerabilidade (Silva, 2004).

---

<sup>18</sup> Para Tavares (2004) até meados dos anos 80 as atividades informais eram desenvolvidas, na sua grande maioria, por idosos, analfabetos ou àqueles que possuíam baixo nível de qualificação e escolaridade, e também por migrantes. Segundo a autora "esse quadro foi se modificando pela acentuada insuficiência dos empregos gerados no setor formal, frente à força de trabalho disponível, o que determina o ingresso de muitos trabalhadores qualificados nas relações informais de produção e coloca em dúvida a capacidade da relação salarial moderna abranger todos os trabalhadores" (Tavares, 2004:35).

Todavia, apesar dos problemas acima mencionados, acrescidos das restrições do acesso à terra<sup>19</sup> na região nordestina, reflexo da problemática fundiária no Brasil, Duque (2004) afirma que metade dos mais de quatro milhões de produtores familiares ativos na agricultura estão no Nordeste. Para a autora,

“Os dois milhões de agricultores familiares da região são responsáveis por 43% do valor bruto de toda a produção agropecuária. Eles representam 6,8 milhões de postos de trabalho, ou seja, 82,9% de todos os empregos fornecidos pela agropecuária na região. Podemos imaginar o crescimento da produção e do emprego se esses agricultores tivessem melhores condições de terra (tamanho) e infra-estrutura. Pois 58,9% dos estabelecimentos familiares são de menos de 5 ha e, quanto ao financiamento, a agricultura familiar recebe em média apenas R\$ 65,00 por estabelecimento, contra R\$ 2.183,00 por estabelecimento agrícola patronal” (Duque, 2004:79).

Em se tratando do estado do Rio Grande do Norte, o espaço rural demonstra a importância social e econômica da agricultura familiar, a qual é responsável por 87,9% dos estabelecimentos agropecuários; 48,3% da área territorial dos estabelecimentos; 87,5% do pessoal ocupado no setor agropecuário, o que equivale a 22,7% da População Economicamente Ativa (PEA) do Estado (289.902 trabalhadores); 45,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (180,9 milhões de reais por ano), e, geração de 18,2 milhões de reais por ano de receitas tributárias estaduais e municipais segundo dados obtidos da versão preliminar da Proposta de Apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte ao Processo de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborada em março de 2003.

---

<sup>19</sup> "Segundo Duque (2002:9): "no Nordeste, 70% das propriedades são de pequenos produtores, cuja área corresponde a minifúndios de menos de 10 hectares. A área total que eles detêm é de apenas 5,4% dos 91,9 milhões de hectares de terra disponíveis para a agricultura na região".

Na verdade, a expansão do capital no campo sempre ocorreu de maneira desigual e combinada, pois ao mesmo tempo em que reproduz relações de produção tipicamente não capitalistas, porém subordinando-as através de mecanismos econômicos tais como renda fundiária e formação de preços, reproduz, igualmente, relações de produção totalmente inserida no modelo capitalista.

Entretanto, apesar da ênfase dada até o momento ao aspecto econômico da globalização, a mesma não tem seu espaço restrito ao processo produtivo. Quer em nível internacional, quer em nível nacional, a globalização, amparada pelos ideólogos do neoliberalismo, expande sua área de abrangência para os aspectos políticos, sociais e culturais. Na compreensão de Ianni (1995):

"O neoliberalismo é bem uma expressão da economia política da sociedade global. Forjou-se na luta contra o estatismo, o planejamento, o protecionismo, o socialismo, em defesa da economia de mercado, da liberdade econômica concebida como fundamento da liberdade política, condição de prosperidade coletiva e individual" (Ianni, 1995:139).

Nesse sentido, a solução, para os neoliberais<sup>20</sup>, deveria passar pelo desmonte do Estado do Bem-Estar Social mediante a diminuição dos tributos e a privatização das empresas estatais, além de defender uma severa repressão aos sindicatos e ao movimento operário que, segundo eles, exerciam pressões reivindicativas sobre os salários e, também, uma pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> O neoliberalismo não é apenas uma réplica do liberalismo clássico, ainda que possua o núcleo do seu ideário. A diferença consiste que o liberalismo clássico fundamentava-se na sociedade nacional e assim possuía elementos de cunho progressista. Por outro lado o neoliberalismo está enraizado diretamente no mercado mundial e lança-se diretamente num mundo sem fronteiras. Reafirma os princípios da liberdade, igualdade, propriedade e contrato, agora sob a égide das multinacionais. (Ianni, 1995).

<sup>21</sup> O primeiro governo ocidental democrático a inspirar-se em tais princípios foi o da sra. Margareth Thatcher na Inglaterra, a partir de 1979. O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Posteriormente, em 1980, foi a vez dos Estados Unidos com a vitória de Ronald Reagan para a presidência deste país

A institucionalização do neoliberalismo, enquanto projeto para o Brasil, foi oficializada com o início da gestão Collor, a partir da qual, por intermédio da abertura irrestrita da economia às importações e da desregulamentação cambial, o mercado e a iniciativa privada passaram a ser cultuados e preconizados como "sucessores naturais" do Estado na tarefa de promover a superação da crise e iniciar uma nova etapa de desenvolvimento.

A vitória do neoliberalismo enquanto ideologia e a redução do Estado como panacéia para superação da crise estrutural da economia brasileira, entretanto, agudizaram o conflito distributivo e, a despeito de todos os esforços e sacrifícios impostos à sociedade, acabaram por engendrar um aumento da dependência externa, alimentado, sobretudo, pela mudança nos rumos da política intervencionista, materializada numa ampla abertura da economia e em uma política de juros elevados<sup>22</sup>.

Ao mesmo tempo que desenvolve a interdependência e a dinâmica das sociedades nacionais, produz, na mesma intensidade, desigualdades, tensões e antagonismo. O território perde sua importância como elemento fundamental da produção de bens, tendo em vista as novas técnicas de produção. Isso significa que o Estado perde sua soberania que até aqui mantivera, devendo produzir as mudanças necessárias para responder às exigências que a nova divisão internacional do trabalho e a nova organização do processo produtivo vêm impondo.

A doutrina neoliberal dominante condiciona a idéia da existência de apenas um modelo racional civilizatório que deve ser implantado em todo o planeta, sem considerar as especificidades históricas, econômicas, culturais, ambientais e políticas de cada sociedade. Dominado pelo paradigma economicista, o desenvolvimento é compreendido quase

---

<sup>22</sup> No período de desmonte nos países centrais, o Brasil estava constituindo a democracia, dando os primeiros passos para a constituição do Estado de Bem-Estar ou uma política nesta direção mediante as conquistas adquiridas com a Constituição de 1988 e que foi, posteriormente, interrompida pela orientação neoliberal.

exclusivamente como processo unilateral determinado pelo volume de produção de bens e serviços.

Na compreensão de Jara (1998), um processo perverso que subestima as diversidades de interesses dos atores sociais, que insiste em imitar padrões de consumo das elites dominantes, produtor de excludência e desigualdades, violência, desemprego, fome e desesperança.

Esse modelo de desenvolvimento adotado é globalmente insustentável no que se refere aos aspectos sociais, ambientais e políticos, sendo resultado dos padrões dominantes de produção e consumo que operam segundo o valor do crescimento ilimitado, consumismo e competitividade. Na compreensão de Martins (2003):

“O desenvolvimento econômico que gera um desenvolvimento social muito aquém de suas possibilidades, como ocorre nos países do Terceiro Mundo e como ocorre no Brasil, nega-se na perversidade das exclusões sociais que dissemina. Compromete profundamente a sua durabilidade e, de alguma forma, abre o abismo da sua própria crise” (Martins, 2003:9).

Netto (2000), analisando o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e os impactos causados para as massas trabalhadoras brasileiras, diz que o mesmo inviabilizou a alternativa constitucional da implementação de um Estado com responsabilidades de ampla envergadura e que garantisse os direitos sociais universalizados e, por outro lado, desenvolveu um projeto político voltado para o grande capital<sup>23</sup>.

Nesse sentido, a política social no Brasil e nos países da América Latina dos anos 1990 do século passado até então, pauta-se, predominantemente, por um modelo de cunho assistencial, focalizado e, portanto não universal, priorizando medidas compensatórias direcionadas aos segmentos mais pobres da população em detrimento das ações de cunho universalizante.

---

<sup>23</sup> Lesbaupin (2000) organizou o livro intitulado O Desmonte da Nação que faz um aprofundado balanço do Governo Fernando Henrique Cardoso em seus aspectos sociais, econômicos e políticos.

Na verdade, "o desenvolvimento capitalista é a própria contradição em processo, pois se move em meio a contradições superadas constantemente, porém postas e repostas continuamente pelo próprio capital através da negação das suas próprias determinações" (Becker, 2002:15). Nessa compreensão, o mundo atual caminha concretamente por rumos que desafiam qualquer noção de sustentabilidade.

O Brasil é o país da América Latina que lidera a pobreza urbana, expressando o mais elevado grau de concentração de renda. Nele, o índice de pobreza é superior ao índice de renda média nacional. Os 10% mais ricos detêm quase a metade da renda (48%), e os 20% mais pobres possuem apenas 2%. (Jara, 1998:41). Segundo Jara (1998), o Brasil também é, no presente, o segundo país do mundo no que se refere à concentração da terra: 1% dos proprietários detem 46% de todas as terras.

Nesse sentido, nos países em desenvolvimento a globalização agudiza o processo de exclusão social de uma maneira em geral, e, no campo, o seu rebatimento recai sobre os pequenos produtores agrícolas<sup>24</sup>.

Na verdade, a política agrícola modernizadora adotada no Brasil mesmo antes da globalização penalizou e/ou excluiu a agricultura familiar, considerando-a um obstáculo ao desenvolvimento. Quando admitia sua existência, esta política subordinava a agricultura familiar por considerá-la funcional ao modo de produção capitalista uma vez que fornecia alimento barato e mão-de-obra disponível. Outra medida adotada refere-se à subordinação da agricultura familiar aos complexos agroindustriais para se tornar competitiva (Diniz & Duque, 2002), mesmo assim, apenas uma pequena parcela dos agricultores familiares foi incorporada por esse modelo. Em se tratando do semi-árido nordestino, os autores vão afirmar que:

---

<sup>24</sup> Sobre a exclusão social no campo, ver José de Souza Martins, "A Sociedade vista do Abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais", Petrópolis, RJ:Vozes, 2002.

“... os efeitos dessa política agrícola modernizadora adotada no país parecem ser ainda mais dramáticos. Isso porque, embora constituindo a maioria da população ocupada no setor, os agricultores familiares, nessa região, são os mais sacrificados e sua situação se agrava ainda mais nos momentos de seca” (Diniz & Duque, 2002:106).

Dessa maneira, o padrão de desenvolvimento observado no semi-árido ainda apresenta fortes e acentuados traços que desafiam a sustentabilidade da região, como os problemas de natureza econômica, social e cultural potenciados pela seca, pela alta concentração de terra e de riquezas. Daí resulta a repetição de conhecidos processos de migração<sup>25</sup>, cuja origem continua sendo rural e o destino urbano.

Apesar de, nas últimas décadas, mudanças importantes terem reconfigurado a realidade econômica do Nordeste brasileiro, o que vem questionar as visões tradicionalmente consagradas sobre a região que a tem como problema de seca e indigência, persistem as tradicionais políticas de caráter assistencialista, consolidando velhas estruturas sócio-econômicas e políticas que terminam perpetuando a miséria (Araújo, 2000 ).

Na verdade, presencia-se um forte dinamismo<sup>26</sup> de numerosas atividades em substituição ao lento crescimento econômico que permaneceu durante décadas, apesar desse dinamismo ter ficado restrito aos chamados “pólos de desenvolvimento” (Araújo, 2000). Existe, assim, uma visão parcial da região nordestina que não consegue apreender os fatos novos dos últimos anos,

---

<sup>25</sup> O cenário de migração configura-se não apenas na região semi-árida, ele se caracteriza em todas as regiões brasileiras, decorrente do processo da "modernização conservadora", provocando pressão social dos camponeses em busca de condições humanas mínimas de subsistência nos centros urbanos.

<sup>26</sup> Referente ao perfil produtivo da agropecuária nordestino, a partir dos anos 70, enquanto se reduzia a área plantada com algodão, mamona, mandioca e sisal, expandia-se a área plantada com cana-de-açúcar, arroz, cacau, feijão, laranja e milho (Araújo, 2002)

impedindo de verificar a real diversidade, complexidade e heterogeneidade de suas estruturas econômicas.

Não se pode negar, entretanto, que é exatamente na região nordestina onde se verificam os mais altos níveis de pobreza do país. No Nordeste, a pobreza rural tem caráter endêmico e é, econômica, social e culturalmente, de natureza estrutural. Dados de 1990 apresentam um quadro de miséria no Nordeste de 17,3 milhões de pessoas, ou seja, 55% do total nacional de indigentes. Os 12.6 milhões de depauperados do Nordeste rural representam 63% da pobreza rural do país, ou seja, 32% dos pobres brasileiros. E isso significa que 2/3 dos indigentes rurais do país vivem no Nordeste (Jara, 1998: 64 e 65).

Apesar da importância social e econômica da agricultura familiar anteriormente mencionada, em se tratando do meio rural do Rio Grande do Norte, compreendendo este como os espaços tipicamente rurais quanto às áreas urbanas com até 10.000 habitantes, há uma forte concentração de pobreza e de precárias condições sociais (Dado obtido no “Apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte ao Processo de Desenvolvimento Rural Sustentável” (Versão Preliminar), março de 2003 adquirido pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento).

Nos 143 pequenos municípios do Estado, 63% das pessoas responsáveis por domicílios tinham rendimento nominal (todas as rendas, incluindo aposentadoria, bolsa-escola e bolsa-alimentação) de no máximo 1 salário mínimo e somente 3,49% tinham rendimentos superiores a 5 salários mínimos. (Idem)

Assim, para a grande maioria da população do Estado do Rio Grande do Norte e para a região nordestina como um todo, a crise social continua a se manifestar na fome<sup>27</sup> e no desemprego, mas também nas altas taxas de mortalidade infantil, na falta de saneamento básico, nas doenças

---

<sup>27</sup> Sobre a questão da fome no Nordeste, Josué de Castro aborda a problemática com grande propriedade em seu livro *Geografia da Fome*, editado pela Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

infecciosas e parasitárias, nos lixões a céu aberto, no despejo de resíduos industriais e domésticos nos rios, no aumento da violência e na proliferação das favelas nas médias e grandes cidades.

A respeito da pobreza, Bava (1996) coloca que a mesma é um fenômeno que se disseminou na sociedade e se distribui tanto no meio urbano quanto no rural, com tendência a se concentrar na zona rural nordestina e periferias das regiões metropolitanas, com presença mais forte nos pequenos municípios.

O Estado do Rio Grande do Norte<sup>28</sup> tem uma população de 2.776.782 habitantes, segundo o censo demográfico de 2000. Desse total, 2.036.673 concentrando na área urbana, o que significa 73,35% de toda a população. Dessa forma, a taxa de urbanização do Estado pode ainda ser considerada relativamente baixa, comparando-se com a do Brasil, que é de 81%, e da região Sudeste, que chega a 91% (dado obtido no “Apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte ao Processo de Desenvolvimento Rural Sustentável” (Versão Preliminar), março de 2003, adquirido pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento).

Entretanto, os problemas sócio-econômicos não se limitam apenas às regiões onde predomina o rural; na zona urbana, presencia-se uma superpopulação nas médias e grandes cidades que se tornam verdadeiros amontoados de gente pobre ocupando de maneira desordenada o espaço territorial (muitas vezes áreas estratégicas de preservação ambiental) e vivendo em condições subumanas. Proliferam-se favelas, sem qualquer urbanização, sem saneamento e água encanada, propagando a violência. Os centros urbanos são invadidos por pessoas pobres, desempregadas e ambulantes procurando sustento, fomentando uma cultura de discriminação e exclusão social<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> O Estado do Rio Grande do Norte está situado na região Nordeste do Brasil e apresenta uma extensão territorial de 53.077,3 km<sup>2</sup> (representando 0,62% do território nacional, 3,41% da área da região nordestina)

<sup>29</sup> Essa realidade está diretamente ligada ao processo de expropriação ocorrido no pós-64 pelo projeto de modernização da agricultura que priorizou a grande propriedade e os complexos industriais em detrimento dos pequenos proprietários rurais. A respeito disso ler Assentamentos Rurais: trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política de Severina Garcia de Araújo, 2005.

Fica evidente que o modelo econômico globalizado, amparado pelas políticas neoliberais, foi capaz de construir um grande progresso material, um reino de artefatos e imagens produtores de riquezas, como também de criar uma economia mundializada, que invade todas as áreas do nosso planeta, construindo um mundo socialmente polarizado e ambientalmente degradado. O desafio que se configura nesse cenário é o de tentar garantir uma qualidade de vida que possibilite formas solidárias de sociabilidade e de dignidade a todos os cidadãos, especialmente àqueles que hoje se encontram alijados de direitos e ameaçados pelos males decorrentes da pobreza (Bava, 1996:53). Nessa perspectiva, Almeida (2002) assinala que:

“A questão que se coloca hoje diz respeito, portanto, a possibilidade de nascimento de um novo modo de desenvolvimento ou de organização social desenvolvimentista e modernizadora, que tenha uma base social, econômica, cultura e ambiental mais sustentável” (Almeida, 2002: 24).

Nesse sentido, não existe alternativa, como coloca Jara (1998): ou se continua no sentido do crescimento quantitativo, a toda velocidade, até destruir o sistema de apoio natural excluindo significativa parcela da população do processo econômico e social, ou se muda o curso. É o que o autor vai chamar de “encruzilhada civilizatória”.

Necessita-se, assim, desenvolver um novo conjunto de significados, um novo senso de valores, capaz de redefinir as prioridades na direção de um futuro justo, democrático, equitativo, solidário e sustentável no que se refere ao aspecto social, ambiental, político e econômico. Em outras palavras, é necessário construir um novo paradigma que reoriente o rumo civilizatório.

---

## 1.2 Desenvolvimento sustentável: um paradigma em construção

Diante da intensa transformação socioeconômica e política do modelo de produção capitalista globalizado, bem como dos enormes desequilíbrios provocados na sociedade e no meio ambiente, discussões vêm sendo provocadas a respeito de um novo modelo de desenvolvimento denominado de desenvolvimento sustentável.

A preocupação dos efeitos devastadores do processo de avanço de novas tecnologias se deu, inicialmente, a partir dos impactos provocados ao meio ambiente mediante a publicação de um estudo elaborado em 1972 por Dennis L. Meadows e de um grupo de pesquisadores, intitulado “Limites do crescimento”. No mesmo ano ocorreu a conferência de Estocolmo sobre ambiente humano<sup>30</sup>.

“Os Limites do Crescimento”, também conhecido como Relatório Clube de Roma, enfatizava a interdependência global e a não-sustentabilidade do crescimento econômico sem limites, tendo em vista o esgotamento dos recursos naturais, as dificuldades na produção de alimentos e os distúrbios irreversíveis no meio ambiente.

Após a realização desse estudo, e na tentativa de caracterizar uma alternativa de política de desenvolvimento, o canadense Maurice Strong usou, em 1973, pela primeira vez, o conceito de ecodesenvolvimento, que foi aprimorado por Ignacy Sachs, responsável pela formulação dos princípios básicos dessa nova visão do desenvolvimento. Para Sachs, os caminhos do desenvolvimento deveriam ser orientados pelos seguintes princípios a) o atendimento das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração

---

<sup>30</sup> Nem a publicação do Clube de Roma nem a conferência de Estocolmo surgiram por acaso. Elas emergiram em consequência de debates e discussões sobre os impactos ambientais que, de forma esparsa, iniciaram nos anos 60, e ganharam no final dessa década e no início dos anos 70 uma maior densidade. (Brüseke, 1999)

de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação (Brüseke, 1995:31).

No final da década de 1980, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED, 1987), conhecida por Comissão Brundtland<sup>31</sup>, elaborou e, posteriormente, publicou um relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, no qual levantou importantes questões sobre a relação negativa desenvolvimento/natureza, chamando a atenção para a necessidade de se transformar a visão dominante acerca do desenvolvimento (Andrade, 2001:27). Para esta autora:

"A globalização da economia, a fragmentação política e o conseqüente enfraquecimento do Estado, adicionados ao desemprego em massa, a devastação ambiental e ao aguçamento da desigualdade social e da miséria, levaram, diferentes organizações internacionais a repensar o desenvolvimento e as estratégias para a sua produção". (Andrade, 2001:27).

O Relatório de Brundtland<sup>32</sup> foi o primeiro a definir o termo "desenvolvimento sustentável", tendo uma ampla divulgação especialmente após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Realizada no Rio de Janeiro em 1992, a conferência ficou conhecida como Rio-92<sup>33</sup> e se tornou objeto de estudo de cientistas, estudiosos e políticos do meio ambiente.

---

<sup>31</sup> Em 1983, face aos problemas ambientais mundiais, a Assembléia Geral das Nações Unidas deliberou pela criação de uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que deveria elaborar uma “agenda global para mudança”, sendo designada a senhora Gro Harlem Brundtland, na época, líder do Partido Trabalhista Norueguês, como presidenta dessa comissão. Daí o nome da Comissão Brundtland.

<sup>32</sup> Relatório de Brundtland’ veio mostrar a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso em todo o planeta e, a longo prazo, a ser alcançado pelos países em desenvolvimento e desenvolvidos. O relatório criticou o modelo adotado pelos países desenvolvidos, por ser insustentável e impossível de ser copiado pelos países em desenvolvimento, sob pena de se esgotarem rapidamente os recursos naturais. Emerge, desta forma, o conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, "o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades"

<sup>33</sup> Esta conferência reuniu mais de 35 mil pessoas ente elas 106 chefes de governos. A interligação entre o desenvolvimento sócio-econômico e as transformações no meio ambiente, durante décadas ignorada, entrou no discurso oficial da maioria dos governos do mundo

A partir daí, tanto o Banco Mundial quanto a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outras entidades internacionais, adotaram-no para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combinasse eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica.

Para Almeida (2002), a noção de desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento vigente na maioria dos países, e está relacionada com a compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas por este mesmo modelo de desenvolvimento.

Na compreensão de Brüseke (1996), o “Relatório Brundtland”, considerado a matriz do pensamento hegemônico sobre o desenvolvimento sustentável, minimiza a crítica à sociedade industrial e aos países industrializados, não negando, inclusive, o crescimento nem aos países industrializados e nem aos não-industrializados. Para Moreira (2001) o conceito de desenvolvimento sustentável, do ponto de vista da justiça e equidade social, há também uma forte inadequação. Segundo o autor,

“O Relatório não questiona a distribuição e propriedade dos ativos que conformam nossas sociedades capitalistas. Estes ativos produtivos são a base da concentração de rendas e da diferenciação de estilos de vida, tanto no interior das nações, como dentre elas. O Relatório enfatiza que as questões ambiental e ecológica impõem a necessidade de novas relações entre nações e sugere medidas a serem tomadas por governos nacionais e instituições internacionais, evitando, no entanto, a explicitação da necessidade de novas relações sociais no interior de cada território nacional. Esta postura não problematiza o jogo de forças, as divergências de interesses sociais em disputa e a dominação hegemônica a ela associada. Neste sentido a equidade social dificilmente será alcançada e, a justiça será aquela que se expressar nos interesses hoje socialmente hegemônicos”. (Moreira, 2001:10).

Na verdade, o tema é polêmico, existindo uma multiplicidade de maneiras e visões para definir o desenvolvimento sustentável (existem mais de 100 definições identificadas na literatura), sendo a grande maioria centrada na questão ambiental, que deu origem à proposta. Na compreensão de Soto (2002), as muitas definições e interpretações sobre o desenvolvimento sustentável, muitas vezes contraditórias, "contribuem para gerar confusão e criar uma atmosfera obscura sobre esse tema relativamente novo" (Soto, 2002:111).

A visão que prevalece na América Latina e em especial, no Brasil, está amparada nos pressupostos da Agenda 21<sup>34</sup>, que aprofunda o sentido da sustentabilidade do desenvolvimento para além da dimensão ambiental. O desenvolvimento sustentável procura corrigir as distorções de um modelo que priorizou os interesses desenfreados do capital e supõe uma redefinição de prioridades.

O ideário do desenvolvimento sustentável tem como princípio assegurar que as condições da vida presente, em suas dimensões econômicas, sociais, ambientais, éticas e culturais, não comprometam as necessidades das futuras gerações.

Nessa concepção de desenvolvimento sustentável, está implícita a preocupação social pelas condições de vida das comunidades e enfatizada que a redução da pobreza<sup>35</sup> é pré-condição para um desenvolvimento ambientalmente humano. Todavia, infelizmente, o conceito não esclarece quais são essas necessidades, como as mesmas serão satisfeitas e de que comunidades ou grupos sociais se está falando.

---

<sup>34</sup> A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil que busca orientar um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI. Contendo 40 capítulos, a Agenda 21 Global foi construída de forma consensuada, com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecida por Rio 92, e incorporando os aspectos sociais, econômicos e ambientais. (Ministério do Meio Ambiente).

<sup>35</sup> É digno de nota o fato que no discurso do desenvolvimento sustentável, coloca-se a redução da pobreza e não sua extinção.

Em uma sociedade capitalista, onde a base de funcionamento baseia-se na expansão e concentração do capital, obtida na produção de mercadorias cujo valor de troca deve suplantar o despendido na produção, e se sustenta justamente pela busca constante de criar e suscitar necessidades continuamente insatisfeitas, fica difícil entender como se dará o atendimento das necessidades da população segundo o princípio do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, Stahel (1995) afirma que:

"... a mercantilização crescente da sociedade moderna, às custas dos desequilíbrios naturais, das relações sociais e da autonomia individual, tem de ser revista, antes de tudo, se quisermos pensar em uma sociedade sustentável e, mais do que isso, se nossa preocupação não se limita a uma simples questão de sobrevivência física, mas sim a uma busca constante de qualidade de vida" (Stahel, 1995:124).

Ainda nessa perspectiva crítica do desenvolvimento sustentável em uma sociedade capitalista, Stahel (1995) vai chamar a atenção para a base material do sistema industrial capitalista de produção, apontando para a sua insustentabilidade inerente, mostrando as limitações das análises voluntaristas quanto à sustentabilidade, consideradas pelo autor como modelos abstratos de "desenvolvimentos sustentáveis", ignorando a realidade histórica e a própria base de aplicação desses modelos.

O mesmo autor afirma que as dificuldades que acompanham as tentativas de se buscar um desenvolvimento sustentável nos moldes institucionais de uma economia capitalista de mercado não reside na falta de estudos apropriados, porém apenas decorrem de uma impossibilidade estrutural. Stahel acrescenta que "é uma ilusão acreditar que um desenvolvimento sustentável seja alcançável no interior dos mecanismos de funcionamento do mercado" (Stahel, 1995:111).

Nessa compreensão, Tonneau (2004) afirma que o desenvolvimento sustentável traduz a tensão de procurar um equilíbrio entre objetivos diversos e, algumas vezes, contraditórios entre o

econômico, o social e o ambiental, entre o curto e o longo prazo, entre o individual e o coletivo, entre o local e o global.

Além do princípio sócio-econômico, o conceito de desenvolvimento sustentável traz, ainda, a idéia de alcançar um desenvolvimento contínuo sem exaurir os recursos naturais, ou seja, a utilização racional do meio ambiente, evitando causar prejuízos para a comunidade como um todo. Qualquer ameaça contra o equilíbrio ambiental inviabiliza o desenvolvimento sustentável, traduzindo-se, por sua vez, em uma ameaça não apenas à produção, mas à própria sobrevivência humana. A qualidade de vida, assim como a produtividade, está diretamente relacionada a um meio ambiente saudável.

Outro princípio implícito, na concepção de desenvolvimento sustentável, é o da solidariedade, assim como explícita é a preocupação com o futuro. A solidariedade está relacionada com o comprometimento com as populações (atuais e futuras) e define uma capacidade básica de sentir e pensar os outros em suas condições concretas, a vontade de proteger a vida humana e a natureza a longo prazo. Todavia, neste princípio não se coloca de quem é a responsabilidade para a promoção desta solidariedade, considerando que o processo de desenvolvimento hegemônico preconiza a competitividade e o individualismo exacerbado.

Percebe-se, assim, que o desenvolvimento sustentável, em uma visão ampliada, volta-se para a produção e o consumo de bens e serviços, às necessidades básicas de subsistência das populações, aos recursos naturais e ao equilíbrio ecológico, às práticas decisórias e à distribuição do poder, aos valores pessoais e à cultura, em perspectiva atual e futura. Conceituando o desenvolvimento sustentável, Pereira (2002) vai dizer que:

“Considera-se por desenvolvimento sustentável um conjunto complexo de ações econômicas e sociais, cuja racionalidade está orientada pela participação de seus agentes organizados, para garantir o acesso destes aos benefícios da produção

igualmente por todos. E se coloca distinto dos modelos autoritários de desenvolvimento que privilegiam os interesses das elites na acumulação do capital às custas da exclusão social da maioria de suas populações, tanto nos países ricos, quanto nos países pobres. Exclusão que é econômica, social e ambiental”.

A participação da população no acesso aos benefícios sociais, econômicos, políticos e ambientais possibilita a sustentabilidade das ações implementadas. Nesse sentido, a idéia de sustentável remete a algo capaz de ser suportável, duradouro e mantido ao longo do tempo. Na compreensão de Jara (1998) o que é sustentável nos países desenvolvidos não é necessariamente para os países dependentes e pobres. A sustentabilidade diz respeito a um significado dinâmico e flexível, centrado no respeito à vida.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade é, assim, política e historicamente determinada. Isso significa dizer que cada população, em seu contexto sócio-econômico, estabelecerá suas próprias referências e padrões de sustentabilidade. É por essa razão que se torna indispensável um sólido processo de participação popular onde seja privilegiada a democracia.

Segundo Becker (2002) “... sustentabilidade, enquanto projeto alternativo de desenvolvimento humano local-regional, não é um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não é uma existência, mas um valor; não é um ser, mas um dever ser” (Becker, 2202:79).

A diminuição da pobreza, a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida da população, o resgate da equidade e o estabelecimento de uma forma governamental que garanta a participação nas decisões são condições imprescindíveis para que o processo de desenvolvimento seja julgado como sustentável. Para Jara (1998),

“É necessário haver a promoção de um movimento sinérgico das populações pobres e atingir respostas políticas que articulem suas necessidades coletivas através de um processo de abertura interna à democracia participativa que signifique o envolvimento ativo dos cidadãos na tomada de decisões; do exercício

da cidadania para além do voto; da mobilização e compromisso das organizações e comunidades; do estabelecimento de mecanismos e canais permanentes de participação social; da articulação do movimento popular com os segmentos organizados da sociedade civil; do estabelecimento de novas parcerias institucionais; da criação de oportunidades de capacitação e informação para que a população assuma o seu próprio processo de auto-organização; da articulação consciente, permanente e dinâmica das comunidades em torno de interesses comuns; etc" (Jara, 1998: 55)

Em outras palavras, faz-se necessário à construção de um suporte social e político duradouro e adequado, em condições de impulsionar transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais necessárias. Torna-se premente, ainda, o reconhecimento do potencial das localidades para a avaliação dos seus próprios problemas e necessidades, para construir suas próprias condições de sustentabilidade.

Em tal perspectiva, o desenvolvimento sustentável surge como enfoque que incorpora a multiplicidade dos contextos sociais, buscando soluções específicas para problemas específicos mediante o exercício do controle democrático na tomada de decisões, buscando respostas participativas e solidárias. Na compreensão de Andrade (2001):

"A construção de uma sociedade mais justa não pode ser a obra de um só ator social e político (o Estado, por exemplo) ela precisa ser uma construção verdadeiramente social, principalmente daqueles que estiveram alijados dos processos anteriores de desenvolvimento" (Andrade, 2001:34).

No Brasil e, em especial na região do Nordeste brasileiro, é indispensável concretizar uma estratégia de desenvolvimento que signifique mudança de rumo e estilo, concebendo novas linhas orientadoras dos programas de desenvolvimento, demandando a construção de uma nova

institucionalidade envolvendo uma política macro de Estado em que pese as particularidades de cada região.

A capacidade local de organização social passa a ser fortalecida com o desenvolvimento sustentável, ativando, ao mesmo tempo, um crescente processo de autonomia decisória e inclusão social, em uma perspectiva de abordagem social, econômica, cultural e política em nível local.

#### **1.4 Desenvolvimento local sustentável em nível municipal**

O fenômeno da globalização amparado no neoliberalismo, como foi visto anteriormente, fomentou os programas de ajuste estrutural e estabilização que redefiniram o caráter do Estado e o aparecimento de políticas descentralizadoras, buscando enfatizar o local.

Dessa maneira, ao mesmo tempo que as sociedades contemporâneas se viram atravessadas por processos globais, abrigaram dinâmicas locais que buscaram solucionar problemas gerados dentro e fora de seus limites, havendo, assim, a necessidade de se buscar novos pontos de equilíbrio entre o global e o local (Silva, 2000).

Por outro lado, as mudanças que se verificam foram também conseqüências do avanço de processos democráticos, incluindo as lutas e as demandas da sociedade civil e dos movimentos sociais, em busca de uma participação na gestão pública.

Essa luta decorre do fato de que, no Brasil, historicamente, nos diversos espaços político-administrativos, a gestão pública foi estruturada de uma maneira piramidal, reproduzindo o esquema jurídico-político do aparato central do Estado Nacional. Os projetos sociais, na sua quase totalidade, foram e ainda são caracterizados pela imediaticidade, paternalismo, clientelismo e de maneira pontual, sem atender aos reais interesses da população.

Nesse sentido, o Estado centralista estabeleceu uma linha vertical de comando, do centro para a periferia, por intermédio de normas administrativas e operativas homogêneas que desprezavam a especificidade dos governos e comunidades locais. Dessa maneira, tradicionalmente, os municípios foram interpretados como instituições passivas, com poucos recursos financeiros e com insuficientes níveis de arrecadação tributária, dependentes das instâncias centrais e extremamente limitados na sua capacidade de entendimento com o seu próprio contexto.

Com o processo de globalização amparado no neoliberalismo, o conceito tradicional de Estado nacional foi enfraquecido, reduzindo o espaço de autonomia dos governos nacionais e estaduais em diversos campos de atuação. A partir da Constituição de 1988, diversos instrumentos legais foram adquiridos para promover, de forma autônoma e descentralizada, processos locais de desenvolvimento socioeconômico, ambiental, cultural e institucional.

O Brasil passa, assim, por um acelerado processo de descentralização, compreendendo que o papel do Estado deve centrar-se no município como unidade básica federada, devido à facilidade do envolvimento das comunidades na tomada de decisões. No caso brasileiro, a proposta do Estado mínimo apregoado pelos governos centrais utiliza a descentralização para transferir aos municípios responsabilidades que são próprias da esfera federal.

Para Costa (1996) além da mudança na centralidade da agenda política, ganhando destaque a questão do esgotamento do Estado e da inserção no mercado mundial, outros fatores vieram a contribuir para o processo de descentralização. Ele cita o refluxo da fase movimentalista dos movimentos sociais e sua reavaliação crítica; experiências democráticas e inovadoras de gestões municipais capitaneadas pela esquerda; incorporação pelos diversos atores do espectro político do discurso centrado no local; reavaliação do tema da participação nos termos antes colocados nos anos 1970 e início dos anos 1980; e tratamento positivo nos meios de comunicação.

O autor afirma, ainda, que quando estes elementos se fazem presentes, quando aumenta a descrença na capacidade de o Estado responder aos desafios da inclusão social, quando há o descrédito nos grandes atores e macroestruturas e quando se percebe uma crescente mundialização dos processos econômicos, políticos e culturais, a atenção fica voltada para o âmbito do poder local, onde são desenhados espaços de manobra descobrindo virtualidades para projetos democráticos, de participação e desenvolvimento, o que Costa (1996) chama de “ressignificação do local”.

Na verdade, é no espaço municipal onde se abrem maiores possibilidades de articular o movimento social, a identidade cultural, as práticas sociais e os processos de produção de conhecimentos, para visualizar e estabelecer um caminho alternativo de sociedade.

Para Silva, (2000) o processo da globalização e seu destaque para o local abre, pelo menos, “a possibilidade de reconstruir uma sociedade mais ou menos democrática em função da representatividade e da força relativa dessas organizações e da relação delas com a nova configuração dos Estados-Nação” (Silva, 2000:7).

Na verdade, o processo de municipalização, se bem orientado, pode atacar os profundos desníveis regionais e municipais, contribuindo para a solução dos problemas e para a integração das políticas ao nível nacional.

O município<sup>36</sup> passa a ter a capacidade de elaborar sua própria legislação em áreas definidas como de maior poder na administração e gestão municipal, abrindo espaços para a construção de um novo tipo de sociedade fundamentado nos princípios da sustentabilidade:

---

<sup>36</sup> “O município define-se como a célula política da sociedade nacional; uma instância de direito público funcional e territorialmente descentralizada que opera politicamente, visando atingir a satisfação das necessidades das comunidades locais. Como foi dito, se quer que o espaço municipal possibilite construir a democracia e resgatar o cidadão”. (Jara, 1998:58).

democracia política, equidade social, eficiência econômica, conservação ambiental, diversidade cultural e liberdade espiritual.

Diferentemente do que ocorre nas práticas que centralizam o processo decisório, mantendo uma lógica participativa verticalizada, a descentralização que promove a sustentabilidade visa fazer do município a instância onde viabiliza a construção da cidadania, tornando-se mais fácil a participação das comunidades na tomada de decisões.

A descentralização que interessa à proposta de desenvolvimento sustentável é aquela que constrói instâncias locais de diálogo e negociação social, ou seja, espaços nos quais a decisão e a gestão dos processos de desenvolvimento sejam compartilhadas entre os vários atores, fortalecendo os mecanismos de gestão local. Para Araújo (2000), a descentralização se distingui da desconcentração. Na visão da autora,

“A descentralização é vista como processo de *transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas para instâncias de unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades*. Confere a estas capacidade de decisão sobre suas prioridades e diretrizes de ação, e autonomia de gestão de programas e projetos. Representa uma efetiva mudança da escala de poder. “Não pode, portanto, ser confundida com **desconcentração**, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de programas, projetos e atividades, sem a transferência da autoridade e autonomia decisória” (Araújo, 2000:128).

Em um momento de crise, em todas as dimensões em que o mundo e o Brasil vêm passando, a descentralização político-administrativa é uma questão de importância estratégica para o desenvolvimento sustentável. Na verdade, a valorização do local e da diversidade passa a ser compreendida como a contrapartida ao colapso do modelo econômico desenvolvimentista e perante um cenário tendencial que aponta para o agravamento de vulnerabilidades e assimetrias, ou seja, a descentralização surge como uma contra-face da globalização.

O desenvolvimento sustentável do município busca entregar às comunidades locais, às instituições da localidade e ao movimento popular a possibilidade de influir nas decisões e participar na gestão dos processos. A proposta alternativa do desenvolvimento municipal é no sentido de democratizar as relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil, viabilizando a abertura política local e estimulando a criatividade dos movimentos sociais, visando identificar os problemas do município como um todo, interpretar os interesses específicos das comunidades, discutir possíveis soluções e a interação com todos os segmentos da sociedade.

Apesar das possibilidades que o desenvolvimento sustentável em nível municipal apresenta, verifica-se que as políticas municipais têm sido fragmentadas, individuais e isoladas, refletindo a lógica da tendência das políticas públicas adotadas no país. Para Campanhola & Silva (s/data) essas políticas estão

"sujeitas à instabilidade administrativa: cada gestão muda os rumos e as prioridades, pois existe a cultura de que a continuidade das ações da gestão anterior não representa dividendos eleitorais para a gestão atual. Existem muitos outros entraves à descentralização, como a falta de capacitação e de entendimento do que seja o desenvolvimento, o "clientelismo" local, a falta de transparência nas decisões e na alocação dos gastos públicos, e a baixa eficiência redistributiva" (Campanhola & Silva s/data).

A região do semi-árido norte-rio-grandense reflete a realidade das regiões brasileiras de uma maneira em geral, apresentando um quadro institucional com desempenho insatisfatório, existindo uma desarticulação entre as diversas instâncias de governo e gestão. Excetuando alguns casos específicos, a forma de atuação das instituições públicas é caracterizada pela centralidade e hierarquia, especificamente nos níveis federal e estadual. Essa forma de atuação compromete a qualidade da prestação de serviços públicos, não havendo o cumprimento de objetivos e metas de

programas e projetos, cujos recursos financeiros se diluem, em elevados percentuais, nos gastos com as atividades-meio.

A administração municipal ainda é marcada, com maior ou menor intensidade, pela concentração do poder no âmbito da prefeitura (especificamente o prefeito e seus auxiliares mais diretos) apesar de algumas experiências incipientes de planejamento compartilhados.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte, elaborado em 2000, a descentralização das políticas, programas e projetos sociais, ocorrida a partir dos anos 1980, ampliou o raio de ação dos municípios, porém as despesas aumentaram de forma aleatória, face à ausência de uma estratégia clara de descentralização político-institucional e fiscal no âmbito nacional, e, conseqüentemente, de uma reforma tributária capaz de garantir a alocação de receitas compatíveis com as novas demandas geradas no âmbito municipal. Como conseqüência, os municípios do Rio Grande do Norte padecem de graves restrições em matéria de disponibilidade de recursos financeiros.

Entretanto, para que as interações entre o poder público e os diversos atores sociais em nível municipal ocorram, deve haver mecanismos para ativá-las e estimulá-las, a fim de que ocorram de modo organizado e para que venham a contribuir com um novo processo social, em que as oportunidades se apresentem igualmente a todos os atores. Deixar que essas iniciativas se construam espontaneamente é deixar que os grupos mais fortes e organizados predominem mais uma vez (Campanhola e Silva, s/data)

Indubitavelmente, fica extremamente difícil mudar a cultura clientelística dos municípios sem transferências reais de recursos e poder decisório aos governos e comunidades locais. Enseja-se que o desenvolvimento, em todos os aspectos, seja discutido e implementado no seio da sociedade local pela participação direta dos cidadãos e não simplesmente utilizando

mecanismos convencionais de representação. A tônica é a cidadania como força geradora do desenvolvimento sustentável em nível municipal.

Para atingir a sustentabilidade nos planos de desenvolvimento, é necessário promover novas regras de convivência entre o governo local e comunidades, permitindo perceber com maior realismo os problemas que afetam a população local, tornando imprescindível a modernização da administração local, ampliando suas capacidades técnicas e gerenciais, estabelecendo novos valores, orientações e objetivos, além de recursos financeiros para a intervenção necessária.

A modernização da máquina municipal, sem incorporar mudanças na sua cultura organizacional, não vai promover o desenvolvimento sustentável em nível municipal. É necessário que a modernização do município seja colocada como demanda dos movimentos sociais locais, ou seja, dos grupos organizados da sociedade local, do fortalecimento de sistemas de parceria e co-responsabilidade entre atores públicos e privados, da estratégia participativa de administração pública, da formação de recursos humanos. Os atores sociais precisam assumir, de fato, seu papel de protagonistas. De outra maneira, haverá a reprodução do clientelismo por intermédio de novas organizações.

Na compreensão de Jara (1998), considera-se por atores sociais aqueles que participam ativa ou passivamente da vida social, econômica e política da sua localidade e compreende as comunidades rurais e urbanas, conselhos e associações, sindicatos, partidos políticos, cooperativas, organizações governamentais e não governamentais e instituições religiosas em geral afetados em seus interesses e qualidade de vida e pelos efeitos do desenvolvimento municipal.

O nível municipal pode favorecer a participação social direta dos atores sociais, daí a importância da sociedade civil organizada no cumprimento de um papel promotor de alternativas de caráter imprescindível e de repercussões estruturais, estimulando as organizações populares para atuar nos espaços institucionalizados de participação promovendo a criação de conselhos

municipais, pólos comunitários, assembleias, audiências públicas. Esses mecanismos de participação têm que se dinâmicos e estar em permanente movimento, alimentados pela recuperação dos saberes locais, resgate da cultura e história municipal e pela troca de experiências entre comunidades.

A participação social, quando ampla, é percebida como alavanca das mudanças locais; traduz um movimento democrático que incorpora comunidades e organizações civis fomentando o processo além das fronteiras da esfera decisória, interferindo no poder político e na gestão municipal. A qualidade da participação social não está expressa na solicitação de projetos, porém na apropriação, mediante luta e conquista do atendimento de seus reais interesses e de uma parcela do poder.

Nesse sentido, um aspecto extremamente importante para o desenvolvimento local sustentável se refere à democratização do poder, dando acesso a todos na capacidade de influir nas decisões públicas. Pensar em uma proposta de desenvolvimento sustentável, especialmente no semi-árido nordestino, exige rever as relações sociais estabelecidas e as suas estruturas organizativas, pois a mesma está condicionada pela legitimação e valorização social dos diversos atores inseridos no processo de desenvolvimento.

O semi-árido, nessa perspectiva, constitui-se em uma das sub-regiões brasileiras que mais necessita de uma intervenção participativa da população, em virtude das medidas assistenciais tradicionalmente implementadas na região contra as adversidades climáticas a que está submetida, em detrimento de intervenções mais efetivas e democráticas que estimulem projetos de desenvolvimento em caráter sustentável, visando o atendimento das reais necessidades da população e em uma perspectiva de convivência digna com a realidade da região.

Nesse contexto, torna-se imperativa a ampliação da autonomia da população do semi-árido nordestino por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno

e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais. Imprescindível, ainda, para o enfrentamento do problema, o conhecimento da realidade do semi-árido nordestino e, particularmente, da localidade a ser trabalhada em suas particularidades e complexidades, como será visto no capítulo 2.

## **CAPÍTULO 2**

### **A PROBLEMÁTICA DA REGIÃO SEMI-ÁRIDA NORDESTINA**

O processo de globalização, como foi visto no capítulo anterior, agudizou os problemas sociais e econômicos, levando ao crescimento da pobreza, e, da exclusão social e em nível mundial, aumentou o fosso existente entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento.

Por outro lado, o processo de desenvolvimento local traz em seu bojo novas perspectivas de adequação das políticas públicas nacionais às peculiaridades regionais, em suas dimensões física, econômica, social e cultural. Esse processo reflete também as interrelações entre essas dimensões e a sua dinâmica, tendo sido acentuado pelas novas tendências da globalização, da descentralização, do planejamento e da gestão dos recursos naturais, e também das novas representações dos atores locais.

Apesar do semi-árido nordestino possuir uma configuração bastante heterogênea, com características particulares e apresentando suas próprias peculiaridades e diversidades, compreende-se que a localidade é um espaço delimitado, cujos contornos são recortados por um certo grau de homogeneidade e de integração no que se refere tanto aos aspectos físicos e às atividades econômicas, quanto à dimensão sociocultural e histórica da população.

O desenvolvimento sustentável na região do semi-árido nordestino implica, dessa maneira, na adoção de uma política oficial para a região, que respeite a heterogeneidade da realidade em que vive o nordestino, no que se refere aos recursos naturais e humanos, e também as atividades econômicas.

Nesse sentido, o presente capítulo buscará caracterizar a região do semi-árido do Nordeste brasileiro, apresentando seus limites, problemáticas, desafios e possibilidades especialmente para

a implantação do desenvolvimento local sustentável, contextualizando o Estado do Rio Grande do Norte e, em especial, o município de Caraúbas/RN, bem como a comunidade de Mirandas nos seus aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais e de gênero, em uma perspectiva de totalidade.

## **2.1. Semi-Árido: Uma Caracterização Geral**

Os espaços semi-áridos nordestinos existentes no Brasil localizam-se nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia<sup>37</sup>. Isso significa dizer que as áreas semi-áridas brasileiras estão quase totalmente incluídas na Região Nordeste, daí dizer que o semi-árido brasileiro é nordestino.

A região semi-árida ocupa 892.309 quilômetros quadrados de semi-árido (57,4% da área total do Nordeste) e o Rio Grande do Norte<sup>38</sup> possui uma superfície de 53.306,80 km<sup>2</sup>, dos quais 48.343,60 km<sup>2</sup> estão inseridos na região semi-árida. O semi-árido norte-rio-grandense corresponde a 90,69%<sup>39</sup> do território estadual. Trata-se, portanto, de uma das unidades federadas do Nordeste com maior percentual de seu território incluído em áreas semi-áridas, no âmbito do Estado, segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte, 2000.

O semi-árido nordestino apresenta uma densidade demográfica muito elevada, que ultrapassa às possibilidades oferecidas por sua base de recursos naturais, caracterizando-se, por

---

<sup>37</sup> Há semi-aridez no norte do Estado de Minas Gerais, todavia, o foco da pesquisa volta-se apenas para a região do Nordeste do Brasil.

<sup>38</sup> Estado do Rio Grande do Norte possui uma área de 53.306,8 km<sup>2</sup>, representando 0,62 do território nacional e um contingente populacional de 2,6 milhões de habitantes (IDEMA, 2004).

<sup>39</sup> Este percentual aumenta para 95% se for considerado, além do semi-árido, as regiões do estado com clima árido e sub-úmido seco (Fonte:IDEMA, 2004).

isso, como um dos mais povoados do mundo. Segundo Carvalho & Santos (2003), em 2000 a densidade demográfica da região era de 21,59 hab/km<sup>2</sup>.

O município de Caraúbas<sup>40</sup>, onde se encontra a comunidade de Mirandas, está localizado na chamada Zona Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, a 296 km de Natal, capital. Sua extensão territorial é de 1.163 km<sup>2</sup>, sendo 14 km<sup>2</sup> de zona urbana e 1.149 km<sup>2</sup> de zona rural, equivalente a 2,19% da superfície estadual, e, conforme a divisão territorial do Brasil, pertence a mesorregião Oeste Potiguar, inserida na microrregião Chapada do Apodi<sup>41</sup>. Segundo o Censo de 2000, o município de Caraúbas possui 18.810 habitantes, sendo 12.304 na área urbana e 6.506 na área rural.

Os limites geográficos do município são: ao norte com o município de Dix-Sept-Rosado; ao sul com os municípios de Olho D'água dos Borges e Patu; ao leste com os municípios de Upanema, Campo Grande e Janduís; a oeste com os municípios de Felipe Guerra e Apodi.



***Figura 01 - Mapa do município de Caraúbas***

<sup>40</sup> Os registros de ocupação da área hoje denominada de Caraúbas, mostram que o território foi inicialmente habitado pelos índios Potiguares em fins do século XVII e teve como primeiro desbravador, Baltazar Nogueira. Teria Baltazar situado uma fazenda de gado às margens da lagoa “Apanha-Peixe”, dedicando-se desde logo à criação e à agricultura, fazenda que, por ocasião de uma das suas habituais viagens a Pernambuco, fora totalmente destruída pelos índios que habitavam a região.

Caraúbas possui apenas um (01) distrito municipal de São Geraldo e cinquenta e nove (59) comunidades na zona rural. A comunidade de Mirandas<sup>42</sup> é uma das comunidades rurais mais distantes da sede do município, a aproximadamente 21 km de distância.



***Figura 02 – Comunidade de Mirandas***

No que se refere à pluviometria, a região semi-árida possui, em anos de precipitações normais, uma média oscilante entre 300 a 800 mm anuais<sup>43</sup>. No município de Caraúbas a temperatura média anual é de 27,7°C e a precipitação pluviométrica anual, de 658 mm. A umidade relativa do ar média anual é de 70%.

Por estar quase totalmente inserido na região do trópico semi-árido, o Rio Grande do Norte tem sua vegetação constituída primordialmente por plantas xerófilas. Ocupando cerca de 80% do território estadual, destaca-se o bioma denominado caatinga, formação florestal típica

---

<sup>42</sup> Os “caboclos de Miranda”, como são chamados os mirandenses, são devotos de São Sebastião, e descendentes dos portugueses fundadores do Município de Caraúbas, inclusive recebem a denominação de “caboclo” pelo fato de seus ancestrais terem vindo do distrito do Cabo, no Estado de Pernambuco e não pela miscigenação de raças. Os primeiros habitantes do município fundaram a vila de Caraúbas, deslocaram-se para a comunidade de Cachoeira e depois se dirigiram até Mirandas (Gurgel, 2004).

<sup>43</sup> A região sofre a influência direta de várias massas de ar (a Equatorial Atlântica, a Equatorial Continental, a Polar e as Tépidas Atlântica e Calaariana) que, de certa forma, interferem na formação do seu clima, mas essas massas adentram o interior do Nordeste com pouca energia, tornando extremamente variáveis no que se refere aos volumes e aos intervalos das chuvas (Suassuna, 2005).

que compreende dois tipos: a caatinga hiperxerófila, representando 60% da área ocupada por esse bioma, e a caatinga hipoxerófila, com 20% (IDEMA, 2004).

A fauna e flora da caatinga são totalmente adaptadas ao clima e solo. Durante o período de seca (julho a dezembro), aparenta estar totalmente morta, mas aos primeiros sinais de chuva torna-se exuberante, mostrando que se encontrava em processo de dormência. A vegetação do semi-árido favoreceu, ao longo de mais de dois séculos, a estruturação da economia em torno do complexo "gado-algodão-lavouras alimentares", e, conseqüentemente, a ocupação humana dos espaços semi-áridos do Nordeste.

As descontinuidades impostas pelas secas e a ausência de políticas públicas consistentes e adequadas ao enfrentamento das estiagens contribuem para a geração de minguados excedentes econômicos. Na verdade, o ponto débil de toda a estrutura socioeconômica da região semi-árida do Nordeste está na produção de alimentos para auto-consumo, a qual depende de que a precipitação pluviométrica anual alcance certo nível mínimo e apresente determinada distribuição. A respeito do rebatimento da seca sobre a economia semi-árida, Duarte (2002) afirma que

“A seca é, sem dúvida alguma, no conjunto de fatores que condicionam a economia da área, o que vem preocupando mais fortemente os homens de governo e os líderes da região. A intensidade e a rapidez com que os efeitos da estiagem prolongada atingem as populações rurais ferem a sensibilidade nacional, em vista dos impactos humanos de que se revestem. A verdade é que a seca apenas desnuda e agrava um quadro preexistente de pobreza e subdesenvolvimento” (Duarte, 2002:55 vol. 1).

A ausência de chuvas no período do inverno ou a má distribuição das precipitações constituem, dessa maneira, apenas os elementos deflagradores de um processo que transforma em

indigentes as camadas mais pobres da zona semi-árida. Na visão de Duarte (2002), o flagelo da seca vem se perpetuando ao longo dos últimos 100 anos, não alterando as privações a que são submetidas gerações de habitantes do semi-árido e “as medidas oficiais para enfrentá-la não têm, historicamente, apresentado a consistência e a continuidade requeridas” (Duarte, 2002:37).

Cavalcante (2002) afirma que são aproximadamente 10 milhões de pessoas potencialmente vítimas das secas que vivem no semi-árido e ali permanecem por não encontrarem melhores condições de trabalho e de vida em outras partes da região. Todavia, para este autor, os fenômenos da seca não se manifestam de maneira uniforme sobre a população e vai depender da capacidade de resistência dos diversos segmentos sociais diante do flagelo. Daí se falar em "seca de pobre" e "seca de rico".

Os grandes latifundiários nordestinos, utilizando de sua força econômica e poder político, interferem nas decisões tomadas em escala federal, estadual e municipal. Beneficiam-se dos investimentos realizados e dos créditos bancários concedidos. Muitas vezes aplicam os financiamentos obtidos em outros setores que não o agrícola, procurando eternizar o problema da seca e impedir que ações eficazes sejam de fato adotadas<sup>44</sup>.

Nesse sentido, as maiores vítimas da seca são os pequenos proprietários rurais e os trabalhadores sem terra são os mais vulneráveis à seca<sup>45</sup>. Historicamente, a saída extrema encontrada pelas vítimas da seca tem sido o êxodo rural.

---

<sup>44</sup> Os grandes proprietários rurais da zona semi-árida do Nordeste, além de melhor enfrentar o flagelo da seca, existe outro componente que reduz o impacto e refere-se ao absentismo deles em relação às fazendas. Para Duarte (2002) acredita-se que muitos fazendeiros mantêm grandes extensões de terras apenas como reserva de valor, como símbolo de *status* social, ou como instrumento de poder político. Não é raro, diante de uma seca prolongada, os grandes proprietários aumentarem significativamente o tamanho de suas propriedades rurais em decorrência da compra de terra dos pequenos proprietários que, no afã de sobreviver, a vendem por preços ínfimos.

<sup>45</sup> Na concepção de Duarte (2002), as políticas públicas que foram implementadas na busca de mitigar os efeitos da seca no semi-árido nordestino não foram bem sucedidas. As políticas de longo prazo estão voltadas para as grandes obras de engenharia hidráulicas (açudes e barragens, e na perfuração de poços). Referente às políticas de curto prazo o autor vai dizer que consiste na abertura de frentes de trabalho, que se constituem em medidas emergenciais de socorro à população flagelada. Para o autor, a sobrevivência das frentes de trabalho é o mais eloqüente atestado do insucesso das políticas de longo prazo objetivando reduzir os efeitos da seca.

A região semi-árida se caracteriza pela prática de uma pecuária<sup>46</sup> extensiva paralela a uma exploração agrícola em seco. Para Andrade (1976) a pecuária ocupa uma área bem superior a da agricultura, uma vez que dominando as pastagens naturais, considera-se como área de pastagem toda aquela que não sendo coberta por floresta, não é também cultivada. Explicando a importância econômica da pecuária no semi-árido do Nordeste brasileiro, Duarte (2002) afirma que

"A pecuária é a prioridade dada pelos criadores na tentativa de salvação dos seus meios de subsistência em períodos de seca. O valor comercial dos rebanhos, naturalmente, tem grande peso nessa priorização do que deve ser salvo. Os animais criados por grandes, médios ou pequenos agropecuaristas têm outras utilidades para o dia-a-dia das suas famílias, seja como complemento alimentar proveniente da produção de derivados animais ou do abate para consumo e/ou venda, seja como meio de transporte de pessoas ou de carga" (Duarte, 2002:108<sup>a</sup> e 109b).

Em se tratando do município de Caraúbas, o mesmo tem, historicamente, na agropecuária, sua principal fonte de exploração econômica. A pecuária é uma atividade muito importante para as comunidades rurais de Caraúbas. Os bovinos ocupam o primeiro lugar, com um rebanho de 12.313 cabeças; em seguida, aparecem os ovinos, e os caprinos, respectivamente, com 6.632 e 5.644 cabeças (Fonte: SEBRAE, 1999).

Em Caraúbas, além da agricultura e da pecuária, a economia municipal é complementada por algumas incipientes atividades do ramo industrial e do comércio. No ramo dos serviços,

---

<sup>46</sup> Foi a pecuária bovina a responsável pela interiorização da colonização portuguesa no Nordeste, inicialmente concentrada em Olinda-PE e Salvador-BA, e a razão de ser da conquista e do povoamento do sertão nordestino. Deu-se a partir do século XVI em função da produção de couro e do fornecimento de carne e animais de trabalho à área canavieira. Essa interiorização se deveu, fundamentalmente, à fluidez da fronteira.

destacam-se as atividades do serviço público, distribuídas nas áreas de educação, saúde, administração e outros.

No caso da comunidade de Mirandas, a população é formada basicamente de agricultores familiares<sup>47</sup>, que na sua grande maioria produzem caju<sup>48</sup>. Os agricultores familiares têm a produção do caju apenas para explorar a amêndoa encontrada em sua castanha, que atinge bons preços no mercado local.

De todas as culturas tradicionais do Estado do Rio Grande do Norte, o cultivo do cajueiro é um dos mais representativos para a economia agrícola potiguar. Teve grande impulso há três décadas, quando a expansão do comércio de castanha de caju provocou a plantação de cajueiros em extensas áreas, segundo o Perfil do Estado do Rio Grande do Norte elaborado pelo Instituto Econômico e Meio Ambiente (IDEMA), de 2002. O aquecimento do mercado interno e externo fez surgir agroindústrias de beneficiamento de castanha espalhadas por diversas regiões do Estado. Segundo o documento, no ano de 2001 o comércio com o exterior gerou uma receita de US\$ 19,0 milhões, ou seja, 10% de tudo o que o Estado destinou ao exterior.

Essa cultura é de elevada importância social e econômica para a região, com significativa participação na permanência do homem e da mulher no campo. Contribui para a distribuição de riqueza gerada pela sua produção, assegurando geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida dos produtores.

---

<sup>47</sup> É, essencialmente, na região semi-árida do Nordeste onde se concentra a agricultura familiar, tendo em vista que nas áreas mais favorecidas pela natureza, como a zona da mata, predomina a monocultura e o assalariamento. Aproximadamente, 10 milhões de agricultores familiares, residem nesta região (Duque, 2002) em que encontram enormes dificuldades para assegurar sua subsistência; que não dispõem de áreas suficientes e não têm nem capital, nem conhecimentos, nem assistência técnica para produzir.

<sup>48</sup> A cajucultura é uma das poucas lavouras de mercado que sobrevive bem na região de sequeiro. Por se tratar de uma cultura com produção de sequeiro ela é perene, ou seja, tem a capacidade de sobreviver anos de seca. A mesma pode perder uma safra no período de estio e ter uma recuperação da produção no ano seguinte sem que se precise fazer novos plantios.

Existem, também, aqueles que se dedicam à apicultura (produção de mel) e à caprinocultura, sendo estas duas últimas em menor intensidade. Os criadores de cabras pouco fazem para mudar a condição em que se situa a caprinocultura no século XIX.

A população também se utiliza de outras alternativas de sobrevivência, que não são exclusivamente os produtos originários da terra, tais como aposentadorias, pensões, rendas dos emigrantes, trabalho temporário em lavouras nas propriedades de terceiros. Essa diversificação das formas de sobrevivência é comum entre os agricultores familiares, especialmente no semi-árido nordestino em virtude da extrema pobreza que caracteriza a região.

## **2.2. O Aspecto Social do Semi-Árido Nordestino**

A pobreza no Nordeste e, principalmente no semi-árido, continua a ser uma das marcas mais fortes do Nordeste, quando vista no contexto nacional. “Os níveis de pobreza no semi-árido são elevados, pois o número de pessoas pobres chega a alcançar 40% de sua população residente em áreas rurais e urbanas” (Carvalho & Santos, 2003:5). Um exemplo é a comunidade de Mirandas, onde 73% da população sobrevivem com até meio salário mínimo (Fonte: PROASNE/Trilhas Potiguares, 2001).

Todavia, a situação de pobreza em que vive a maior parte da população da zona semi-árida decorre de fatores que não se limitam aos condicionantes climáticos (como apregoam alguns que intentam a permanência da miséria) e encontram explicação, especialmente, nas condições de posse e uso das terras agrícolas que prevalecem naquela região. Existe uma desigualdade muito grande na distribuição das terras no Nordeste brasileiro. A respeito disso, Duarte (2000) vai argumentar que:

"A pobreza rural no Nordeste, é, também, agravada pela instabilidade ocupacional representada pelo trabalho assalariado temporário, situação essa em que se encontravam 2,5 milhões de trabalhadores rurais de um total de 6,6 milhões de pessoas ocupadas em 1992. Ainda em relação às condições de uso da terra no Nordeste, de acordo com o INCRA era de 76,7% o percentual das pessoas que exploravam diretamente a terra nas propriedades com área de até 50 hectares predominavam o trabalho assalariado e a parceria" (Duarte, 2000:35).

Nesta mesma visão, Moreira Filho (2002) afirma que uma propriedade com 50 hectares ou menos é inadequada para gerar uma renda satisfatória para os que cultivam e que:

"... se se admite que a distribuição da terra é uma boa *proxy* da distribuição do capital e da riqueza na agricultura nordestina e que a distribuição da renda dos proprietários rurais estaria inteiramente relacionada com o tamanho dos seus imóveis rurais, a falta de acesso à terra constitui importante fator explicativo da pobreza de milhões de agricultores da região" ( Moreira Filho, 2002:21).

Neste sentido, a questão da estrutura agrária necessita ser considerada ao pensar em solucionar os problemas da região semi-árida, especialmente quando se trata de desenvolvimento sustentável. Enquanto existir agricultores sem terra ou pequenos proprietários de terra pobres e excluídos, como também trabalhadores que cultivam terras alheias como assalariados, parceiros, o problema de pobreza no semi-árido nordestino persistirá. Na realidade, a terra, vista como mercadoria para especulação ou reserva de valor, é incompatível com a idéia de sustentabilidade, de garantia do seu acesso democrático e do direito de seu uso social. Segundo Carvalho & Santos, 2003:

"O Semi-Árido apresenta uma estrutura fundiária com características que demandam a formulação e implementação de uma ampla política de reordenamento fundiário. O quadro ali existente nesse domínio pode ser resumido pelas seguintes situações: grande número de minifúndios, com áreas de terra insuficientes para garantir uma produção que gere segurança alimentar e renda

mínima para as famílias, especialmente considerando os anos de seca; existência de milhares de famílias de trabalhadores excluídos do acesso à terra; concentração de terras com alto grau de improdutividade ou com excesso da utilização de práticas agropecuárias degradantes; presença de uma grande quantidade de assentamentos com famílias em condições de pobreza e miséria, causadas pela ausência de apoio do Estado no processo de estabelecimento social e produtivo na área” (Carvalho & Santos, 2003:49 e 50).

Dados referentes à estrutura fundiária do Estado revelam que as propriedades rurais com até 100 hectares correspondem a 92,7 do número total de estabelecimentos e representam somente 27% da área ocupada pelos mesmos. Por outro lado, as propriedades com áreas maiores que 1.000 hectares, apesar de representarem apenas 0,5% do número total de estabelecimentos, ocupam 28,3% da área total. Isso caracteriza uma grande concentração de terras, onde o latifúndio ainda domina sobre o minifúndio (IDEMA, 2004).

O município de Caraúbas reflete a estrutura fundiária do semi-árido nordestino<sup>49</sup>, apresentando-se bastante concentrada, com excesso de minifúndios<sup>50</sup> de um lado, e de grandes estabelecimentos improdutivos, de outro, refletindo a situação agrária do Nordeste e do país de uma maneira em geral.

Caraúbas possui uma área total de 94.967 ha, com 1.860 estabelecimentos existentes no município, onde 53,50% dos mesmos possuem até 10 ha, correspondendo a uma área de 3,01%. Entretanto, há uma concentração de 17,64% da área total nas mãos de apenas 0,48% dos estabelecimentos, que possuem de 1.000 a 10.000 ha (fonte: SEBRAE, 1999).

As restrições de acesso à terra fazem parte do elenco de direitos negados a uma sociedade surgida, inicialmente, pelo sistema senhorial mal resolvido, com raízes escravocratas, persistindo

---

<sup>49</sup> Sobre a questão fundiária no Nordeste, ler de José Graziano da Silva (coord.) A Irrigação e a Problemática Fundiária do Nordeste, Campinas: Instituto de Economia: PRONI, 1988.

<sup>50</sup> O Estatuto da Terra de 1964 tipifica os imóveis rurais em minifúndios as propriedades com área inferior a um módulo rural (unidade de medida que exprime a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições de seu aproveitamento) e, portanto, incapazes por definição, de prover a subsistência do produtor e de sua família (Medeiros, 2002).

na trajetória do capitalismo brasileiro, que ampliou a concentração da propriedade nas mãos dos latifundiários e grupos econômicos, conservando a estrutura fundiária, expropriando milhões de camponeses<sup>51</sup> do seu direito à terra.

As elites econômicas e políticas no comando do Estado brasileiro privilegiaram os grandes proprietários em detrimento dos camponeses, produzindo a denominada “Modernização Conservadora”, pois tecnificou a agricultura sem alterar a estrutura fundiária, inclusive concentrando mais ainda. Esta situação, atualmente, é responsável pelas mais graves formas de desigualdade presentes na sociedade brasileira.

Na realidade, a forte concentração de riqueza e de terras no mundo rural e os elevados níveis de desigualdade e pobreza não eram considerados obstáculos ao crescimento econômico. O modelo de desenvolvimento hegemônico sempre considerou importante a criação de bases de sustentação para o crescimento, independentemente das articulações sociais presentes, e que os problemas de pobreza seriam naturalmente superados com o crescimento econômico produzido pela sociedade.

Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (2002), a experiência internacional demonstrou, entretanto, que os mecanismos de mercado são incapazes, por si só, de promover o acesso à propriedade da terra. Daí as intensas mobilizações sociais exigindo a reforma agrária, onde os camponeses identificam nessa bandeira a possibilidade de alterar o modelo de crescimento econômico que conserva e reforça o latifúndio, e abrir reais perspectivas de desenvolvimento sustentável.

---

<sup>51</sup> Para Martins (1990:22 e 23) as palavras camponês e latifundiários "são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais" (Martins, 1990:22 e 23<sup>a</sup>).

Entretanto, apesar das restrições do acesso à terra que reflete a problemática fundiária no Brasil e especificamente no Nordeste, Duque (2004) afirma que metade dos mais de quatro milhões de produtores familiares ativos na agricultura está na região nordestina. São dois milhões de agricultores familiares da região que se responsabilizam por 43% do valor bruto de toda a produção agropecuária, representando 6,8 milhões de postos de trabalho, ou seja, 82,9% de todos os empregos fornecidos pela agropecuária na região (Duque, 2004). A autora afirma que “... podemos imaginar o crescimento da produção e do emprego se esses agricultores tivessem melhores condições de terra (tamanho) e infra-estrutura” (Duque, 2004:79).

Por outro lado, a educação básica de qualidade nunca foi privilegiada na região semi-árida. O índice de analfabetismo<sup>52</sup> da população rural nordestina de 15 anos ou mais de idade é o triplo da encontrada na região sul, correspondendo a 39,1% e 10,8% respectivamente (fonte: IBGE, 2000). Em nível nacional, o Brasil apresentava em 2002 um percentual de 26% desta população sendo considerados analfabetos funcionais (Fonte: IBGE, 2000).

O sistema educacional no município de Caraúbas é formado pelas redes municipal, estadual e particular, abrangendo atividades nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. No município existem setenta e sete (77) estabelecimentos de ensino, sendo dezessete (17) na zona urbana e sessenta (60) na zona rural, com um total de 6.870 (seis mil, oitocentos e setenta) alunos matriculados.

A taxa de alfabetização da população do município de Caraúbas é de 50,80%, segundo dados do último Censo Demográfico, sendo que 62,53% da população alfabetizada se

---

<sup>52</sup> Para o conceito de analfabetismo, o IBGE utiliza o definido pela UNESCO que “inclui pessoas que, apesar de familiarizadas com as bases da leitura e escrita ainda podem ser consideradas funcionalmente analfabetas. Em geral, uma pessoa é considerada analfabeta funcional quando possui menos de 4 anos de estudos completos” (IBGE, 2004:71).

concentram na zona urbana e os 37,47%, na zona rural. Na comunidade de Mirandas 80% dos habitantes são analfabetos (Fonte: PROASNE/Trilhas Potiguares, 2001)<sup>53</sup>.

“Na era da informação, a falta do domínio da escrita e da leitura é uma forma de exclusão perversa. Para os que estão inseridos no ensino formal, a educação descontextualizada da realidade sociocultural e ambiental do Semi-Árido também não tem propiciado uma educação comprometida com a construção de uma cultura de convivência com o Semi-Árido” (Carvalho & Santos, 2003:46).

Ocorrem elevados índices de repetência e de evasão escolar com um currículo escolar dissociado das atividades agropecuárias e também da cultura da população. Muitas famílias ficam impossibilitadas de manter os filhos na escola devido à necessidade da mão de obra infanto-juvenil no trabalho agrícola.

“Outro aspecto crítico no ensino praticado nas escolas do Semi-Árido, particularmente no meio rural, é a negação dos valores e da cultura local, por meio da indução de conhecimentos mais ligados à realidade dos médios e grandes centros urbanos. Além da precariedade da escola, o alto índice de trabalho infantil é outro problema grave da educação no Semi-Árido, pois dificulta o acesso e a permanência do aluno na escola” (Carvalho & Santos, 2003:46).

---

<sup>53</sup> A equipe do Programa Trilhas Potiguares da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em parceria com a Universidade Solidária e o Proasne aplicaram nos dias 17 a 19 de julho cinquenta questionários na comunidade de Mirandas. A pesquisa foi feita por amostragem piloto obedecendo a critérios estatísticos. Foram entrevistadas 51 famílias de uma população de 226 casas. Os dados foram coletados através de questionários com perguntas fechadas e codificadas.

O analfabetismo e o desemprego escravizam o pobre à miséria. As regiões brasileiras mais pobres são as que têm maior dificuldade em garantir os recursos para o desenvolvimento humano e são justamente os que dele mais necessitam.

A educação sempre foi um dos meios para superação das grandes injustiças sociais herdadas do passado e que se reproduzem no presente, além de imprescindível para a construção do desenvolvimento social. É a aspiração das classes subalternas, que nela vêem o único caminho da prosperidade e da melhoria de vida para seus filhos. Mas, educação é, também, elemento de fundamental importância para o desenvolvimento. Assim, a educação constitui-se em um dos elementos estratégicos para o desenvolvimento sustentável na localidade, permeando os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Além do aspecto educacional deficiente, o município de Caraúbas sofre de outros males sociais, tais como condições precárias de moradia, com uma grande parcela da população residindo em casas de taipa com instalações sanitárias inadequadas, principalmente na zona rural. As desigualdades sociais, o baixo nível de renda e a ausência de uma política que reduza essas disparidades têm sido responsáveis pela generalização de uma situação de imensa deterioração da qualidade de vida.

O tipo de habitação da comunidade de Mirandas, em grande parte, é feito de taipa (madeira e barro) com aproximadamente 45% das casas, e 33% são de tijolo com reboco e pintura. Nas casas, 96% do teto são cobertos de telha e 76% tem o piso cimentado. As condições de moradia configuram-se como um dos principais componentes da caracterização dos determinantes da situação de saúde da população, além de caracterizar seu habitat e cotidiano da população.

Os problemas de saúde, decorrentes da precariedade das condições habitacionais são grandemente conhecidos e afetam, principalmente, à população infantil, especialmente aqueles

ligados às vias respiratórias. As correntes de ar frio, buracos na construção, o chão frio, as infiltrações de água, aliados a uma alimentação inadequada são os responsáveis pelos resfriados, bronquites e pneumonias.

A ausência de sanitário (61%) no interior da unidade habitacional, ou mesmo em situação precária, de grande parte da população agrava ainda mais a questão de saúde pública na comunidade de Mirandas. As instalações sanitárias, principalmente banheiros, de muitas casas são improvisadas, em particular aquelas que ficam mais afastadas, sendo extremamente precárias. O destino das águas servidas é predominantemente lançado nas ruas (89%), e 45% dos dejetos são lançados a “céu aberto”. Apenas 31% possuem fossa séptica, e 24%, fossa negra <sup>54</sup>(24%) (Fonte: PROASNE/Trilhas Potiguares, 2001).

Referente à saúde, a população da zona rural do semi-árido de uma maneira em geral, é ainda mais prejudicada, pois consome água de má qualidade e, como a alimentação é deficiente (em quantidade e qualidade), principalmente em vitaminas e minerais, freqüentemente adoecem.

Dentro dessa realidade, a população infantil é a mais afetada e sofre diretamente às conseqüências das más condições sanitárias da cidade, agravadas pela grande carência nutricional. As principais doenças que acometem as crianças de Caraúbas são: desnutrição, diarreia, parasitose, infecções respiratórias, anemia e dermatoses.

O lixo é, também, um grande problema sanitário para a comunidade, que, uma vez sem contar com o serviço de coleta de lixo pelo poder público municipal, utiliza a entrada da comunidade de Mirandas como destino dos resíduos, depositando-os a céu aberto junto com animais mortos, dificultando o acesso de transportes e gerando uma série de problemas de saúde (o calazar é apontado como um dos maiores problemas), além da questão estética e mau cheiro. A

---

<sup>54</sup> Fossa negra é uma escavação sem revestimento interno onde os dejetos caem no terreno, parte se infiltra e parte é decomposta na superfície de fundo.

propósito foi registrada a seguinte declaração feita por um morador no início do trabalho do Projeto de Águas Subterrâneas no Nordeste do Brasil (PROASNE): "Aqui é podre. Vocês vão se embora e não vão sentir a catinga vindo do norte". Outro habitante afirmou: "O lixo prejudica o pessoal, pois vai todo para o açude".

A presença do lixo nas ruas e em terrenos baldios, a ausência de calçamento associada aos problemas advindos das inundações por ocasião das chuvas constituem fatores importantes para a propagação de todas as espécies de doenças.

Esse fato é agravante, pois inexistente no Brasil uma política a nível nacional para os resíduos sólidos (lixo). Dessa maneira, os municípios se defrontam com a escassez de recursos financeiros para investir na coleta, no processamento e disposição final do lixo. De uma maneira geral, são as comunidades das zonas rurais e as localizadas na periferia das metrópoles as que mais sofrem com o mau cheiro, condições de higiene e a degradação ambiental, devido à proximidade com esse tipo de resíduo.

Em relação à questão ambiental, as condições ambientais adversas do semi-árido e a pobreza generalizada propiciam a exploração irracional dos recursos naturais, desencadeando uma acelerada degradação ambiental decorrente dos desmatamentos, queimadas, poluição das águas, salinização dos solos e água, assoreamento dos rios e riachos, extinção de espécies animais e vegetais, culminando no processo de desertificação.

A desertificação é, sem dúvida, o mais grave problema ambiental da região semi-árida. A Agenda 21, o principal documento gerado pela Conferência do Rio em 1992, definiu desertificação como sendo a degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas, sub-áridas e sub-úmidas secas, resultantes de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas.

Em relação ao Nordeste, o processo de desertificação já atingiu mais de 55% do território. A área corresponde a 18.000 quilômetros quadrados completamente secos (Gusmão, 1999). Segundo o IDEMA (2004), aproximadamente 63% do território norte-rio-grandense está incluído nas categorias Muito Grave e Grave de ocorrência de desertificação, o que se constitui em um processo de degradação ambiental bastante preocupante.

Os processos de desertificação são muitos complexos e envolvem dimensões não apenas de conhecimento técnico, mas econômicas, sociais e culturais. O semi-árido brasileiro, que durante séculos resistiu a longos períodos de estiagem, não está suportando o avanço da desertificação.

Na ausência de possibilidades de permanecer na terra, a população rural do semi-árido passa a ficar “retida” nas cidades da região, onde as oportunidades de emprego não são necessariamente positivas. As reduzidas oportunidades ali existentes são produzidas pela criatividade das comunidades locais, quando movidas por estratégias de organização estimuladas por organizações da sociedade civil, principalmente se apoiadas por instituições públicas federais e estaduais. (Carvalho & Santos, 2003).

Nessa perspectiva, o fortalecimento da ação coletiva identificada na localidade, buscando gerar um processo de desenvolvimento das pessoas e das instituições que tenha como finalidade os objetivos e interesses dos seus habitantes, é ensejado pelo desenvolvimento local. Dessa maneira, uma das finalidades do desenvolvimento local é reduzir as desigualdades sociais.

No âmbito das inúmeras desigualdades sociais, econômicas, político-culturais, chama a atenção a desigualdade de gênero com suas especificidades. Apesar das lutas alcançadas pelas mulheres nos últimos anos, em geral as mesmas ainda continuam em situação de desvantagem econômica e política em relação aos homens em praticamente todos os segmentos sociais, raças e regiões.

Na contemporaneidade, o processo de globalização nos moldes neoliberais, sustentados na integração econômica e do livre comércio, vem afetando ainda mais a vida de homens e mulheres em toda a América Latina e Brasil. Porém, devido à discriminação, às diferenças de acesso aos recursos, às diferenças sociais e expectativas, mulheres e homens sentem e vivem os impactos destas políticas neoliberais de forma diferente.

Cresce, assim, a pobreza no campo, com a exclusão das classes populares e a discriminação sobre as mulheres. As mulheres trabalhadoras rurais, além de enfrentarem a dureza das conseqüências desse modelo perverso, como todos os trabalhadores rurais, sentem na pele as marcas das sobrecargas do trabalho (o trabalho na roça, as atividades domésticas, as responsabilidades com a família), da opressão, da discriminação e da violência.

Dessa forma, apesar das desigualdades de gênero persistirem nas áreas rurais e urbanas, a desigualdade na relação de gênero é ainda mais nítida nas áreas rurais, tendo em vista a discriminação para o uso e acesso aos recursos financeiros, a restrição na participação política e a determinação dos papéis domésticos.

Em processos participativos de desenvolvimento, como no caso do desenvolvimento local sustentável, é de se esperar que a desigualdade diminua uma vez que a participação local é uma pré-condição. Porém, todo processo participativo é um processo político e, em geral, as mulheres estão sub-representadas na esfera pública da política. Dessa forma, a participação local e comunitária não é suficiente para lidar com as desigualdades de gênero. São necessárias atividades específicas para ampliar a representação dos interesses das mulheres nos processos de desenvolvimento local.

### 2.3. A Questão de Gênero no Contexto Semi-Árido

Diante do exposto, fica evidenciado que a vida no campo brasileiro tem uma marca profunda no empobrecimento das populações que lá residem. Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) somente 2% da população no campo vivem em condições dignas. Entre os mais pobres, as mulheres chegam a 62% dessa população (Butto, 2003:08).

A erradicação da pobreza, baseada no crescimento econômico sustentado, no desenvolvimento social, na preservação do meio ambiente e na justiça social, requer o amplo envolvimento das mulheres no desenvolvimento econômico e social, a igualdade de oportunidades e a equânime participação de mulheres e homens como agentes beneficiários de um desenvolvimento sustentado centrado na pessoa e na localidade em que estão inseridos.

Entretanto, apesar da relevância da participação das mulheres, pouca atenção é dada às mulheres que vivem no meio rural, trabalham e sobrevivem da agricultura familiar, especialmente do semi-árido nordestino. Quando muito, a família é vista apenas pelo homem considerado o "chefe da família"<sup>55</sup>.

As atividades desenvolvidas pelas mulheres<sup>56</sup> e pelos filhos, em geral, não são valorizadas. Persiste, assim, a visão de que os interesses do "chefe de família" expressam com

---

<sup>55</sup> Ajuda a compreender as relações de gênero que se processaram no Brasil quando se remonta ao período colonial. O proprietário das terras era considerado o grande senhor, onde todas as coisas materiais e humanas, como escravos e família, estavam sobre seu total poder. Neste sentido, o latifúndio colonial foi o grande incentivador do aparecimento e da manutenção da família patriarcal. Na época, a esposa era considerada propriedade do marido e os filhos homens eram priorizados em detrimento das filhas mulheres, pois eram os autênticos herdeiros das atividades agrícolas. A vida pública das mulheres resumia-se a ir à igreja rezar. Mulheres emancipadas eram condenadas e taxadas de doentes. A mulher não poderia exercer qualquer tipo de atividade sem a permissão do marido e só poderia tornar-se chefe de família se o marido não tivesse com suas plenas faculdades mentais, desaparecesse ou estivesse preso por mais de dois anos.

<sup>56</sup> Segundo o Censo 2000 (IBGE) o município de Caraúbas possui uma população masculina de 9.295 e uma população feminina de 9.515, totalizando 18.810 habitantes. Apesar do equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres, esta mesma fonte mostra que a população economicamente ativa (10 anos ou mais de idade) do município é bastante desigual onde os homens totalizam 4.441 e as mulheres somam apenas 2.082.

fidelidade os interesses dos demais membros da família e que apenas ele decide pela vida de todos.

Em se tratando de semi-árido nordestino, os homens são responsáveis pelo trabalho dito "produtivo" (agropecuária) compreendido como toda a atividade efetuada para produzir bens e serviços destinados ao consumo mediante a troca ou venda. Atribuem às mulheres o trabalho dito reprodutivo, cuidar da casa e dos filhos, criação de pequenos animais, cuidados com a horta<sup>57</sup>. Em outras palavras, o trabalho "improdutivo", segundo a ótica capitalista, que é tudo aquilo que é feito para uso e consumo da família, é pouco valorizado devido à escassa ou nenhuma participação na geração de renda.



***Figura 06 – A mulher da comunidade de Mirandas e seu papel reprodutivo***

---

<sup>57</sup> Foram exatamente as dificuldades de sobrevivência aliadas a um tempo maior das mulheres fora da agricultura patronal que gerou a agricultura familiar como estratégia de sobrevivência (Buarque, 2003). Para a autora, as mulheres, assim, detêm habilidades e experiências necessárias à condução de um processo de desenvolvimento humano local sustentável.

Assim, ao trabalho masculino é atribuído valor e ao da mulher, não, produzindo uma distribuição desigual de poder e prestígio. Na sua essência, a relação de gênero é uma relação de poder, reforçando o comportamento de opressão/submissão, exploração e exclusão. Mesmo quando os filhos e a esposa desempenham tarefas no roçado, são consideradas, apenas, como "uma ajuda" ao trabalhador principal, o homem, e não são elas que decidem o que plantar e não comercializam os produtos, nem ficam com o dinheiro.

Além de discriminadas quanto ao gênero<sup>58</sup> e exploradas enquanto classe, as mulheres da zona rural do semi-árido nordestino são excluídas socialmente, sofrem de ausência de poder, colocando-as, junto às suas famílias, no limite da sobrevivência. A opressão de gênero cria, assim, obstáculos e muitas vezes impossibilita a plena participação das trabalhadoras na vida pública e política das comunidades rurais, nos acampamentos, assentamentos rurais e no município de uma maneira geral<sup>59</sup>.

A compreensão do trabalho produtivo feminino como auxiliar constitui-se em uma das maiores barreiras de gênero para a participação remunerada nas atividades agrícolas que as trabalhadoras rurais vivenciam no seu cotidiano colocando-a em uma situação de subordinação, mascarando suas potencialidades e capacidades.

O depoimento de uma agricultora familiar da comunidade de Mirandas mostra essa realidade: “A mulher de Mirandas é muito sofrida. Trabalha na roça, mas a mulher nunca diz: “Eu fiz, eu plantei”. A gente não pega o dinheiro e compra um sapato”. A discriminação invade até mesmo as políticas públicas, que raramente contemplam suas necessidades, dificultando o acesso das que existem.

---

<sup>58</sup> Gênero é um conceito socialmente construído que tem como finalidade compreender as relações que se estabelecem entre os homens e as mulheres. Neste sentido, gênero “é um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e de hierarquia dos homens sobre as mulheres” (Faria, 1997:30).

<sup>59</sup> Não se pode negar que esta realidade vem mudando com a inserção de muitas mulheres nas lutas, movimentos sociais e sindicais, mas inegavelmente há muito a que se alcançar e conquistar.

No semi-árido nordestino, é grande o número de mulheres cujos maridos migram e elas permanecem no campo assumindo a responsabilidade pela sobrevivência da família, sendo conhecidas como as "viúvas da seca". Uma vez que são as mulheres as que menos recebem treinamento e capacitação técnica e gerencial para desempenhar as funções no campo, as "viúvas da seca", na sua grande maioria, ficam despreparadas para ocupar a função de provedoras da família. Essa situação se agrava quando elas ficam sem receber o sustento prometido pelos maridos migrantes o que compromete a sua sobrevivência e da família (Branco, 1998).

As mulheres do semi-árido são grandemente discriminadas no tocante ao acesso à terra, ao crédito e às frentes produtivas de trabalho ainda mesmo quando assumem temporariamente a chefia da família. Entretanto, as mulheres desempenham um papel muito importante no contexto da região semi-árida, embora tenham sido discriminadas no processo de planejamento do desenvolvimento regional. Trabalhando a questão da discriminação da mulher no semi-árido nordestino, Branco (2000) vai afirmar que

“A despeito do importante papel que as mulheres desempenham, no âmbito doméstico e na sociedade, a sua contribuição é considerada como de pequena ou nenhuma importância, já que está, normalmente, relacionada às atividades domésticas não remuneradas, dirigidas à reprodução da unidade familiar” (Branco, 2000:19).

Aos poucos e com muita resistência e luta, esse cenário começa a ter novas configurações. Para a plena efetivação da cidadania das mulheres agricultoras familiares<sup>60</sup>, é necessário romper, além dos obstáculos econômicos, as fortes barreiras culturais e sociais, que colocam uma

---

<sup>60</sup> Para um avanço da plena sustentabilidade da zona rural, é necessário elucidar a compreensão de agricultor e agricultora familiar, que transcende seu aspecto tradicional, ou seja, o (a) profissional que encontra na atividade agrícola a fonte da quase totalidade da renda familiar. A adoção do conceito tradicional faz com que excluam os agricultores e as agricultoras que, por motivos vários, como a sazonalidade da atividade agrícola, desempenham atividades não-agrícolas de caráter complementar e com tempo parcial, não significando, necessariamente, uma ameaça à continuidade da atividade agrícola nem uma tendência ao desaparecimento de tais unidades produtivas, sendo inclusive necessária para a permanência do homem e da mulher no campo.

concepção da imagem feminina aliada a atributos de inferioridade, subordinação e constrangimento, cabendo ao gênero masculino as características de superioridade, força, coragem e liberdade em todas as suas acepções.

“A peleja das trabalhadoras rurais, seja no espaço de classe, de gênero ou etnia, é uma luta política de grande transcendência para a democracia, pois ela inclui o sentido da cidadania para todos no campo e, também, da liberdade das mulheres, ao incluir seu movimento como agente social na posição de sujeito, frente à opressão de sexo. Esse é sem dúvida um dos sentidos da dimensão de gênero, inclusive por seu rebate nas relações de poder no interior dos organismos de classe e por sua capacidade de exigir redirecionamento das políticas públicas” (Buarque, 2003:08)

Nesta compreensão, a proposta de Desenvolvimento Local Sustentável necessita priorizar a inclusão da abordagem de gênero, considerada essencial por introduzir uma nova concepção nas relações que se estabelecem entre homens e mulheres. Essas relações devem possibilitar a participação efetiva das mulheres na tomada de decisões e na construção de políticas alternativas e sustentáveis de desenvolvimento que tenham a equidade como pilar básico.

Deve-se, também, assegurar transparência e responsabilidade da população nas questões sociais, econômicas, políticas e ambientais. Em se tratando dos recursos naturais, especificamente no que se refere a água na região semi-árida, necessário assegurar, nos projetos hídricos, bom gerenciamento, com foco reforçado na abordagem local, tratando de maneira equânime a divisão de benefícios, com especial atenção às perspectivas em favor dos pobres e de gênero.

## 2.4 A Questão Hídrica e o Projeto de Águas Subterrâneas no Nordeste do Brasil

Apesar do problema da limitação da água, os recursos hídricos estão sendo utilizados sem uma adequada, e cada vez mais necessária política de produção de água, utilização, gerenciamento e conservação dos recursos hídricos armazenados.

"A escassez de água no Nordeste alcança hoje níveis que ultrapassam as previsões mais pessimistas. O problema hídrico não está restrito apenas ao meio rural do Nordeste semi-árido. Ele afeta, neste começo de século, as cidades da hinterlândia semi-árida e, praticamente, todas as capitais da Região" (Carvalho & Santos, 2003:22).

Nesse sentido, a água é um elemento indispensável para todas as regiões e, muito mais ainda, para o semi-árido, dadas as suas limitadas condições sócio-econômicas e climáticas. Para esta região, o fator água delinea-se, simultaneamente, no nível da subsistência dos homens e dos animais, bem como da produção na agricultura e pecuária, setores dominantes da economia regional, no qual figura como um dos fatores de produção essenciais<sup>61</sup>.

Apesar da pluviometria média da região semi-árida ser relativamente elevada (700 mm/ano) existem alguns fatores que explicam a característica de semi-aridez da região. Um deles é a concentração das chuvas no tempo, muitas vezes de forma torrencial, seguido de uma longa estação de 6 a 8 meses absolutamente seca. As chuvas também são distribuídas de forma irregular no tempo e, por último, existe uma reduzida capacidade física de absorção da água, devido a

---

<sup>61</sup> Pessoa (2002) chama a atenção para o fato de que os próprios marcos de referência da ocupação fundiária com linhas de frente sistematicamente à margem dos rios são uma característica na região. Segundo o autor, "esta configuração se manifesta, aliás, não apenas no nível da atribuição original das terras, através das "sesmarias" e das "datas", como ainda das partilhas sucessivas sempre efetuadas sob a forma de "fatias" com a mesma configuração, de forma a assegurar justamente o acesso ao fator mais escasso - a água" (Pessoa, 2002:17).

maior parte dos solos da região ser caracterizada pelo embasamento cristalino, de forma que a tendência normal é a perda de grandes quantidades de água por escoamento e por evaporação.

No que se refere ao quadro hidrográfico, o Estado do Rio Grande do Norte possui como principal característica a presença de rios temporários, dentre os quais se destacam os rios Apodi-Mossoró, Piranhas/Açu, Boqueirão, Punaú, Maxaranguape, Ceará-Mirim, Doce, Potengi, Pirangi, Trairi, Jacu, Catu, Curimataú, Guajú e Seridó. Eles representam os veículos principais de alimentação e escoamento dos recursos hídricos de superfície do Estado. Estão distribuídos ao longo de 14 bacias e duas áreas de escoamento difuso, localizadas no litoral norte e no litoral leste do Estado (Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região do Seridó, 2000:54).

A oferta de recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Norte é representada pela mesma capacidade de açudagem dos açudes e barragens ali construídos. Da oferta total de recursos hídricos do Nordeste, apenas 4,11% se encontravam, em 1991, em bacias hidrográficas (total ou parcialmente) localizadas no Rio Grande do Norte (Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região do Seridó, 2000:58).

Geologicamente, o solo do semi-árido nordestino é constituído por dois tipos estruturais: o embasamento cristalino, representado por 70% da região semi-árida, e as bacias sedimentares, que ocupam apenas 30% do solo (Duarte, 2002). No embasamento cristalino, os solos geralmente são rasos (cerca de 0,60 m), apresentando baixa capacidade de infiltração, alto escoamento superficial e reduzida drenagem natural (Suassuna, 2005).

No aspecto hidrogeológico, cerca de 60% do território norte-rio-grandense é formado por rochas cristalinas, cujo aproveitamento como aquífero é restrito pela vazão e qualidade da água, frequentemente salinizada. Daí o fato do Estado não apresentar grandes mananciais hídricos subterrâneos (IDEMA, 2004)

No embasamento cristalino, praticamente inexitem depósitos naturais de água em quantidade significativa. As águas subterrâneas apresentam-se armazenadas ou através de fendas ou fraturas do substrato rochoso (escudo cristalino) de modo bastante limitado. Além disso, estudos mostram que cerca de 60% das águas subterrâneas do cristalino são salobras, servindo apenas ao consumo animal, às vezes ao consumo humano e raramente à irrigação (Duarte, 2002).

Nas bacias sedimentares, os solos geralmente são profundos (superiores a 2 m, podendo ultrapassar 6 m) com elevada capacidade de infiltração e boa drenagem natural (Suassuna, 2005). Essas características possibilitam a existência de um grande suprimento de água de boa qualidade no lençol freático que, pela sua profundidade, está totalmente protegido da evaporação<sup>62</sup>. As bacias sedimentares são "distribuídas desigualmente no semi-árido, havendo grande concentração nos Estados do Maranhão e Piauí, e, em menores proporções, nos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia" (Duarte, 2002:20).

Quanto aos aspectos geológicos, o município de Caraúbas abrange terrenos pertencentes à Bacia Potiguar e Embasamento Cristalino, sendo que a porção sul é caracterizada por granitos. A porção norte é representada por sedimentos da Formação Açu<sup>63</sup> (Bacia Potiguar), caracterizada por espessos solos de composição essencialmente arenosa e coloração creme a avermelhada.

Na sede do município de Caraúbas, o abastecimento d'água é realizado pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), que capta água de 2 (dois) poços na

---

<sup>62</sup> Apesar de serem possuidoras de um significativo volume de água no subsolo, as bacias sedimentares estão localizadas de forma esparsa no Nordeste (verdadeiras ilhas distribuídas desordenadamente no litoral e no interior da região), com seus volumes distribuídos de forma desigual. Para se ter uma idéia dessa problemática, estima-se que 70% do volume da água do subsolo nordestino estejam localizados nas bacias do Piauí/Maranhão (Suassuna, 2005).

<sup>63</sup> O Estado do Rio Grande do Norte possui 14 bacias hidrográficas, sendo duas de longo curso, Apodi/Mossoró (14.276 km<sup>2</sup>) e Piranhas/Açu (17.498,5 km<sup>2</sup>), que juntas cobrem cerca de 80% da área estadual e desaguam no Litoral Norte do Estado. O Estado conta com um grande número de reservatórios d'água constituídos por açudes, barragens e lagoas.

localidade de Igarapé, distante 18 km, cujo bombeamento é de 120m<sup>3</sup>/hora. Na zona rural, o abastecimento é feito através de chafariz e carro pipa, de adutora, além da captação de poços.

Na maioria das comunidades rurais da região semi-árida não existe água encanada, o que obriga a população a consumir água de depósitos poluídos e pequenos açudes sujeitos à contaminação. A população utiliza-se, ainda, dos mais variados métodos para ter água para o atendimento de suas necessidades, dentre elas existem as cisternas do tipo convencional e de placas que captam água de chuva<sup>64</sup>. Muitas famílias utilizam a água captada da chuva para lavagem de roupa, dessedentar os animais e até irrigar pequenos plantios.

Em algumas comunidades, a água para o abastecimento humano provém unicamente do atendimento de carros-pipa (em média duas vezes por mês), que abastecem cisternas com capacidade para 21 mil litros d'água, quantidade essa insuficiente para suprir as reais necessidades das localidades. Além da quantidade limitada, os carros-pipa são dispendiosos e resultam, na maioria dos casos, em um clientelismo, uma moeda eleitoral em troca de voto para o poder local.

Os açudes constituem uma alternativa muito explorada no Nordeste brasileiro, existindo pequenos, médios e grandes. Os grandes açudes são, via de regra, construídos pelo poder público, com a finalidade de desenvolver atividades de irrigação, piscicultura e abastecimento das populações na região. Esses mananciais, por possuírem grandes volumes acumulados, não correm o risco de exaustão, permitindo uma contenção de volume de água apreciável, capaz de alcançar o período de estio, mesmo com o seu uso continuado.

---

<sup>64</sup> O semi-árido brasileiro recebe, aproximadamente, 700 bilhões de m<sup>3</sup> de água de chuva anualmente. Por outro lado, a mesma região perde cerca de 36 bilhões de m<sup>3</sup> de água de chuva por ano, por falta do uso de tecnologias apropriadas para o aproveitamento da pluviometria (Drumond, 2000).

Entretanto, os pequenos e médios açudes representam 80% dos corpos hídricos nos estados nordestinos. Esse aspecto traz problemas muito sérios de salinização, pois as águas ficam sujeitas à concentração salina devido ao fenômeno da evaporação intensa.

"Além do regime de chuvas irregular e torrencial, a zona semi-árida do Nordeste sofre acentuadas perdas das águas de superfície através da evaporação. Por isso, é em decorrência também das infiltrações da água, constata-se que, em períodos de seca, em apenas dois anos todos os açudes com profundidade inferior a seis metros secam completamente" (Duarte, 2002:22).

A água no período das secas é insuficiente, e, quando acumulada, é de má qualidade, além de não ser bem gerenciada. Isso vale tanto para a água de consumo humano como para a destinada à produção agropecuária. No geral, as regiões onde se apresentam as menores precipitações são as que sofrem maiores dificuldades com relação à água de subsolo, devido às formações cristalinas possuidoras de elevados níveis de sais.

Em termos hídricos, o município de Caraúbas pode ser considerado privilegiado. As águas, em geral, são de boa qualidade<sup>65</sup>, podendo ser utilizadas para consumo humano, animal, industrial e outros<sup>66</sup>. Existem sete (07) açudes no município com capacidade de acumulação superior a 100.000 m<sup>3</sup>, dos quais destacam-se: Apanha-Peixe; Santo Antônio de Caraúbas; açude do Governo ou Vila de Caraúbas; Sabóia; Comunitário; Jordão; Baixa dos Defuntos. Todos estes mananciais são utilizados de maneira pública ou comunitária (Fonte: IDEMA, 2003).

Mesmo nas regiões onde chove mais e o subsolo é rico em água, a população enfrenta dificuldades pela falta de informações, de investimentos públicos adequados e pela elevada

---

<sup>65</sup> Esta boa qualidade da água, entretanto, não tem sido verificada sobre todo o domínio da área, tendo sido perfurados poços em alguns locais com vazões baixas e até mesmo secos, em alguns casos com águas de salinidade elevada.

evaporação. Não há uma preocupação, por parte dos governos, de captar e armazenar a água das chuvas para a utilização nos períodos críticos. A maior parte da população não tem condições de construir seus próprios reservatórios, ficando dependentes do carro pipa e vulnerável à exploração e manipulação dos políticos mal intencionados.

É necessário que o poder público garanta a água para as populações em três níveis: para o consumo das famílias, que deve ser de boa qualidade e em quantidade suficiente para o ano todo; a água comunitária, para as outras necessidades da casa, para os animais e pequenas irrigações; e a água de reserva para os períodos mais longos de estiagem.

O uso racional da água e a preservação dos mananciais superficiais e subterrâneos são também medidas importantes para garantir os recursos hídricos. A criação de espaços democráticos possibilita às comunidades a participação na elaboração, fiscalização e gestão de planos de aproveitamentos de recursos hídricos.

Todos esses procedimentos são necessários considerando que a população do Nordeste brasileiro vem convivendo com índices extremos de escassez hídrica que atingem o próprio consumo humano, tornando o acesso à água uma questão de sobrevivência e um elemento primário na relação das necessidades básicas da população, principalmente a que encontra-se localizada na região semi-árida, onde o problema é mais agudo.

#### **2.4 1. Projeto de Águas Subterrâneas no Nordeste do Brasil (PROASNE)**

Para o PROASNE desenvolver os recursos hídricos subterrâneos da região semi-árida, ainda que de maneira localizada, constituía um grande desafio, já que a água subterrânea não é abundante e é de difícil localização nas rochas cristalinas duras e impermeáveis que se encontram na maior parte da região, conforme assinalado anteriormente.

Entretanto, referente ao aquífero Açu, área de abrangência da pesquisa hidrogeológica do Proasne, caracterizado pela bacia sedimentar, as atividades específicas para o atendimento dos objetivos gerais compreenderam os estudos voltados para a definição da estrutura hidrogeológica, avaliação da recarga das águas subterrâneas, definição de limites hidrogeológicos e higeoquímicos, avaliação de parâmetros hidrodinâmicos do sistema aquífero e exploração das águas subterrâneas.

Com o projeto, foram definidas as zonas de maior potencial hidrogeológico e de melhor qualidade das águas, permitindo, desta feita, a otimização da locação e da exploração do manancial subterrâneo, garantindo o uso racional dos recursos disponíveis. A meta do projeto foi beneficiar as populações mais necessitadas para o seu suprimento, e assim sendo, comunidades no domínio de ocorrência das rochas do embasamento cristalino puderam ser priorizadas.

A pesquisa hidrogeológica foi desenvolvida em colaboração com a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), a Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos (SERHID) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Dessa maneira, a escolha pela comunidade de Mirandas, no município de Caraúbas, para a realização de trabalho social deveu-se a critérios técnicos, uma vez que a pesquisa hidrogeológica do PROASNE identificou, na área, reservas de águas subterrâneas em quantidade e qualidade satisfatória para o abastecimento da população.

Hoje Mirandas encontra-se totalmente abastecida com água de boa qualidade e em quantidade suficiente para o atendimento das necessidades básicas de sua população. Anteriormente, os moradores utilizavam diversas formas rudimentares e pouco sanitárias para adquirir água, e tinham que se deslocar até mais de dois quilômetros a pé ou utilizando carroças puxadas por animais. Em Mirandas, um professor da comunidade expressou a dificuldade de acesso à água da seguinte maneira: “Antes do PROASNE, a gente via, à meia-

noite, toda a comunidade com lata no meio da rua para pegar água para beber no outro dia. Você, agora, vê água de qualidade, povo com mais saúde”.



***Figura 07e 08 - Situação hídrica anterior e atual com 100% das casas abastecidas***

Para a realização do trabalho social e de gênero, o PROASNE estimulou à equipe dos (as) coordenadores(as)<sup>67</sup> na utilização da metodologia “Gestão por Resultados”, para medir o progresso das suas ações. Nessa metodologia, em vez de enfatizar atividades cumpridas durante um projeto, o sucesso é verificado através dos resultados que possam ser mensuráveis.

---

<sup>67</sup> Cada um dos três Estados participantes forneceu um Coordenador Técnico e uma Coordenadora da Área Social e de Gênero para organizar atividades técnicas e de cunho social e gênero em suas regiões respectivas. No caso do Rio Grande do Norte, houve duas coordenadoras de área social e de gênero (mas um único coordenador técnico) devido ao fato que esse Estado teve duas áreas piloto. Todos os indivíduos mencionados acima formaram o Comitê de Direção que efetivamente dirigiu o PROASNE.



***Figura 09 - As áreas de atuação do PROASNE***

No aspecto social, o PROASNE teve como objetivo a realização de programas de educação comunitária relacionados à água e ao meio ambiente (conservação da água, preservação dos mananciais, higiene, disposição do lixo e reciclagem), à redução da pobreza e à melhoria das condições de vida nas comunidades. Estes incluem aperfeiçoamento das técnicas agrícolas e o beneficiamento dos produtos agropecuários; projetos de geração de renda; valorização do papel da mulher a respeito da gerência da água e outros assuntos relacionados à comunidade; aumento da auto-estima e do grau de autonomia das mulheres.

Apesar da grande importância de projetos deste porte que envolvam pesquisas hídricas e trabalho de cunho social, os problemas do semi-árido só serão solucionados com políticas públicas que envolvam atores locais, pondo fim às práticas compensatórias e sem continuidade, formuladas para a convivência digna na região semi-árida.

Políticas que promovam uma ampla reforma agrária, que eliminem o analfabetismo, aumentem a renda familiar, aproveitem e viabilizem as potencialidades econômicas locais e

garantam a organização social com a participação de toda a população, eliminando as desigualdades sociais e promovendo a equidade de gênero.

Diante dessa realidade complexa, possuidora de desafios e viabilidades, que representa o semi-árido para os seus habitantes e, apesar das adversidades climáticas, físicas e da questão histórico-estrutural de desigualdades, experiências recentes, a exemplo do PROASNE tem sinalizado inúmeras possibilidades. Necessário, assim, que o poder público assuma uma política de prioridade de desenvolvimento sustentável que inclua sua população, para que as iniciativas possam emergir de modo coletivo, participativo e integrado, conforme poderá ser visto no capítulo 3 com a experiência do PROASNE.

### CAPÍTULO 3

#### **OS PRIMEIROS PASSOS RUMO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NA COMUNIDADE DE MIRANDAS E NO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**

Como foi abordado no capítulo segundo, o semi-árido apresenta complexidade na convivência dos seus habitantes com a região e desafio para o alcance de seu desenvolvimento sustentável. Todavia, é o desafio desse tipo de desenvolvimento que impulsiona a ação coletiva e a busca de construção de espaços que promovam a justiça social, a equidade econômica e o equilíbrio ambiental, conforme visto no capítulo primeiro.

Neste capítulo, será analisada a experiência do PROASNE que teve início na comunidade de Mirandas, município de Caraúbas/RN. A princípio o objetivo era apenas atuar nessa área como projeto piloto, todavia, o desenvolvimento sustentável na perspectiva de localidade traz em si a necessidade de se pensar e atuar coletivamente em escalas que partam inicialmente do comunitário para um contexto mais amplo (municipal, regional e nacional). O trabalho, dessa maneira, não ficou restrito à comunidade, transcendendo ao longo das ações para mais outras sete (07) comunidades, e depois para todo o município.

Esta visão de localidade se contrapõe às características básicas do paradigma mecanicista no qual a abordagem do desenvolvimento geralmente assume características fragmentárias e unidimensional, não conseguindo introduzir elementos participativos. As comunidades são tratadas como células carentes, atomizadas e relativamente fechadas, o nível microssocial aparece desligado do macrossocial, os problemas são considerados sincronicamente, de forma compartimentalizada como afirma Jara (1998).

Na verdade, como expressa Buarque (2002) o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa com a qual interage e da qual recebe influências e pressões

positivas e negativas devendo trabalhar essas influências e aproveitar os fatores dinamizadores externos. Todavia, alerta Costa (1996) para a necessidade de um balanço crítico no que se refere às experiências em curso, bem como das virtualidades celebradas, sob o risco de tornar-se prisioneiro da apologia.

Ao definir o espaço local como um marco estratégico na orientação de processos de análise científica de uma experiência que buscou o desenvolvimento da localidade, necessita-se, inicialmente, buscar referências que indiquem os passos dados na direção da efetividade das ações do Proasne ali desenvolvidas, na perspectiva do desenvolvimento local sustentável.

Acredita-se que é na esfera local que os problemas são melhores identificados e compreendidos, o que vem, em tese, a facilitar uma solução mais adequada. O atendimento das necessidades da localidade, o aproveitamento das potencialidades locais e das habilidades existentes é extremamente facilitado pela maior proximidade da população no local em que está inserida.

Isso aponta para uma perspectiva mais abrangente do desenvolvimento e que integra as ações e que não define as mesmas como valores assistenciais ou clientelistas herdados, e sim como espaço potencial de um desenvolvimento com sustentabilidade, atendendo a critérios de democracia política, equidade social, eficiência econômica, conservação ambiental e respeito à diversidade cultural.

Dessa maneira, a perspectiva de desenvolvimento sustentável aqui assumida envolve e integra aspectos sociais, econômicos e ambientais. Para a análise da experiência, serão utilizados os princípios norteadores para a construção do desenvolvimento local sustentável defendidos por Buarque (2002), que considera imprescindível o processo endógeno de mudança, o dinamismo econômico, a melhoria da qualidade de vida da população, mobilização e exploração das potencialidades locais, conservação dos recursos naturais e movimento de organização e

mobilização da sociedade local. Este capítulo tem a proposta, ainda, de identificar as possíveis repercussões sociais, econômicas e ambientais do PROASNE/CAERB na comunidade de Mirandas e no município de Caraúbas.

### **3.1- Processo endógeno de mudança**

No modelo alternativo de desenvolvimento que toma como parâmetro a localidade, parece haver consenso em torno da idéia de que as regiões e localidades devem desenvolver uma capacidade endógena de exercer a sua interdependência, através da construção de meios e condições para um processo de organização e participação social.

Desde o início, o Proasne procurou a integração e o diálogo entre os atores sociais da localidade, buscando uma visão compartilhada em termos dos problemas da comunidade, dos obstáculos a serem superados e das potencialidades a serem aproveitadas, rompendo com as articulações tradicionais feitas a partir de demandas, que se limitam ao problema em si, permitindo uma visão focalizada da realidade, não buscando a compreensão dos limites, aspectos favoráveis e obstáculos a serem superados.

Nesse sentido, a metodologia a ser trabalhada com a população vai determinar a compreensão que a mesma tem da situação que vivencia, traçando estratégias necessárias na trajetória a ser percorrida para a construção de uma nova realidade. Segundo o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais:

“A diferença do PROASNE para os outros projetos foi que a metodologia que vocês empregaram para o desenvolvimento do trabalho era uma metodologia participativa, de interação, de envolvimento dos próprios atores, dos próprios beneficiários, buscando a integração da comunidade, das escolas, das associações” (Entrevista realizada na Pousada “Aconchego”, Caraúbas, janeiro, 2005).

Os espaços de negociação e mediação dos agricultores(as) familiares e lideranças comunitárias foram reforçados com a finalidade de buscar e interpretar a informação necessária para construir uma representação da realidade que fosse capaz de nortear as tomadas de decisões.

Estimulando a participação da população na compreensão dos seus problemas, o Proasne abriu espaço para a expressão e o atendimento dos interesses genuínos da população. A partir do momento que seus interesses passaram a ser reconhecidos e atendidos, a população pôde participar efetivamente da implantação do projeto, o que representou um incentivo à criatividade e uma liberação das energias disponíveis localmente.

Dessa forma, o Proasne buscou a participação da população envolvida, garantindo que suas visões, seus interesses e suas necessidades não fossem silenciados. Constituía uma finalidade do projeto a promoção de mecanismos que favorecessem formas diversas de ouvir e respeitar as diferentes visões e perspectivas da comunidade. Essa forma de abordagem facilitou grandemente o trabalho dos profissionais envolvidos no projeto, que chegaram à compreensão de que seu papel se desenvolve pelo estabelecimento de uma relação horizontal, democrática e aberta com os agricultores. Confirmando essa perspectiva, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais afirma:

“Diferentemente dos outros projetos que vem, mesmo tendo uma filosofia semelhante, mas vem o técnico do órgão, do projeto implanta o projeto como conhecedor da verdade, o dono do conhecimento, não levando muito em conta o conhecimento local. Então, isso tudo são fatores que fazem a diferença para que um programa dar certo. A forma metodológica como ele é também trabalhada. Se ele é trabalhado apenas de forma vertical, digamos assim, tem muito para não dá certo, para não atrair nem apaixonar ninguém. Mas quando ele vem de forma horizontalizada, ele consegue atrair pessoas e consegue, também, comprometer pessoas junto às atividades que são desenvolvidas. Na minha compreensão foram essas algumas das questões que diferenciaram o PROASNE de qualquer outro projeto” (Entrevista realizada na Pousada “Aconchego”, Caraúbas janeiro, 2005).

Percebe-se através do depoimento que, na perspectiva do presidente do sindicato, a metodologia do projeto foi exitosa. Na verdade, o trabalho do Proasne ganhou uma conotação ainda maior se for considerado que nunca havia tido, no município, um projeto com a envergadura do PROASNE, que levasse em conta o real interesse da população, sofrendo, inclusive, do descaso das políticas assistencialista e clientelísticas<sup>68</sup>.

Os programas e projetos nas instâncias estaduais e/ou federais, na sua grande maioria, não conhecem a realidade local, quer por falta de comprometimento dos seus profissionais ou limitação de tempo para o cumprimento dos prazos estabelecidos previamente, não buscando conhecer a heterogeneidade existente na localidade. Dessa maneira, estes programas, ainda que bem intencionados, estabelecem freqüentemente prioridades equivocadas ou sem preparar adequadamente a população para a aquisição dos benefícios a serem adquiridos, o que termina fazendo com que os investimentos feitos sejam desperdiçados ou que não sejam utilizados adequadamente pelos beneficiários locais.

A respeito do comprometimento da equipe do PROASNE, a integrante da Assessoria, Consultoria, Capacitação Técnica Orientada Sustentável (ATOS)<sup>69</sup> e socióloga vai declarar: “O que mais me chamou a atenção foi a garra, o amor com que a equipe do projeto trabalhou no município, porque muita gente assume estas coisas, mas não assume de corpo e alma, de vontade” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro, 2005).

---

<sup>68</sup> Assistencialismo é um modo de atuação que enfatiza as ações pontuais e que tem como conseqüência a criação de uma relação de submissão, em vez de oferecer os instrumentos para superação das carências. Quando associadas ao clientelismo, as formas de assistência se transformam em instrumentos de poder reproduzindo a pobreza em vez de combatê-la.

<sup>69</sup> A ATOS foi uma importante parceira no trabalho do PROASNE/CAERN na comunidade de Mirandas e no município de Caraúbas na realização de projetos sociais e de gênero. A ATOS é uma ONG fundada em 12 de fevereiro de 2000 na sede do município de Caraúbas, com a missão de apoiar os processos de desenvolvimento sustentável de maneira participativa, dinâmica e permanente, de modo a possibilitar aos diversos atores e o pleno exercício da cidadania.

Este depoimento demonstra que existe uma necessidade de que os projetos tenham em sua equipe técnica profissionais que de fato se envolvam com a comunidade, vinculando-se com as causas das classes subalternizadas, e que tenham conhecimento e sensibilidade da realidade a que se irá trabalhar, bem como do trabalho comunitário a ser desenvolvido. De outra maneira, o profissional será apenas uma pessoa que irá executar o trabalho, sem qualquer empatia com a população, e os resultados não serão satisfatórios.

O desenvolvimento de trabalho em nível local não é fácil, pois não se consegue da “noite para o dia” conquistar a população, invadir o espaço e modificar as situações. Dessa maneira, torna-se premente para qualquer projeto, programa ou política pública que seja feita uma boa seleção dos profissionais que irão realizar as ações, coordenar as atividades, ou seja, toda a equipe que irá implementar o projeto.

Se um profissional vem como detentor de todo o saber, a população local tem a tendência de rejeitá-lo, daí a necessidade de valorização do conhecimento e valores populares. Precisando estar, ainda, em um constante diálogo<sup>70</sup>, promovendo a troca de conhecimentos com a população, aprendendo com os seus habitantes, verificando as peculiaridades locais para que se consiga ter um trabalho que atenda, verdadeiramente, as aspirações da comunidade e sua real participação. De outra maneira, o trabalho apenas servirá como um dado para a elaboração de relatórios ou pesquisa de ordem acadêmica sem qualquer desdobramento para a população.

A Secretária de Educação do Município, no período de atuação do PROASNE em Caraúbas (2001-2003), vem reforçar este comprometimento, abordando em uma perspectiva mais metodológica “o contato direto que a equipe tinha com a comunidade, ia ver *in loco*, avaliar junto

---

<sup>70</sup> A respeito do diálogo Freire (1983) vai dizer que dizer a palavra é um direito de todos os homens e que não se esgota na relação eu-tu e evidencia a importância da humildade, amor, coragem e fé nos homens para ocorrer o verdadeiro diálogo.

com os agricultores, junto com a família; fazia as reuniões, discutia o projeto, as ações”. Na visão da entrevistada, a metodologia fez a grande diferença para o desempenho das atividades.

“Eu acho que a maneira como a equipe trabalhou a comunidade fez a grande diferença. Primeiro porque chegou no silêncio, lá fazendo, investigando, pesquisando, ouvindo. Tudo isso foi feito com a maior paciência, com uma forma muito dinâmica de ouvir. Então, eu acho que só fluiu porque teve essa metodologia, essa didática muito aplicada naquele trabalho e fez todo o sucesso” (Entrevista realizada em sua casa, Caraúbas, janeiro de 2005).

Pode-se inferir, com a declaração acima que a metodologia participativa, considerada consenso por todos os programas e políticas públicas, e adotada, integralmente na teoria, quando colocada em prática traz à tona a potencialidade e o engajamento da população, bem como a sua diferenciação. Uma metodologia que deveria ser usual por todos que trabalham com as localidades passa a ser percebida como algo extraordinário para as pessoas envolvidas.

Outros fatores vêm contribuir para o insucesso dos programas sociais e refere-se ao fato dos mesmos serem, via de regra, desarticulados, focalistas e intermitentes, o que limita o aproveitamento de sinergias, provocando a pulverização de ações e desperdiçando os recursos humanos e financeiros.

Com a finalidade de um maior engajamento da população, o PROASNE baseou-se na gestão descentralizada e participativa da própria comunidade rural de Mirandas, onde se buscou soluções originais, uma postura crítica. Foram evitados, também, os valores tradicionais de uma cultura política clientelística, que dificulta o despertar das potencialidades locais, o despreendimento das energias e dos recursos existentes na localidade, de forma a buscar a sustentabilidade das ações e a promoção do desenvolvimento.

O PROASNE em Mirandas/Caraúbas, utilizando essa abordagem participativa, propiciou o desenvolvimento de uma aprendizagem sistemática, progressiva, no ritmo dos participantes e em

função de objetivos por eles elaborados. O presidente da ATOS também ressalta a diferença do Proasne em relação aos outros projetos no que se refere à metodologia, às ações executadas e aos resultados adquiridos, segundo pôde-se observar no seguinte depoimento:

“O que mais me chamou a atenção do PROASNE foi o fato de ter sido um projeto diferente dos outros que já tinham vindo para Caraúbas. Trouxe mais dignidade para as pessoas, ele veio com ações, fazendo acontecer as coisas. Porque a maioria das políticas públicas vem com uma conversa, a maior dificuldade para a gente acessar, fazer as coisas acontecerem. O que mais me chamou a atenção foi o projeto “vir e acontecer” (Entrevista realizada em sua casa, Caraúbas, janeiro de 2005).

O depoimento acima referido traz à tona o grande desafio das instituições da localidade e, especialmente, da população beneficiária em ter acesso e comunicação com os órgãos executores das políticas públicas, que, muitas vezes, terminam por não cumprir os compromissos negociados e pactuados. A respeito disso, um líder comunitário expressa:

“A maioria dos projetos vem por meio político e é mais um obstáculo. O PROASNE, não. Ele veio direto para a associação, não era determinação política e ele lutou diretamente com a associação. Grande parte dos projetos políticos não chega nas mãos de quem deveria chegar”.

Este depoimento evidencia a compreensão do caráter clientelístico das políticas públicas com as quais os habitantes da região semi-árida estão acostumados. O líder comunitário consegue perceber o caráter eleitoreiro de muitas políticas públicas e faz uma crítica na medida em que as mesmas não privilegiam os espaços de representação da população. Apesar de, muitas vezes, os trabalhadores rurais aceitarem os benefícios que são oferecidos, por conviver em uma região de carência, eles se sentem desvalorizados, desprestigiados. Há uma consciência de que estão sendo usados, muitas vezes, com a finalidade eleitoral.

Os projetos que têm em seu bojo a sustentabilidade objetivam a independência e autonomia da população mediante o conhecimento, o acesso à informação, finalidade totalmente contrária da política clientelística, onde os políticos querem a permanência da dependência. A grande maioria dos políticos nordestinos lucra com a pobreza da região semi-árida através da indústria da seca e outros mecanismos indutores de clientelismo.

Além dos projetos e políticas governamentais não chegarem, muitas vezes, a atender à população necessitada, como ficou evidenciado pelo depoimento, existe também outro problema que vem a acarretar no descrédito com as políticas públicas, o que se explica pela falta de continuidade e de desfecho de iniciativas anteriores, que geram expectativas e deixam um saldo de frustrações na comunidade local.

O depoimento do líder comunitário demonstra, também, que os projetos devem chegar à população de “baixo para cima”, necessitando que os mesmos sejam construídos com ela, valorizando os espaços dos seus habitantes, uma vez que eles conseguem distinguir entre um projeto que vem para uma melhoria da região e um que tem como objetivo perpetuar o clientelismo.

O acesso à comunicação deve ser realizado de maneira que possibilite o diálogo e a reflexão, resultado de uma maturação das prioridades a serem trabalhadas, considerando que as ações do projeto devem ser efetuadas e gerenciadas localmente, pelas comunidades e pela equipe dos projetos.

O trabalho social do PROASNE em Mirandas/Caraúbas partiu da premissa de que a comunidade e sociedade local não são homogêneas e que existem divergências e até oposição nos interesses dos diferentes atores sociais, e ainda que os mesmos precisam se expressar dentro de um espaço de negociação onde seja possível escutar a opinião do outro, saber negociar, conciliar

interesses e definir prioridades para a sua localidade<sup>71</sup>.

A abordagem e os métodos utilizados favoreceram a compreensão da própria realidade da população local e ajudaram a desenvolver o sentido da busca para transpor os obstáculos visando a transformação da realidade.

As técnicas e dinâmicas de grupo utilizadas na metodologia ajudaram a estabelecer a comunicação e a cooperação para conhecer a realidade, levantar as prioridades e os problemas, formulando ações conjuntas de maneira que propiciasse a sustentabilidade das ações, excluindo o paternalismo e o assistencialismo. A Secretária Municipal de Educação (2001-2003) declara: “Essa metodologia de comunicação foi muito positiva. Uma linguagem clara, acessível, que todos entenderam, que todos se envolveram e não tiveram dificuldades”.

O PROASNE buscou, dessa maneira, socializar as informações a toda a comunidade, transmitindo-as por meio de variados métodos e técnicas que garantissem a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres para a reflexão sobre a realidade.

### **3.1.1 Diagnóstico participativo**

Uma das técnicas utilizadas pelo projeto refere-se ao diagnóstico participativo, que compreende um processo com o objetivo de conhecer a realidade mediante o levantamento e a priorização dos problemas e das potencialidades, tendo os agricultores (as) familiares como partícipes do processo. Esse processo de conhecimento objetivava atuar e agir sobre a realidade em benefício de interesses da população.

---

<sup>71</sup> "A falta de participação da comunidade é apontada, na literatura produzida pelas principais instituições internacionais da área de fomento do desenvolvimento, como uma das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos" (Bandeira, 1999:11).

Não há a possibilidade de definição de uma estratégia local de desenvolvimento sem uma análise da situação social, econômica, política, ambiental que se busca transformar, bem como das potencialidades, recursos e limitações (Jara, 1998).

Dessa maneira, compreende-se que toda localidade é única, singular, com identidade própria, vocações, problemas e limites, embora existam aspectos comuns, especialmente quando se trata das localidades da região semi-árida. Nesta compreensão, a partir da identificação das potencialidades, ou seja, dos recursos disponíveis ou com possibilidade de serem disponibilizados, a equipe do PROASNE e a população de Mirandas elaboraram planos que pudessem desenvolver, dinamizar e alavancar tais potencialidades.

Apesar do PROASNE emergir da questão hídrica, o objetivo do trabalho social transcendia ao aspecto da educação sanitária-ambiental, havia a intenção de realizar amplas ações e que pudessem atender aos anseios da população, buscando o desenvolvimento sustentável da localidade.

Dessa maneira, através de um diagnóstico participativo, a população foi capaz de identificar as potencialidades da comunidade e as atividades que pudessem dar suporte ao crescimento e dinamismo econômico e ao fortalecimento das organizações da comunidade.

"Para evitar dispersão e excesso de informação, o diagnóstico deve ser seletivo na definição das informações mais relevantes para a explicação da situação atual e determinação do futuro, identificando os principais fatores determinantes da realidade do município ou assentamento. Para incorporar as concepções contemporâneas de desenvolvimento – *desenvolvimento sustentável* –, o diagnóstico deve tratar a realidade de forma multidisciplinar, procurando observar e confrontar os componentes ou dimensões econômica, sócio-cultural, ambiental, tecnológica e político-institucional, podendo agregar as dimensões ou tratá-las de forma desagregada" (Buarque, 1999:51).

A realização do diagnóstico participativo na comunidade de Mirandas teve três momentos principais. O primeiro constou da realização de uma reunião dos habitantes de Mirandas, com a participação dos órgãos governamentais e não governamentais como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Banco do Nordeste, Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), para a apresentação da proposta e ouvir, de maneira inicial, as principais necessidades.

Em seguida, foi sugerida uma outra reunião, sem a participação das instituições para que os habitantes pudessem discutir livremente suas questões e amadurecer suas idéias. O terceiro momento se deu com a realização de reunião comunitária com os parceiros envolvidos, objetivando ouvir os problemas e, de forma democrática, buscar as soluções.

Na primeira reunião, a população fez vários questionamentos e apontou as principais áreas que deveriam ser trabalhadas, como: ampliação da cajucultura e reativação da associação, que possuía equipamentos inutilizados, incentivo à produção de mel e da caprinocultura.

Dando prosseguimento ao diagnóstico participativo, foi marcada nova visita à comunidade para ser feito um levantamento social, econômico, sanitário e ambiental, bem como aprofundar o conhecimento das potencialidades.

Os membros do Conselho Comunitário<sup>72</sup> se reuniram sem a participação das instituições e levantaram seus principais problemas e alternativas de solução: necessidade da elaboração do plano de emergência do Governo Federal, considerando que os produtores perderam suas

---

<sup>72</sup> A organização do Conselho Comunitário de Mirandas foi estimulada pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), e a construção da sede foi viabilizada com recursos financeiros provenientes deste mesmo programa. No semi-árido nordestino, a criação de associações de agricultores familiares iniciou-se na década de 80 com a intervenção estatal mediante os programas especiais de luta contra a seca (pólo - nordeste, Projeto Sertanejo, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) ou Projeto São José). Referente ao PAPP, o programa procurava estimular, mediante financiamentos não reembolsáveis, investimentos e empreendimentos identificados pelas comunidades rurais, tendo, como requisito básico, a organização dos pequenos produtores em associações.

lavouras pela grave seca na região no ano de 2000; necessidade de contrair um financiamento para o projeto da criação de caprinos, realizar o saneamento básico na comunidade; instalação de uma fábrica de ração animal utilizando o caju como matéria-prima; instalação de uma unidade de beneficiamento do caju, transformando-o em suco para contribuir com o alimento nas escolas; socilitação de um local adequado para o lixo.

Na terceira reunião, foram coletados dados importantes para o desenvolvimento das atividades apresentadas como prioritárias para serem trabalhadas pela comunidade. A população listou as atividades da cajucultura, ovinocaprinocultura, apicultura e, de forma participativa, expôs os problemas e as possíveis soluções relativas à produção (técnicas, manejo, melhor aproveitamento dos produtos), comercialização (atravessadores, armazenamento) e rendimentos.

Foi consenso entre os habitantes da localidade que o primeiro passo para a realização de um trabalho comunitário seria a reativação do conselho comunitário, e que, para isso haveria a necessidade da realização de um curso sobre associativismo.

A participação dos moradores foi muito positiva, enfocando seus anseios e preocupações de forma bastante clara e objetiva. Houve críticas ao poder municipal, presente no evento, no que se refere ao descaso para o problema do lixo. Passaram a reivindicar não apenas a coleta do lixo como também um local adequado para o seu destino final.

No diagnóstico participativo, foi largamente discutida a caprinocultura, a cajucultura e apicultura, momento em que os participantes apontaram os principais problemas e soluções. A partir desse diagnóstico, pôde ser elaborado um pequeno plano de desenvolvimento da localidade, com todas as ações necessárias para a efetivação de cada uma das potencialidades ou vocações identificadas.

Nesse momento, constituiu um grande desafio superar a perspectiva imediatista das pessoas, que sempre esperam resultados no curto prazo. É comum a população e lideranças

desistirem no meio do caminho. É preciso levar em consideração que um trabalho de desenvolvimento local sustentável implica em ações de curto prazo, mas a intenção principal são as ações de médio e de longo prazo, que trazem verdadeiras repercussões de sustentabilidade na localidade.

Durante o trabalho, foi utilizada a avaliação participativa, que buscou investigar a qualidade da ação e possibilitar os redirecionamentos necessários durante o percurso, com a finalidade de melhorá-la e melhor visualizar a construção das ações.

A avaliação é importante na medida em que perpassa todas as etapas do processo, sendo, portanto, uma atividade coletiva e contínua. Trata-se, pois, de processo educativo, no qual o exercício da cidadania deve ser assumido na busca da autogestão da localidade.

A implantação e o desenvolvimento da metodologia participativa de trabalho, de construção coletiva, envolvem os participantes num amplo processo que exige compreensão e interação de todos os tipos e em todos os níveis (Furtado, 2000).

As técnicas e dinâmicas de grupo utilizadas ajudaram a estabelecer uma comunicação e a cooperação para o entendimento da realidade, assim como levantar as prioridades e os problemas, elaborando ações conjuntas de maneira que fossem implementadas com sustentabilidade, colocando de lado o paternalismo e o assistencialismo. Essa visão é compreendida pela Secretária de Educação do Município quando afirma “A comunidade pode perceber que eles unidos poderiam fazer muito mais. Muitas vezes eles faziam aquela coisa meio solta, cada um por si, mas eles puderam perceber que, unidos através das associações, poderiam trabalhar mais” .

Na verdade, o processo de construção coletiva representa o ponto de partida da formação de novos atores, que reflete sua realidade e interage com o seu meio. Como afirma Furtado (2000), este processo deverá desenvolver-se, de maneira permanente, no reconhecimento crítico e sistemático sobre a prática cotidiana.

Dessa maneira, o projeto buscou uma mudança nos relacionamentos sociais, maior participação da população local nas estruturas do poder existente na comunidade e no município, e uma aprendizagem que parte da reflexão social sobre a sua própria situação. Era, assim, uma intenção do projeto romper com a visão habitual e da rotina e estimular uma maneira nova de pensar a realidade e questionar os antigos paradigmas. Socializar as informações a toda a comunidade, garantindo o acesso aos habitantes de maneira igualitária entre homens e mulheres, para prosseguir com a reflexão sobre a realidade.

Dessa maneira, as ações do PROASNE não obedeceram a um roteiro metodológico rígido, de forma a poder adaptar-se com facilidade à diversidade de situações que se apresentassem. Partiu-se, assim, da avaliação preliminar das dinâmicas locais e tratou-se de definir, caso a caso, os melhores caminhos para atingir os objetivos.

O diagnóstico participativo e as ações daí decorrentes possibilitaram, assim, uma adaptação permanente às mudanças dos objetivos ou das condições, tornando-se necessário capacitar os atores locais através de mecanismos de participação que estimulassem a reflexão, a aprendizagem e a capacidade de negociação.

### **3.1.2 Ambiente de inovação e aprendizagem social**

A partir da identificação dos problemas e das potencialidades, foi elaborada uma série de atividades para o seu desenvolvimento. Vários cursos e treinamentos foram oferecidos, objetivando o fortalecimento da comunidade, o espírito associativo e cooperação, como Associativismo, pelo Banco do Nordeste, Associativismo Empreendedor e De Olho na Qualidade, pelo SEBRAE.

As ações foram realizadas com a finalidade de propiciar aos trabalhadores a aquisição de conhecimento técnico, mas também o resgate da auto-estima e o desenvolvimento de suas habilidades e aptidões produtivas<sup>73</sup>, transformando-os em atores capacitados para assumir a gestão desse novo modelo de desenvolvimento.

A capacitação é importante e supõe estímulo e assessoramento à população para que ela tenha maior capacidade de compreender e analisar continuamente a sua realidade, situando os seus interesses. A capacitação corresponde ao processo de implementação de novas ações, definidas a partir da reflexão de experiências já realizadas, avaliando os aspectos positivos e negativos, assumindo desafios e riscos.

Nesse sentido, a capacitação é um elemento estratégico para a implementação de qualquer política de desenvolvimento social e econômico para garantir a sustentabilidade das mudanças propostas. A respeito da capacitação, Furtado (2000) vai expor que:

“A capacitação orienta-se por uma forma de ver esta realidade de modo crítico, buscando articular, num processo amplo, a real participação dos envolvidos. Ela tenta superar o aspecto meramente consultivo, transformando-se num momento privilegiado de reflexão crítica e sistemática sobre a realidade dos atores no sentido de fazer com que possam sentir-se como sujeito do processo” (Furtado, 2000:58).

Os cursos abordando o associativismo tiveram como conteúdo programático: Associações, origem e atividades; Princípios e valores; Quebra de paradigmas; Associações X Cooperativas X Empresas Mercante; Ambiente externo e interno; Parcerias; Lideranças.

---

<sup>73</sup> Durante anos acreditou-se ser desnecessário, para a promoção do desenvolvimento na zona rural, que a agricultura familiar tivesse recursos humanos qualificados. Desta maneira, não houve grandes investimentos para a evolução da produção competitiva, melhores rendimentos e eficiência do sistema e tecnologias mais modernas

Um agricultor familiar comenta os cursos: “Eu achei muito interessante (os cursos ministrados), porque é com isso aí que nós aprendemos. Nós estamos preparando para fazer acontecer, dar um passo à frente, fazer produzir, fazer com que melhore a vida dos nossos produtores”.

A união dos esforços de capacitação ganha novos espaços, fortalece o trabalho dos atores, contribui para o alcance de resultados objetivos, o que contribuirá para a sustentabilidade das ações (Furtado, 2000). Segundo o vice-presidente (2001-2003) do Centro Comunitário: “É de muita importância, pois quando vamos a um curso, vamos ver, ouvir, debater e ficar mais conscientes”. A capacitação constitui, pelo que foi exposto, um importante eixo da estratégia do desenvolvimento local sustentável.

A capacitação é entendida não apenas como treinamento para a reprodução de habilidades específicas, mas como um processo dialógico, criativo, participativo, crítico e formativo e como um elo entre o local e o global. Argumenta-se, nesse sentido, que quanto maior o nível de capacitação da comunidade, maiores são as possibilidades de sua inserção competitiva no mundo globalizado, e maior é sua capacidade de se defender das ameaças, aproveitando as oportunidades que são identificadas.

A capacitação implementada de forma participativa pelos agricultores familiares, lideranças e demais agentes locais de desenvolvimento na comunidade de Mirandas, contribuiu para o avanço dos conhecimentos e capacidades desses atores de tal forma que os mesmos passaram a desempenhar o papel de multiplicadores e articuladores do processo de desenvolvimento local. Segundo a Secretária Municipal de Educação, o projeto possibilitou o espírito associativista na comunidade conforme se pode verificar: “O Proasne despertou o associativismo, de eles terem aquele espírito, que não adianta ter uma associação e a pessoa não ter aquele espírito de associação, e eles têm”.



***Figura 10 e 11 - Cursos e treinamentos ministrados na comunidade de Mirandas***

A capacitação possibilitou o fortalecimento do grupo, onde oportunizou a elaboração de um plano de ação para ser executado em doze (12) meses, envolvendo o comprometimento individual dos sócios de cada associação, sendo estabelecidas estratégias pertinentes às ações.

Esses cursos ajudaram o Conselho Comunitário no sentido de maior consciência comunitária e melhor participação nas reuniões, fortalecendo o comprometimento, segundo colocou um dos participantes do conselho comunitário: “Os que vêm, sempre comparecem às reuniões, eles estão marcando presença. Os que estão participando dos cursos estão firmes.”

Foram desenvolvidos cursos também relacionados a questão empresarial, como o "De Olho na Qualidade Rural", que contou com uma duração de vinte horas e com a participação de dezenove trabalhadores e trabalhadoras rurais (seis mulheres e treze homens), promovido pelo Sebrae/RN, tendo como conteúdo: Preparando o ambiente; Praticando o descarte e a organização; Praticando a limpeza e higiene; Praticando a ordem mantida.

O método De Olho na Qualidade Rural (Descarte, Organização, Limpeza, Higiene e Ordem Mantida) é o primeiro passo na conquista dessa qualidade, sendo constituído por cinco módulos ministrados em sala, com material específico e fita de vídeo para ilustrar o programa.

O curso teve como objetivos melhorar o ambiente de trabalho, desenvolver o sentido de avaliação e controle do empreendimento rural, melhorar o relacionamento entre todas as pessoas que convivem na atividade produtiva, aumentar a produtividade e combater o desperdício de insumos e mão-de-obra através de uma gestão de qualidade, acelerando assim a transformação da propriedade em mini agroindústrias.

A formação profissional é um elemento estratégico para a implementação de qualquer projeto de desenvolvimento econômico com a finalidade de garantir as mudanças necessárias pela proposta de desenvolvimento sustentável; e a conquista da qualidade é essencial para agricultores familiares que desejam colocar seus produtos no mercado consumidor.

Atualmente sabe-se que essa conquista não pode ser controlada somente no final do processo produtivo, mais sim, acompanhada durante todo o processo. Dessa maneira, o grande desafio é produzir mais e melhor, e com menores custos, oferecendo aos clientes e consumidores produtos de qualidade a preços competitivos. A partir da informação, educação e capacitação, o Proasne aproximou os atores sociais e institucionais, acumulando energias sociais e promovendo um clima emocional e subjetivo para a mudança dos relacionamentos.

#### **3.1.4 Estabelecimento de Parceria**

O desenvolvimento local sustentável pressupõe a combinação de esforços endógenos, mas também de caráter exógeno, ou seja, governamental, não governamental e até mesmo privado. Não haverá desenvolvimento local sustentável sem a participação efetiva da sociedade e das instituições nela inserida, sem as quais o próprio conceito se descaracteriza.

Em Mirandas, o Proasne buscou a participação da população, mas também o envolvimento das autoridades municipais e instituições governamentais e não governamentais em

todas as etapas do projeto, garantindo assim a pertinência das ações. Desde o início, o projeto estabeleceu parcerias com diversas instituições locais e estaduais para maximizar o alcance das ações e serviços a serem proporcionados à comunidade e aumentar a probabilidade que os mesmos pudessem ser sustentáveis a longo prazo.

Nessa compreensão, a sustentabilidade da localidade está fortemente vinculada ao estabelecimento de parcerias e aos níveis de organização, cooperação e solidariedade das diversas instituições existentes na localidade, com a finalidade da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em outras palavras, na capacidade da sociedade de cooperar, formar redes, regular seus conflitos democraticamente. Segundo Zapata & Parente (2002):

“Num mundo complexo e interconectado como o de hoje, as instituições não sobreviverão se tiverem visões que não extrapolem seus *muros*. Elas precisam olhar adiante e descobrir parceiros que possam ajudá-las a atingir resultados mais amplos e eficazes. O século XXI será a era das alianças. A articulação e a cooperação entre instituições do estado, organizações comunitárias e setores do mercado crescerão em importância estratégica. (Zapata & Parente, 2002).

A amplitude e a complexidade dos desafios sociais e econômicos da contemporaneidade transcendem a capacidade das organizações governamentais e não governamentais de, isoladamente, lidar com eles. Nenhuma instituição isolada possui todos os elementos necessários para o atendimento com eficácia de uma necessidade social identificada. A cooperação surge, assim, como espaço de novas possibilidades.

A assistente social da ATOS consegue perceber a importância das parcerias e identifica no projeto a intenção de promover e desenvolver em conjunto com outros órgãos, conforme a seguinte declaração: “O PROASNE tinha uma linha mesmo de desenvolvimento porque se trabalhava as parcerias, eu acho que a mobilização foi um trabalho com parcerias. Se o

PROASNE fosse só a CAERN, não teria conseguido mobilizar". O desafio da implementação do desenvolvimento local sustentável exige, como foi visto, esforços públicos integrados e amplas parcerias do Estado com a sociedade civil.

As parcerias promovidas pelo PROASNE/CAERN abrangeram todos os níveis da institucionalidade do Estado, como o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), SEBRAE, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Escola Superior de Agronomia de Mossoró (ESAM), Assessoria, Orientação e para o Desenvolvimento Sustentável Integrado (ATOS), sindicato de trabalhadores rurais, associações comunitárias, cooperativas, e, em particular, a Prefeitura do Município de Caraúbas. Tornava-se premente promover sinergias entre as instituições envolvidas e suscitar espaços de união onde pudesse emergir uma cultura de parceria, participação e solidariedade.

A cooperação torna-se, então, um pré-requisito para a eficácia. “Eu acho que o Proasne foi a força mobilizadora das instituições e projetos que se tinha para ser colocados em prática e que estava faltando para caminhar, energia suficiente para que as coisas acontecessem”, declara um professor de uma das escolas de Mirandas.

Na compreensão de Zapata & Parente (2002), é necessário, para que as alianças sejam sustentáveis, haver não apenas um forte compromisso, mas também uma boa química, o que eles vão chamar de paixão. Na visão desses autores, a paixão por uma causa pode mobilizar a energia de toda uma organização. Para eles o dinheiro não é suficiente, uma vez que o mesmo não trabalha e não tem idéias, necessitando de pessoas para que isto ocorra. E os mesmos concluem que descobrir os parceiros potenciais é um grande desafio, porque há uma grande deficiência de informação.

Um vereador do município, buscando explicação para o engajamento de tantos órgãos ao projeto, explica da seguinte maneira o estabelecimento das parcerias:

“O PROASNE ganhou uma conotação de credibilidade muito forte. O projeto imprimiu respeito e aí os órgãos, quando procurados, chamados a estar presente ou a contribuir com o PROASNE, faziam aquilo com o sentimento de que era realmente uma coisa importante, séria. É essa avaliação que eu faço em relação a esse apoio que foi dado ao projeto” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

Uma parceria eficaz possibilita o despertar de habilidades e confiança necessárias para empreender outras cooperações. Necessário, também, construir uma visão comum de futuro, pois se torna uma poderosa ferramenta de mobilização e motivação das organizações. O presidente da ATOS vai explicar o motivo da credibilidade do PROASNE pelos órgãos parceiros.

“O PROASNE foi um projeto que veio e mostrou o que trouxe, não foi uma questão assim: “Ah! Vem um projeto e nada acontece”. Ele veio, trouxe e aconteceu. Isso aí foi o que deu credibilidade ao projeto e com certeza as parcerias começaram a chegar junto porque viram que as coisas estavam acontecendo” (Entrevista realizada em sua casa, Caraúbas, janeiro de 2005).

Este depoimento possibilita compreender que são necessários esforços e energias para alinhar missões, estratégias e valores, construindo a sustentabilidade da parceria e favorecendo a coesão e confiabilidade que nascem e evoluem por atos cooperativos sucessivos que aumentam o conhecimento e a confiança.

A Secretária Municipal de Educação do período que o PROASNE atuou no município confirma o que foi colocado anteriormente através do seguinte depoimento “Quando o PROASNE mostrou para o município que algo diferente estava acontecendo, então eu acho que

todas aquelas entidades perceberam assim: “Se cada um puder trazer um pouquinho, vai se fazer muita coisa””.

Nessa ótica, Zapata & Parente (2002) afirmam que para que haja solidez nos pilares da cooperação é necessário conhecer e avaliar as mútuas compatibilidades, e acrescenta que a mesma é feita de maneira devagar, à medida que os parceiros realizam experiências e crescem juntos, fazendo com que cooperação gere mais cooperação.

A parceria deve ser tratada, dessa maneira, como um relacionamento e não como um negócio. É preciso exercitar a transparência, uma boa gestão da parceria onde haja organização, confiança, comunicação, responsabilidade. Nessa visão, a assistente social Ana Paula, ao explicar o motivo da cooperação das instituições nas ações do PROASNE, vai afirmar: “Porque eles (os órgãos) acreditavam nos objetivos do projeto. Porque os objetivos do PROASNE eram claros e estava-se trabalhando mesmo o desenvolvimento das comunidades”.

O modelo de gestão estratégica do desenvolvimento local sustentável está embasado nos princípios que colocam em evidência o consenso ativo dos diferentes atores, as parcerias e a co-gestão das atividades, viabilizando o estabelecimento de projetos orientados para a sustentabilidade.

### **3.2 –O Despertar das Potencialidades Locais**

A noção de desenvolvimento sustentável suscita a potencialização da participação dos atores sociais inseridos na localidade, assim como a ampliação do poder de suas ações e das organizações sociais no processo de decisão. Sem a base de confiança fornecida pela cooperação ampliada, acumulada e reproduzida socialmente, dificilmente será possível promover o

desenvolvimento. Como afirma Jara “...a abordagem do desenvolvimento sustentável conduz a uma ênfase no aproveitamento das potencialidades e das capacidades locais” (Jara, 1998:146).

Essa compreensão pode ser percebida através do depoimento do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais (2001-2003) “O PROASNE foi um fator importante que ajudou a impulsionar e até a despertar mais o município; animar mais a gente que já vinha naquela caminhada neste rumo de desenvolvimento local sustentável”. A Secretária de Educação do Município (2001-2003) confirma o que foi exposto com outras palavras:

“O projeto veio, podemos dizer assim, acordar uma realidade que estava adormecida. Algumas ações e atividades que poderiam estar sendo desenvolvidas e, exatamente, por falta de um trabalho, de uma técnica, de um encaminhamento, aquilo estava de repente adormecido, daí, com certeza, muitas outras puderam fluir. Dali em diante, eles puderam ver que eles poderiam fazer muitas coisas porque eles estavam tendo orientações, um dinamismo muito bom, onde através de ações, eles puderam ver que eles podiam sonhar mais alto e o PROASNE deu esta sustentação” (Entrevista realizada em sua casa, Caraúbas, janeiro de 2005).

Sem dúvida, fica explícito, neste depoimento, a necessidade de uma metodologia que desenvolva as capacidades latentes existentes nos grupos existentes na localidade, abandonando o olhar que vê carências e buscando localizar as potencialidades.

O desenvolvimento local constitui um movimento de forte conteúdo interno, dependendo principalmente das próprias capacidades dos atores locais e das suas potencialidades. O incentivo do trabalho do Proasne em Mirandas fez com que outras comunidades do município solicitassem melhorias para as suas comunidades. Segundo o presidente da ATOS:

“O PROASNE contribuiu para que despertassem neles (agricultores familiares) a reivindicação, a organização, a necessidade de se unirem. O projeto foi a peça fundamental para que eles acordassem, eles vissem que eles estão ali, que eles tem

condições de acessarem as coisas” (Entrevista realizada em sua casa, Caraúbas, janeiro de 2005).

Fica evidenciado no depoimento que, somente quando os agricultores familiares percebem o seu potencial, obtêm autoconfiança e uma vida repleta de dignidade e satisfação, há a possibilidade do despertar para a busca do desenvolvimento sustentável. Um professor de uma das escolas de Mirandas vai dizer: “Eu acho que o Proasne foi a força mobilizadora das instituições e projetos que se tinha para ser colocados em prática e que estava faltando para caminhar, energia suficiente para que as coisas acontecessem”.

As ações foram realizadas como instrumento que possibilitasse aos trabalhadores resgatarem a auto-estima e poderem desenvolver suas habilidades e aptidões produtivas, transformando-os em atores capacitados em assumir a gestão em direção ao desenvolvimento sustentável, como afirma um agricultor familiar: “Nós estamos preparados para fazer acontecer, dar um passo à frente, fazer produzir, fazer com que melhore a vida dos nossos produtores”.

A descoberta do potencial na base, o estímulo à sua criatividade e desenvolvimento, o crédito que lhe é conferido, o acompanhamento e incentivo em sua evolução, contribuíram fortemente para o processo de luta da comunidade. Um agricultor familiar compartilha este pensamento ao expressar “Na minha opinião, o PROASNE significou um passo a mais para incentivar a gente a trabalhar. O PROASNE foi um incentivo a retornar a luta de novo, a luta da associação, da educação”.

A potencialidade descoberta e explorada possibilita o crescimento e desenvolvimento do indivíduo e da comunidade a que está inserido, acrescentando a seu quadro pessoal de referências novas dimensões que alteram substancialmente a percepção de si mesmo e do mundo que o rodeia.

A experiência do PROASNE na comunidade de Mirandas e no município de Caraúbas, igualmente a um considerável número de experiências bem-sucedidas no semi-árido, apesar de serem localizadas e não terem uma maior envergadura em termos de raio de ação e não promoverem transformações estruturais na região, tem contribuído para estruturar novas perspectivas para o desenvolvimento sustentável do Nordeste semi-árido.

Necessário, assim, fortalecer e ampliar os avanços já conseguidos e realizar um considerável esforço de pesquisa e tecnologia, que capte a essência dessas iniciativas, tirando partido das vontades construídas pelo processo de participação para a implementação de um plano específico de desenvolvimento sustentável para a região semi-árida.

Esse plano terá que ser construído na perspectiva de contribuir positivamente para a redução das desigualdades existentes no semi-árido, promovendo transformação nas estruturas fundiárias e, nas relações de poder, condições adequadas à garantia de níveis de renda e de qualidade de vida digna no semi-árido nordestino, para mudar o rumo que vem, historicamente, sendo dado ao semi-árido.

### **3.3 – O dinamismo econômico da apicultura e cajucultura**

O desenvolvimento local sustentável, apesar de enfatizar a questão da participação e mobilização da população, não minimiza a importância do dinamismo da economia na localidade, especialmente em regiões e municípios pobres. Nessas localidades se deve perseguir com rigor o aumento da renda e da riqueza locais, mediante atividades econômicas viáveis e competitivas, inclusive com capacidade de concorrer nos mercados locais, regionais e globais.

Para Buarque (2002), apenas com economia eficiente e competitiva, gerando riqueza em nível local e de maneira sustentável, pode-se falar, efetivamente, em desenvolvimento local,

reduzindo a dependência, de forma continuada e persistente, de subsídios e transferência de fora da região. O autor acrescenta:

"Cada região ou município deve procurar espaços de competitividade de acordo com suas condições e potencialidades, especialmente no seu entorno imediato e nos setores de maior capacidade e vantagem locacional, concentrando esforços naquelas áreas em que podem vir a ser mais competitivos" (Buarque, 2002:29).

Para Buarque (2002), toda região (microrregião, município e localidade) tem potencialidades e vantagens competitivas a serem desenvolvidas ou exploradas desde que sejam criadas as "externalidades" adequadas.

Nas condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local não deixa de representar também uma integração econômica com o contexto regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças, exigindo competitividade e especialização. O grande desafio refere-se em possibilitar a competitividade aos agricultores familiares pauperizados e munifundistas da região semi-árida nordestina, sem apoio e sem distribuição de terras e políticas públicas para promover o desenvolvimento sustentável na região.

### **3.3.1 A Castanha de Caju**

Uma das grandes potencialidades econômicas da comunidade de Mirandas é a cajucultura que já era praticada antes do PROASNE por aproximadamente duzentas famílias, constituindo na principal atividade econômica da localidade. Mesmo assim, a cultura é baseada em áreas implantadas com sementes de cajueiro comum, que apresentam grande variedade genética e

pequena produção. Os plantios, na sua maioria, já envelhecidos, são submetidos a um sistema extrativista de exploração e encontram-se bastante afetados pelo ataque de pragas e doenças, comprometendo todo o processo produtivo.

A amêndoa da castanha do caju se constitui no produto principal da exploração, sendo considerada uma das nozes preferidas do mercado local e regional, não existindo interesse dos cajucultores pelo pedúnculo. A colheita concentra-se no segundo semestre do ano, principalmente entre os meses de setembro a dezembro.

No início da atuação do PROASNE, a comercialização da castanha era feita via atravessadores (intermediários), que formavam uma rede inflexível, pela qual tem que passar os pequenos produtores, que vendiam seu produto com o preço bem menor ao mercado. Outro aspecto que reduzia o valor agregado da amêndoa era o fato de ser vendida de maneira *in natura*, permitindo que a maior parte do valor adicionado fosse para os beneficiadores.

A construção de mini-fábricas instaladas junto a associações de pequenos produtores de matéria prima possibilitam a flexibilidade no processamento, obtido com a agregação de valor e a geração de empregos junto às comunidades. Dessa maneira, o Proasne realizou cursos de capacitação para agricultores(as) familiares em relação à cajucultura.

Com a realização das ações educativas do Proasne em relação à cajucultura da comunidade de Mirandas, o projeto realizou uma visita a Cooperativa dos Beneficiários Artesanais de Castanha de Caju do Rio Grande do Norte (COOPERCAJU), no município de Serra do Mel, junto com os agricultores familiares o que despertou neles o desejo de dinamizar a economia da castanha de caju.

Dessa maneira, os cajucultores realizaram a 1ª Feira do Caju Caboclo<sup>74</sup> na comunidade de Mirandas e o primeiro também no município de Caraúbas. A feira constituiu um dos primeiros resultados de mobilização social do trabalho social do Proasne na comunidade de Mirandas, realizada totalmente pelos agricultores familiares.

Para a realização da 1ª Feira do Caju Caboclo, os cajucultores se articularam e estabeleceram parcerias com diversos órgãos governamentais e não-governamentais, tais como Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Prefeitura Municipal de Caraúbas, Arco Oeste (Agência Regional de Comercialização do Oeste), a AtoS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caraúbas, Projeto Dom Helder Câmara<sup>75</sup> e Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN).

---

<sup>74</sup> O nome da feira Caju Caboclo foi dado em virtude da comunidade de Mirandas ser considerada uma localidade originalmente formada por caboclos.

<sup>75</sup> Segundo o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, “O Projeto Dom Helder Câmara é resultado de um acordo de empréstimo entre o Fundo Internacional para o Desenvolvimento na Agricultura (Fida) - organismo das Nações Unidas - e o governo federal. Está vinculado à Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Sua área de atuação abrange a região do semi-árido em cinco estados nordestinos (Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe) e está relacionada à segurança hídrica - como construção de cisternas de placas e barragens subterrâneas -, à alfabetização e às capacitações para a produção e comercialização de alimentos” (informação adquirida pelo site <http://www.nead.org.br/boletim/boletim.php?boletim=206&noticia=825> no dia 01/11/2005).



*Figuras 12 e 13 – Visita a COOPERCAJU e a um dos estandes da 1ª Feira do Caju Caboclo*

Essa feira promoveu o conhecimento das inovações tecnológicas na produção da cajucultura e construiu um espaço de comercialização e de debate sobre a inserção competitiva dos produtos da agricultura familiar e dos pequenos empreendedores nas cadeias produtivas, numa perspectiva de viabilizar as condições de sustentabilidade dos empreendimentos e, conseqüentemente, promover a elevação da renda dos agricultores familiares.

O PROASNE também financiou uma reforma no Centro Comunitário, de maneira que pudesse oferecer um local mais adequado para o beneficiamento do produto e a aquisição de equipamentos. A reestruturação da fábrica de beneficiamento da castanha foi, para um dos vereadores do município, considerado “um passo importante porque o trabalho estava paralisado e também até desacreditado. Naquela ocasião, foi uma injeção muito forte de ânimo para o pessoal esse fomento na parte da reestruturação produtiva”.

As indústrias agroalimentares de pequeno porte e descentralizadas, mesmo produzindo em escala reduzida, podem ocupar espaços vazios no mercado sem, todavia, competir com a grande indústria. Econômica e socialmente, a agroindústria é importante estratégia de desenvolvimento na medida em que provoca mudanças significativas, melhoria na qualidade de vida e organiza populações.

Um aspecto que facilita a continuidade de pequenas estruturas de processamento está vinculado ao atendimento de nichos de mercado. Daí a importância de considerar as condições locais, as potencialidades, a tradição e cultura, vantagens naturais e redes de comercialização alternativa, entre outros.

Apesar dos investimentos realizados pelo PROASNE com a aquisição de equipamentos e reforma do prédio para o beneficiamento da castanha de caju, os cajucultores não tiveram condições de beneficiar as castanhas em virtude da Coordenadoria de Vigilância Sanitária (COVISA), órgão do Estado responsável pelas questões sanitárias e padrão de qualidade dos produtos, não proceder a liberação para este processo, exigindo que o Centro Comunitário adotasse uma série de novas medidas de controle de qualidade, mas eles não possuíam recursos financeiros para o cumprimento com a determinação.

No período das entrevistas (fevereiro de 2005), havia uma promessa da fundação Banco do Brasil construir uma mini-fabrica de beneficiamento do caju na comunidade. Entretanto, apesar dos cajucultores não estarem ainda beneficiando, percebeu-se um entusiasmo no trabalho e na luta em obter a agroindústria. Eles continuavam se reunindo e conhecendo várias experiências do beneficiamento da castanha, participando de encontro de cajucultores no Ceará e visitando a COOPERCAJU no município de Serra do Mel - todas essas participações financiadas pelo SEBRAE.

Posteriormente à aplicação das entrevistas e no momento de escrever a dissertação, mais exatamente no mês de agosto de 2005, deu-se início à construção de uma unidade de beneficiamento na comunidade de Mirandas, através do projeto de revitalização de 11 minifábricas de caju do Rio Grande do Norte. A iniciativa do projeto foi da Fundação Banco do Brasil, em parceria com o Sebrae, Embrapa Agroindústria Tropical do Ceará e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMBRAPA).

Segundo O Mossoroense (22/09/2005), os resultados esperados com o projeto são: alcançar o patamar de 90% de beneficiamento e comercialização das amêndoas produzidas pelas minifábricas até 2007 pela central, bem como aumentar o volume de vendas de amêndoas para o mercado interno e externo até dezembro do referido ano. De acordo com o gerente negocial da superintendência estadual do Banco do Brasil, Carlos Alberto de Sousa, através dessa revitalização serão beneficiados inúmeros trabalhadores, sendo 600 com empregos diretos e 3 mil de forma indireta.

O projeto constará de várias fases e o município de Caraúbas, através da comunidade de Mirandas, fará parte da primeira etapa, com um valor orçado em R\$ 186.065,81, juntamente com os municípios de Serra do Mel, onde ficará a sede da Central de Beneficiamento, no valor de R\$ 213.362,00, Apodi (Comunidade do Córrego), orçado em R\$ 184.616,00, e Portalegre, com R\$ 183.405,90 (Fonte: Jornal O Mossoroense)<sup>76</sup>.

A intenção desse projeto é que as castanhas sejam produzidas no estilo padrão de exportação, com o objetivo de minimizar a presença do intermediário, permitindo que seu lucro possa ser incorporado aos ganhos dos produtores associados. Todos os cajucultores envolvidos passaram por um processo de capacitação, com a aplicação de tecnologia, para aumentar o índice de aproveitamento de castanhas inteiras, passando dos atuais 65% para 85%, segundo o mesmo jornal, citando um especialista do SEBRAE.

As amêndoas pré-classificadas passarão por uma central de seleção e classificação para a preparação final do produto, objetivando a comercialização tanto no mercado interno como externo. O resultado prático é possibilitar que esses produtores participem e agreguem valor em

---

<sup>76</sup> O valor total do projeto foi orçado em R\$ 2.945.397, para ser executado entre 2005- 2007. A Secretaria de Agricultura do Rio do Norte disponibilizará R\$ 80 mil, os parceiros, R\$ 58 mil e o Sebrae, R\$ 772.397,00 (Fonte: Jornal O Mossoroense, 22/09/2005).

todas as fases do processo, obtendo uma renda média mensal de dois a três salários mínimos por associado ou cooperado, segundo o mesmo jornal.

### **3.3.2 Apicultura fomentando a melhoria na qualidade de vida**

O município de Caraúbas possui um elevado potencial natural para a exploração da apicultura,<sup>77</sup> atividade econômica que resulta na produção de mel e outros produtos derivados do trabalho das abelhas, decorrente de sua vegetação com grande diversidade de floradas e condições climáticas favoráveis, assegurando boa produção do produto e seus derivados. O mel constitui um produto nobre, de grande aceitação no mercado e preço bastante competitivo.

A apicultura como estratégia de sobrevivência da agricultura familiar do semi-árido nordestino se traduz em vantagens, inclusive sobre outras criações, em função das poucas exigências e necessidades dessa cultura para a produção eficiente: dispensa a compra de alimentos ou rações, exige pequenas áreas para a instalação que podem ser artesanais, aumenta a produtividade das colheitas através da polinização em massa; exige pequeno número de mão de obra por unidade de colméia, atingindo cerca de oito horas por ano e não causa impactos ambientais.

A apicultura possui, desta maneira, a capacidade de reter a população em sua localidade, evitando o deslocamento para os grandes centros urbanos conforme pode ser percebido na fala de um apicultor: “Eu fui um dos primeiros criadores de mel porque a agricultura não estava mais resistindo. O pessoal estava falando em vender a terra, ir embora para a cidade. Quando começamos com a abelha, eles foram vendo que mudava, via o dinheiro logo”

---

<sup>77</sup> Chama-se apicultura porque o nome da abelha é Apis, então, foi criado o nome Apicultura, a atividade de criar abelhas. Estas abelhas são boas produtoras de mel, além de geléia real, cera e própolis.

Na prática, os agricultores de Mirandas, que antes priorizavam culturas dependentes de chuva, passaram a apostar mais na apicultura que possui menor dependência hídrica, o que fez com que essa atividade passasse de uma posição complementar a uma das principais na localidade. Outros aspectos favoráveis foram determinantes, como a geração de renda para essas famílias, crescimento do mercado e os bons preços oferecidos aos produtos apícolas, devido às suas conhecidas propriedades alimentícias e terapêuticas.

No caso da apicultura, períodos de estiagem em determinadas épocas do ano podem ser importantes aliados dessa atividade, porque favorecem o desabrochar das flores de importantes plantas melíferas, como o marmeleiro, a aroeira, o juazeiro e o cajueiro. Um apicultor de Caraúbas mostra a importância dessa cultura na região:

“A região de Mirandas é muito favorável ao mel, quando acaba a florada do pasto, chega a do cajueiro. Assim, a florada é o ano todo. A abelha é, também, importante para o cajueiro porque faz a polinização e aumenta a produção do caju” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

Apesar da potencialidade apícola, no início do trabalho do Proasne na comunidade de Mirandas, o município não havia ainda despertado para essa cultura, a qual era desenvolvida de maneira muito incipiente, com poucos e precários equipamentos (caixões, baús, potes de barro, pneus, tinas, cortiços ou coisas semelhantes). Não obstante, a existência de uma associação de criadores de abelha chamada Associação de Criadores de Abelhas e Apicultores Uixupé Rainha Natureza, na região de Mirandas, a mesma possuía apenas oito (08) meleiros (produtores de mel sem conhecimento técnico nem equipamentos adequados) que produziam o mel de maneira irracional.

Uma vez que a apicultura havia sido colocada no diagnóstico participativo como prioridade para a comunidade, e também por constante solicitação do presidente dos apicultores, o PROASNE buscou estimular a atividade, inicialmente, com a reforma de sala onde o mel seria beneficiado, ainda que de maneira rudimentar, onde foi feito o trabalho do piso, forração do teto, reboco das paredes e a colocação das telas de proteção nas portas.

O PROASNE, em parceria com a Prefeitura de Caraúbas e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), promoveu uma consultoria e a realização de cursos de capacitação voltados a vinte e cinco apicultores e interessados em iniciar a produção de mel em Mirandas. A consultoria teve como finalidade aumentar o nível de eficiência e produtividade de uma importante fonte de renda para o desenvolvimento da comunidade<sup>78</sup>.

O curso teve uma duração de quarenta horas, ministrado nos finais-de-semana, com uma duração de quatro meses. Os cursos trataram da organização social de uma cooperativa agrícola, associativismo, custos de produção, comercialização, administração rural e aspectos sanitários e ambientais da produção de mel. A intenção era capacitar os apicultores, orientando-os sobre planejamento de atividades, cálculo de preços, balanços financeiros e descoberta de novas oportunidades de negócios, além de aumentar a produção e a renda dos apicultores.

A partir das orientações técnicas oferecidas pela consultoria houve um aumento de 70% da produção de mel na localidade. A consultoria e a repercussão da produção possibilitaram que trinta apicultores conseguissem um empréstimo através do Banco do Brasil no valor de R\$ 4.000,00 para cada um, totalizando R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Na época, o

---

<sup>78</sup> Nesta parceria, o Proasne financiou 30% do valor da consultoria e o Sebrae arcou com 70%.

programa do Banco do Brasil possibilitava apenas o financiamento de R\$1.500,00, o que significa um grande avanço o valor do empréstimo adquirido pelos apicultores.<sup>79</sup>

O financiamento viabilizou a aquisição de equipamentos necessários à produção do mel, como máquinas centrífugas, mesa inoculadora, decantadores, baldes, peneiras. Como afirma um apicultor:

“Hoje já temos equipamentos para colher mel à vontade, temos quatro casas de mel na região. Casas de mel pequeninhas, mas que é suficiente. Eu mesmo já construí a minha com recursos próprios que tem todos os equipamentos necessários. Temos 4 grupos de 10 pessoas em média e cada um desses grupos tem esses equipamentos, ou seja, está todo mundo equipado para produzir” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

Depois do financiamento do Banco do Brasil, os apicultores obtiveram outros empréstimos menores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no valor de R\$ 1.000,00 cada um. A rapidez e a magnitude do crescimento dessa atividade na comunidade de Mirandas elevaram significativamente a sua importância, provocando a divulgação exaustiva, pela imprensa escrita, das atividades realizadas pelo Proasne em decorrência do grande impacto sócio-econômico promovido na região. O êxito da experiência estimulou, também, a Atos juntamente com o Projeto Dom Hélder a realizar cursos em mais duas outras comunidades do município: Santo Antônio e Nova Morada.

---

<sup>79</sup> Esta situação é digna de nota, considerando que no Brasil presencia-se os agentes financeiros burocratizando, não informando com clareza e dificultando o acesso dos pequenos produtores ao crédito.



*Figuras 14 e 15 – Apicultores com equipamentos para a produção do mel*

Atualmente, é crescente o número de apicultores. São aproximadamente cem apicultores associados<sup>80</sup> no município, que possuem interesse em expandir seu produto de maneira que atendam os requisitos do mercado, ampliando sua produção e sua margem de lucro. Em relação ao número de apicultores no município, o presidente da associação declara

“Antes tínhamos apenas oito pessoas. Atualmente já se perdeu o controle, é tanta da gente criando abelhas (risos). Hoje mesmo está iniciando um curso em um assentamento rural e estamos tentando outro com o SEBRAE em parceria com a FETARN. Recentemente entraram 40 a 50 pessoas na nossa associação para ver se a gente consegue um curso para eles. É tanta da gente, hoje, sonhando chegar também, daqui a pouco estamos com 100 criadores em nosso município” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

As associações<sup>81</sup> produtivas vêm sendo um mecanismo viável e, por muitas vezes, a única saída para o pequeno produtor se inserir no mercado. O pequeno agricultor necessita modernizar

<sup>80</sup> Segundo o presidente da associação, 70% dos associados são da comunidade de Mirandas.

<sup>81</sup> No semi-árido brasileiro a criação de associações de agricultores familiares iniciou-se na década de 1980 com a intervenção estatal mediante os programas especiais de luta contra a seca como o Pólo - Nordeste, Projeto Sertanejo, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) ou Projeto São José (Sabourin, 1999).

sua produção, viabilizando-a técnica e economicamente, através de uma maior eficiência produtiva, gerencial e organizacional.

A importância das organizações associativas no desenvolvimento local, em termos práticos, pode ser reconhecida em aspectos de sua organização e funcionamento, através da estruturação e da viabilização de espaços econômicos para seus associados.

A capacitação vem sendo, também, um importante aspecto priorizado pela associação dos apicultores de Caraúbas, que já não vem mais se limitando a comunidade de Mirandas, mas a todas as comunidades do município. Nesse sentido, a organização produtiva é, ao mesmo tempo, um lugar de negócios e um lugar de produção de conhecimento, de aprendizagem, de educação.

A capacitação é premente para as organizações cooperativas, principalmente pelo confronto e exigências que vêm sendo impostas pela intensificação da globalização, que vem acarretando muitas transformações e desafios de ordem política, econômica e de natureza cultural e social pelas quais passa a sociedade. Essas transformações exigem dos seus associados e dirigentes, sempre, a aquisição de novos conhecimentos, mais capacidade de articulação, maior identificação coletiva e responsabilidade social.

Esse cenário local é percebido por Buarque (2002) como cada vez mais influenciado e impactado por processos globais de mudança econômica, tecnológica e institucional que determinam seu futuro, suas dificuldades, mas também suas oportunidades. O autor vai afirmar que:

"Considerando a intensidade e a velocidade das transformações globais, o desenvolvimento local depende, portanto, da capacidade dos atores locais de compreender esses processos e responder, de forma apropriada, com suas próprias forças e talentos, num processo permanente de aprendizagem" (Buarque, 2002:31).

A produção de mel em Mirandas e, posteriormente, no município de Caraúbas foi de grande magnitude. O presidente da associação, que é um dos maiores produtores de mel no município, mostra o crescimento da sua produção: “Antes, eu tinha uma produção anual de apenas 100 litros e hoje 8.000 litros, somente eu”. A situação melhorou também para os demais apicultores, como ele explica: “Mas também têm aqueles que começaram com uma coisinha, hoje estão produzindo 30, 40, 100 latas de mel por ano. Vai melhorando a situação, muito”. No geral, segundo o presidente, houve no ano de 2004 uma produção total de aproximadamente 80.000 litros de mel no município que foi vendido somente através da associação.

O mel produzido foi comercializado, no primeiro momento, para o mercado exportador, principalmente Europa e Estados Unidos da América (EUA), onde se auferiu excelente preço. O fato do produto ser exportado para outros países demonstra que o desenvolvimento local não pode ser confundido com o isolamento da localidade e seu distanciamento dos processos globais; ao contrário, a abertura para os processos externos, conforme Buarque (2002), é um fator de propagação e estímulo à inovação.

Os apicultores não apenas conquistaram o mercado externo, mas também interno com a inserção do mel na merenda escolar através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O município de Caraúbas foi pioneiro no Estado do Rio Grande do Norte a passar a utilizar o mel de abelha no cardápio da merenda escolar dos alunos do município sendo inclusive utilizado como modelo para ser replicado por outros municípios do Estado.

Essa experiência tende a ser valorizada e ampliada, conforme divulgou um dos jornais de grande veiculação no Estado:

“No interior do Rio Grande do Norte vários municípios já incluíram o mel no cardápio da merenda escolar das Escolas da Rede Municipal. Em Caraúbas, no Médio Oeste, o prefeito Eugênio Alves foi um dos primeiros a passar a utilizar o

mel de abelha no cardápio da merenda escolar dos alunos do município. Em Apodi, o então vereador Antônio Viana (PMDB) solicitou ao prefeito José Pinheiro Bezerra (PMDB) a inclusão do mel na merenda das mais de 50 escolas mantidas pela municipalidade” (Tribuna do Norte, 2005/03/17).

Buarque (1995), abordando a competitividade local vai dizer que a mesma é dinâmica e seletiva, podendo se expressar na abertura de brechas nos mercados internacionais como também na disputa por espaços nos mercados locais, no entorno imediato e regional, nos segmentos de maior capacidade e vantagem locacional.

O mel em Caraúbas vem possibilitando o pagamento do empréstimo adquirido pelos apicultores através do sistema bancário, como também, uma melhoria significativa na qualidade de vida dos seus produtores, conforme pode ser observado com o depoimento de um apicultor: “Muitos apicultores já têm uma moto, um pedacinho de terra. Todo o mundo mudou de vida, sem sombra de dúvida. Pode procurar uma pessoa que cria abelha e perguntar para ele”.

Abordando a qualidade de vida, Buarque (2002) argumenta que o desenvolvimento local sustentável é resultado da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local que se expressa na redução de pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos, na eficiência econômica com agregação de valor na cadeia produtiva, e na gestão pública eficiente.

Com o aumento da produção do mel e expansão do mercado, a organização associativa de Caraúbas agregou-se a do município de Apodi criando a Cooperativa dos Apicultores. A cooperativa é de grande importância para a sobrevivência das pequenas economias, que dependem, cada vez mais, de novas formas de organização, de tecnologias de produção, de mecanismos de comercialização e de mercados. Necessário, assim, a organização e construção do poder de ação através de redes cooperativas, recuperando a base associativa da organização econômica.

### 3.4 – Educação ambiental para a conservação dos recursos naturais locais

É reconhecido que não basta o investimento econômico e organizacional em torno da melhoria da produção local. Nesse sentido, o desenvolvimento local sustentável deverá resultar também na preservação do meio ambiente. Assim, a questão ambiental deverá estar presente na formulação, implementação e avaliação das ações desenvolvidas por qualquer projeto.

A sobrevivência da espécie humana depende, assim, da capacidade de sustentação dos recursos naturais<sup>82</sup>. Os recursos do meio ambiente devem ser usados de maneira responsável, a fim de que a produtividade da terra possa crescer e se preservar ao longo do tempo. As diversas formas de uso dos recursos naturais devem obedecer ao princípio de que a utilização não pode exceder a capacidade de renovação de tais recursos.

A Educação Ambiental<sup>83</sup> tem sido colocada como uma importante ferramenta para o processo de mudança de comportamento, bem como eficaz para a formação de uma consciência pública crítica e participativa.

O abastecimento de água promovido mediante a pesquisa hidrogeológica do PROASNE e executado pela CAERN, conforme foi colocado no segundo capítulo, necessitava de um trabalho de conscientização sobre a necessidade do uso racional da mesma e da preservação do manancial subterrâneo. Como afirma um professor de uma das escolas de Mirandas:

---

<sup>82</sup> A história da exploração dos recursos naturais no Brasil é caracterizada pela erosão do seu potencial produtivo, desde o período colonial com a extração do pau-brasil. Esta situação tomou uma proporção maior com a emergência do projeto de modernização da agricultura a partir da segunda metade da década de 1960 com a destruição dos recursos naturais, o uso indiscriminado de agrotóxico que vêm comprometendo o meio ambiente e, portanto, o desenvolvimento sustentável).

<sup>83</sup> A conferência de Tbilisi, realizada na Geórgia em 1997, constituiu-se em marco de referência da importância da educação no processo de consciência global e o processo da interdisciplinaridade. As recomendações e Declaração da Conferência consideram que a Educação Ambiental deve abranger a todas as pessoas, no âmbito do ensino formal e não-formal.

“A água de Mirandas sempre foi um sufoco. O PROASNE desenvolveu a pesquisa da água, que era escassa e tinha péssima qualidade quem nem para o consumo humano prestava. A água era barrenta, branca, as pessoas bebiam porque tinha que beber, não tinha onde tirar outra água. Depois veio o abastecimento de água, porém era necessário saber trabalhar a água. Então a comunidade precisava aprender como lidar com a água, ou seja, somente o necessário, aprender que a água potável um dia pode acabar, usar apenas o necessário. Uma gama de informações que eles nunca tiveram antes” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

Dessa maneira, o PROASNE promoveu uma série de ações de educação ambiental em Mirandas, realizando, inicialmente, palestras sobre a importância da utilização racional da água na comunidade com apresentação de mamulengos abordando o tema recursos hídricos de maneira divertida e alegre. Todavia, o foco do trabalho voltou-se para escolas da localidade. Dessa maneira, a proposta de intervenção deu-se na escola enquanto espaço público, que deve desempenhar uma função social tendo como pressuposto a relação ensino-aprendizagem.

Vários encontros com os professores das escolas<sup>84</sup> Francisco de Souza Júnior e Aproniano Mateus de Sá, da comunidade de Mirandas, foram realizados para orientá-los sobre a importância da preservação do meio ambiente e sobre a maneira de promover este conceito em toda a comunidade escolar. A intenção era sensibilizar os alunos e, conseqüentemente, a população da comunidade sobre vários aspectos de preservação ambiental, como o uso racional da água, a proteção dos mananciais, o impacto ecológico associado ao depósito inadequado de lixo, e os efeitos negativos das queimadas e do desmatamento.

O PROASNE buscou contemplar o conhecimento científico, teórico e o conhecimento empírico, além das experiências de trabalho e percepções que cada professor e aluno trazem

---

<sup>84</sup> As escolas municipais Francisco de Souza Júnior e Aproniano Mateus de Sá estão estruturadas em três turnos, totalizando 390 alunos matriculados, em turmas de pré-escolar a 8ª série do 1º grau, além da educação básica (alfabetização de jovens e adultos). A primeira foi fundada no ano de 1995 e conta com dez professores. A segunda é mais antiga, inaugurada na década de 70 e possui cinco professores. As escolas atendem, em sua grande maioria, alunos da própria comunidade e adjacências. A estrutura familiar dessas crianças é muito carente, filhos de pequenos proprietários rurais, não desfrutando de uma vida confortável. Ao contrário, a história de vida dessas crianças denuncia grande sofrimento e carências, o que implica numa falta de perspectiva.

sobre o tema. É como afirma Phillipi & Peliconi (2000), a educação ambiental deve repensar a prática a partir da teoria discutida e trabalhar a teoria à luz da prática vivida. Os autores defendem a educação como uma questão de cidadania que se destina a uma melhoria na qualidade de vida. Através da educação, são trabalhados conhecimentos que possam elaborar uma nova visão de mundo capaz de direcionar ações no sentido da sustentabilidade.

Os professores de diversas disciplinas das escolas da comunidade envolveram-se no projeto de maneira voluntária e entusiasta, o que favoreceu o trabalho de Educação Ambiental, que devido à complexidade e pluralidade da questão necessita, igualmente, de abordagens também múltiplas. Os conhecimentos disciplinares diversos possibilitam uma visão integral dos problemas e permitem o seu enfrentamento de forma interdisciplinar. Trabalhando a interdisciplinariedade da educação ambiental, Phillipi & Peliconi (2000) vai argumentar que a mesma, por fazer parte dos vários setores da atividade humana, impõe ao educador um conhecimento que extrapola os limites da sua formação profissional.

"Interessa, pois, destacar a necessidade de contar com profissionais habilitados para atender às necessidades desta intervenção. Para responder a esta demanda há que se formular programas que capacitem recursos humanos que atendam às exigências de conhecimento teórico associado à prática sobre a realidade, ou seja, conjugação do saber com o agir, do texto com o contexto, e, todos, incorporando a prática da interdisciplinaridade com a ação interinstitucional" (Phillipi & Peliconi, 2000: 38).

Após vários encontros, os professores elaboraram projetos ambientais em momentos diferenciados. No primeiro momento, foi trabalhada a questão da água e, no segundo, a problemática do lixo. Nesses projetos, os professores passaram aproximadamente dois meses trabalhando dentro e fora da sala de aula os temas ambientais.

A metodologia adotada teve por base a relação sujeito/sujeito no processo educativo, pois a mudança de comportamento ambiental só ocorrerá se a pessoa sentir a sua importância na recuperação e preservação ambiental e assumi-la. Dessa maneira, a metodologia contou com trabalhos coletivos, interações, trocas, debates com os alunos.

O desenvolvimento desse trabalho buscou possibilidades de envolver o aluno, para que ele começasse a formar em sua mente princípios de cidadania e de preservação ambiental. Os trabalhos em salas utilizaram materiais de jornais e revistas que ilustraram, contextualizaram e aprofundaram os temas ambientais, mantendo, assim, o debate empolgante e atualizado.

Além da água e do lixo serem os temas centrais dos projetos ambientais das escolas de Mirandas, outros temas foram abordados pelos professores nas salas de aula, como leis ambientais, animais em extinção, paz, desmatamento e Agenda 21. “Todos os professores trabalharam a conscientização da preservação da natureza”, diz um professor. Para o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município:

“O trabalho provocou, desafiou a comunidade a tomar consciência melhor daquilo que, na época, era necessário e afetava muito a vida daquele pessoal: os cuidados ambientais, o tratamento com a água, o uso da água que não havia; esse entendimento com orientações tão precisas que chegaram com o projeto e que antes não havia” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

Assim, o trabalho educativo partiu de uma ação conjunta, agregando e cruzando informações, inserindo estratégias que vislumbassem o envolvimento de comportamentos responsáveis e participativos. Dessa maneira, a metodologia partiu de uma análise local chegando gradativamente ao contexto mais amplo do processo. Isso, conseqüentemente, teve uma repercussão na comunidade e foi um aprendizado significativo para os alunos.

Isto é exposto por um professor “Nós pudemos trazer também a comunidade para a escola. A união é que fez com que muita coisa fosse aprendida, fosse mudada. Eu vejo desse lado, essa condição de união da comunidade para poder chegar lá, de realizar o trabalho” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005). A congregação de esforços dos alunos, pais e equipe escolar construíram uma experiência coerente e bem sucedida no espaço escolar que somente foi possível devido ao processo de sensibilização.

Em trabalhos de educação ambiental, é extremamente importante saber emocionar, pois sensibilizar é cativar o aluno para que ele seja receptivo às informações e aprenda a ser um agente multiplicador, transmitindo as informações assimiladas em seus ambientes familiares. Nesse sentido, foram aplicadas técnicas de teatros, jogos, músicas, dinâmicas de grupo (brincadeiras), filmes, histórias da literatura infantil, observação do lixo da sala, das escolas e da própria comunidade para a sensibilização dos alunos sobre a problemática do lixo.

Os professores trabalharam exaustivamente a arte com os alunos, estabelecendo uma relação muito estreita entre cultura e os problemas ambientais. Sem dúvida, a arte sempre encontrou, nas suas diversas manifestações e nos mais variados aspectos que compõe o tema meio ambiente, uma fonte de inspiração notável, e por meio de sua abordagem estética e lúdica contribui para enriquecimento não só das abordagens, mas o modo como se sente e entende a questão ambiental.

Independentemente da realidade social, que não tem sido das mais motivadoras, é importante que haja uma postura proativa, que mobilize para a ação, mesmo que movida pela utopia (Phillipi & Peliconi, 2000:04). A pobreza da comunidade de Mirandas e a falta de recursos da escola não foram dificuldades para a realização das mais diversas atividades dentro e fora da sala de aula. A experiência mostrou que os educadores precisaram ter grande presença de espírito para improvisar, face às dificuldades enfrentadas em um contexto sócio-econômico precário e

uma cultura de descaso pelas elites dirigentes com a questão da educação para as populações rurais.

Outra estratégia adotada pelos professores foi a realização de aulas-passeio, conhecendo o lixo da comunidade, o açude poluído, o aterro controlado do lixo do município. É através das atividades de campo que os professores têm a oportunidade de vivenciar com os alunos momentos extremamente ricos em aprendizagem sobre os diversos assuntos, tendo como objetivo principal criar uma consciência crítica no aluno em relação ao meio ambiente.

A educação ambiental não pode ficar limitada, apenas, ao âmbito escolar, mas deve vincular às populações do seu entorno. Deve-se ativar todas as formas de educação permanente, a de professores, crianças, jovens, população em geral, em termos de educação de valores.

As propostas de Educação Ambiental pretendem aproximar a realidade ambiental das pessoas e conseguir que elas passem a perceber o ambiente como algo próximo e importante nas suas vidas; é verificar, ainda, que cada uma tem um importante papel a cumprir na preservação e transformação do ambiente em que vive (Medina, 2000:10).

Compreendendo a educação ambiental na perspectiva de cidadania, as escolas promoveram levantamentos para saber a compreensão dos habitantes sobre o uso racional da água e realizaram uma caminhada ambiental pelas ruas de Mirandas com a finalidade de sensibilizar a comunidade sobre a questão do lixo e a importância da coleta seletiva.



***Figuras 16 e 17 – Caminhada ecológica dos alunos das escolas de Mirandas e encenação teatral***

Além da caminhada ambiental, ocorreram três reuniões na comunidade com o objetivo de mobilizar a população em geral, e não apenas os estudantes, sobre as implicações ambientais e sanitárias negativas da destinação incorreta do lixo.

Após dois meses em cada projeto ambiental, trabalhando dentro e fora das salas de aulas, as duas escolas realizaram feiras de ciências, nas quais foram expostas todas as atividades realizadas. As feiras de ciências ficaram abertas ao público. Centenas de pessoas puderam não apenas conhecer os trabalhos, mas como assistir a várias apresentações artísticas, como peças teatrais, paródias, repentes, poesias<sup>85</sup>.

Apesar da ampla mobilização e o comprometimento das escolas e comunidade nas duas iniciativas, têm-se a consciência de que os projetos ambientais desenvolvidos não resolveram definitivamente todos os problemas ambientais da localidade. Entretanto, tais projetos constituíram os primeiros passos em direção a uma conscientização desta problemática. Parte-se do princípio que campanhas e projetos sobre uso racional da água e a coleta seletiva do lixo não

---

<sup>85</sup> As manifestações artísticas e culturais são consideradas uma excelente alternativa para desenvolver um processo de sensibilização dos alunos e comunidade em geral com relação às questões ambientais, além de ter a capacidade de atrair multidões contribuindo para a conscientização da opinião pública sobre os problemas ambientais.

mudam comportamentos de forma duradoura. As campanhas servem como estímulo inicial, ou mesmo reforço de uma atitude, mas este estímulo necessita ser interiorizado de maneira que esta mudança de atitude persista.

A motivação e o interesse de professores e alunos diante das diversas atividades realizadas nos projetos ambientais vêm comprovar o sucesso do objetivo a que se propunham, que era sensibilizar estudantes e comunidade para os agravos ambientais na localidade.

Trabalhar a questão da educação ambiental com ênfase no lixo nas escolas públicas brasileiras e a coleta seletiva esbarra na escassez de material educativo. Dessa maneira, o PROASNE financiou a aquisição de uma série de materiais e instrumentos de divulgação, como CDs de músicas ambientais, programas radiofônicos, cartilhas, fitas de vídeo, além de camisetas promocionais para os professores envolvidos, de maneira a possibilitar as condições mínimas para que os mesmos realizassem, de forma satisfatória, as atividades em salas de aula.

Nas feiras de ciências promovidas após o término de cada projeto, houve a premiação das escolas envolvidas. Na primeira feira, a CAERN doou uma televisão e videocassete para serem utilizadas pelas duas escolas, e a segunda, o Proasne premiou com um microcomputador e impressora.

Através da educação e da informação, é possível disseminar na mente e no espírito coletivo das comunidades uma consciência mais esclarecida, sensibilizando-as e incentivando-as à mudança nos relacionamentos entre atores e classes sociais, e entre a sociedade e a natureza.

Um dos professores de Mirandas expõe o que foi mencionado:

“Eu acho que depois da campanha, eles passaram a usar melhor a água, mas que precisa ainda ficar sempre “batendo nessa tecla”. Antes do trabalho educativo, quando foi colocado água em Mirandas, havia muita água derramada estrada à fora e, neste aspecto, eles aprenderam a não fazer mais isso” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

Para formar um cidadão consciente, crítico, é necessário compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, em todos os seus aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos e estéticos. Deste modo, a educação nunca é neutra, ela reflete necessariamente a ideologia de quem com ela trabalha bem como dos mecanismos de difusão da classe que detém a hegemonia de determinada sociedade, podendo ser reprodutora da ideologia dominante ou questionadora desta ideologia.

Entretanto, como a sociedade é composta por classes antagônicas, as classes subalternas nas representações constroem uma contra-hegemonia de transformação na sociedade. Um trecho de uma poesia feita por um pai de aluno expressa o que foi colocado acima “Temos água com fartura/ Pra toda população/ Só quero que os governantes nos preste mais atenção/ Que construa um Brasil novo/ Trazendo para o nosso povo saúde e educação”.

O trabalho de educação ambiental desenvolvido pelo Proasne tornou-se um parâmetro para a realização de outras ações ambientais, com a criação e multiplicação de novos espaços de discussão e aprimoramento dirigidos para a formulação, execução e reflexão sobre a proposta de capacitação de cidadãos interessados em se tornar educadores ambientais em outras comunidades do município.

A Secretaria Municipal de Educação realizou ações de educação ambiental em todas as escolas da rede municipal de ensino. A educação ambiental é uma reivindicação legítima e um processo contínuo de aprendizagem de conhecimentos. Segundo um professor de Mirandas,

“Quando foi visto todo aquele trabalho em Mirandas, então outras escolas exigiram da secretaria de educação que também tivesse esse incentivo, trabalho. Depois a gente viu a própria secretaria de educação do município se engajar. Eu acho que aquele trabalho inicial das Mirandas mexeu com as bases do acontecer, de fazer ver que não se pode mais ficar parado” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

A Secretaria Municipal de Educação, que possuía um grupo inserido no Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ministério de Educação e Cultura (MEC), foi fortalecido com o trabalho de educação ambiental do PROASNE. Na verdade, a inclusão da educação ambiental<sup>86</sup> no currículo das séries iniciais, tal como é indicada nos PCN's, já é prevista e implica na introdução de um processo de inovação educativa, que busca o comprometimento tanto dos professores como dos estudantes e da comunidade, ou seja, o conjunto do coletivo escolar bem como as instâncias decisórias e responsáveis das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios brasileiros.

Um outro aspecto que motivou a população de Mirandas e do município de Caraúbas refere-se à ampla divulgação do projeto na mídia. Os jornais da localidade noticiaram todas as ações realizadas pelo projeto contribuindo para que temas ambientais fossem colocados em pauta, matérias televisivas fizeram cobertura dos projetos ambientais da comunidade de Mirandas e os professores passaram a transmitir, mediante a rádio FM do município, programas radiofônicos com a temática ambiental, além de outros produzidos por eles mesmos.

Percebe-se diante do que foi exposto, neste capítulo, que não existem soluções únicas e simples para problemas complexos, e no semi-árido não é diferente. Apesar da necessidade de uma metodologia que garanta a participação e mobilização da população, o semi-árido possui problemas crônicos e estruturais conforme visto no capítulo 2. Há a necessidade de políticas públicas que assegurem os direitos básicos aos agricultores familiares, concebidas de forma integrada e em uma perspectiva universalizante ou se manterá a atual lógica perversa.

O PROASNE/CAERN juntamente com a população e os organismos locais, deram início ao que se pode dizer de alicerce da construção do desenvolvimento local sustentável no que diz

---

<sup>86</sup> A nova Política Nacional de Educação Ambiental, aprovada em abril de 1999, no Brasil, determina a obrigatoriedade da Educação Ambiental, especificando seus princípios gerais e as competências dos órgãos públicos e privados.

respeito a ouvir os anseios da população, interagir com ela, elaborar estratégias e planos para o atendimento das necessidades nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Todavia, como se verá no próximo capítulo, a abordagem do desenvolvimento sustentável persegue, ainda, objetivos que viabilizem o envolvimento ativo dos cidadãos na tomada de decisões; a mobilização e compromisso das organizações locais e comunidades em torno de interesses comuns; o estabelecimento de canais permanentes de participação social e criação de oportunidades para que a população assuma o seu próprio processo de construção do suporte social e político duradouro e adequado, capaz de impulsionar transformações na localidade.

## **CAPÍTULO 4**

### **CAMINHANDO COM SUAS “PRÓPRIAS PERNAS”?**

Considerando que todo o projeto tem início, meio e fim, o PROASNE na comunidade de Mirandas, após as ações implementadas e apresentadas no capítulo anterior, chegou em setembro de 2003 a concluir suas ações com a realização da 1ª Feira de Sustentabilidade de Caraúbas. Todavia, oficialmente, o término do projeto na área piloto de Mirandas/Caraúbas deu-se em dezembro deste mesmo ano.

Havia a necessidade de preparar a população, as instituições parceiras e a equipe PROASNE/CAERN para a dissociação com o projeto, visto o intenso trabalho executado em parceria e os vínculos afetivos promovidos, e a premência de fortalecer as bases organizativas da população e suas representações para que as ações implementadas tivessem sustentabilidade e a população de Mirandas/Caraúbas passasse, de forma autônoma à construção do desenvolvimento sustentável da localidade.

Como visto no capítulo primeiro, o paradigma do desenvolvimento sustentável foi concebido como uma alternativa que busca se contrapor ao modelo hegemônico de desenvolvimento que privilegia o econômico em detrimento do social e ambiental. A crítica à centralização, ao autoritarismo, a exclusão de amplas parcelas da população foi evidenciada neste novo modelo, tornando um pré-requisito para a sustentabilidade do desenvolvimento local a ampla participação e organização da população.

Na compreensão de Jara (1998), existe, nesse sentido, a necessidade de formulação democrática de proposta de desenvolvimento que construa decisões que expressem interesses conflitantes negociados. Dessa maneira, é necessário motivar, mobilizar e organizar as comunidades municipais em torno de equipes de desenvolvimento descentralizado, identificando,

definindo, executando e controlando as atividades. Segundo o autor, o que se deseja é construir uma cultura política forjada na negociação e nas confrontações democráticas dos agentes e atores sociais.

A importância da mobilização e participação na construção do desenvolvimento local sustentável é imprescindível, mesmo quando a demanda de reestruturação socioeconômica do município ou localidade tenha partido de decisões externas. O desenvolvimento local requer sempre a mobilização e a iniciativa dos atores locais em torno de um projeto coletivo.

A ausência dessa mobilização impossibilitará na estrutura social, econômica e cultural local a internacionalização das mudanças geradas e, conseqüentemente, não se traduzem em efetivo desenvolvimento, reduzindo significativamente as possibilidades de transbordamento das oportunidades no dinamismo sócio-econômico e no aumento da qualidade de vida de forma sustentável.

Este capítulo objetiva continuar a análise da experiência do PROASNE na comunidade de Mirandas e no Município de Caraúbas/RN, dando ênfase ao aspecto de mobilização, organização e participação da população e, em especial, às ações implementadas após setembro de 2003, quando o Proasne estava se ausentando do município, bem como àquelas promovidas após um ano de conclusão do trabalho do referido projeto.

#### **4.1 –A Feira de Sustentabilidade: um espaço de mobilização e democratização**

Com a proximidade do término do projeto no município de Caraúbas, a equipe do PROASNE, os órgãos parceiros e a população trabalhada pelo projeto sentiu a necessidade de fazer uma grande exposição das ações desenvolvidas pelo PROASNE na localidade, como também despertar a população para a continuidade do trabalho de desenvolvimento local

sustentável. Havia a preocupação com que o projeto criasse bases ainda mais sólidas e duradouras para que as atividades pudessem ter continuidade, permanência e sustentabilidade das ações realizadas.

Dessa maneira, foi realizada a 1ª Feira de Sustentabilidade de Caraúbas. O evento consubstanciou-se nos fundamentos, princípios e objetivos do desenvolvimento local sustentável, em busca de suscitar na população interesse, questionamentos, discussão e, sobretudo, o envolvimento para alcançar esse ideal.

A proposta refletiu, ao mesmo tempo, a maturidade da sociedade civil e das instituições governamentais do município de Caraúbas e do Estado do Rio Grande do Norte, sendo resultado de um planejamento estruturado e participativo fundamentado na cultura, na natureza e nos valores ético-ideológicos, em uma perspectiva de localidade.

No planejamento, a proposta da feira foi embasada nos seguintes princípios: sustentabilidade (ambiental, social, econômica); visão de longo prazo; participação e parceria; descentralização. Nesse sentido, foram abertos espaços para a participação das associações, sindicatos, representações municipais, estaduais e organizações governamentais e não governamentais, de maneira que a feira expressasse, da forma mais genuína possível, os anseios da população envolvida.

Assim, foram criadas comissões para a organização da feira, onde, mediante reuniões, foram planejadas as atividades culturais, exposição de produtos das comunidades e das instituições. Houve muita mobilização das instituições parceiras e agricultores(as) familiares na organização da feira.

Buscando explicação para a mobilização dos agricultores na 1ª Feira de Sustentabilidade, a então Secretária Municipal de Educação afirmou: “Nós temos uma potencialidade muito boa

que estava guardada até pela comodidade, por falta de incentivo para determinadas atividades, e eu acho que isso aí fez essa mobilização”.

Aproximadamente quinhentas pessoas, entre autoridades políticas da região, representantes de órgãos governamentais e não governamentais e a população em geral, estiveram presentes na 1ª Feira de Sustentabilidade de Caraúbas, incluindo representantes do Canadá.



*Figuras 18 e 19 – A 1ª Feira de Sustentabilidade de Caraúbas*

Durante a feira, a região semi-árida foi retratada através de peças teatrais que enfocaram a complexa convivência do homem com o seu clima. As ações de sustentabilidade do Proasne no município de Caraúbas também foram mostradas ao público presente mediante cantorias de violeiros. Houve espaço para a exposição das potencialidades econômicas do município, como o artesanato<sup>87</sup>, caprinocultura, cajucultura, apicultura, entre outras atividades.

<sup>87</sup> O artesanato é muito explorado na região semi-árida e em muitas comunidades do município de Caraúbas os produtos são desenvolvidos a partir da palha da carnaúba como vassouras e o pó, que são vendidos na própria comunidade, sede do município e região. O artesanato com palha da carnaubeira é ainda pouco difundido e pouco explorado nos centros urbanos. Em geral, o artesanato produzido no Nordeste é variado. Há uma infinidade de objetos tipicamente feitos com madeira, cerâmica, palha, couro, renda, bordado, tecelagem e muito mais. Quanto mais ligados e fiéis às tradições culturais da localidade, maior o valor agregado ao produto, daí a necessidade da utilização da matéria prima existente na propriedade.



*Figuras 20 e 21 – Manifestações Culturais*

Várias instituições, em nível governamental e não governamental, montaram estandes dos seus produtos e serviços, como Banco do Nordeste, SEBRAE, Petrobrás, IDEMA, IBAMA, Atos, Prefeitura Municipal de Caraúbas, Projeto Dom Hélder, entre outras.

Com a realização da feira, houve um aumento significativo da auto-estima, conforme pode ser observado no depoimento de uma integrante da ATOS: “A feira fortaleceu também a auto-estima dos trabalhadores rurais que se sentiram mais importantes e valorizados”. Outros depoimentos apontam as potencialidades municipais que foram despertadas, como afirma um vereador do município: “Os aspectos positivos estão no fato dela ter possibilitado um despertar dos atores sociais envolvidos, principalmente do público do evento, para o potencial que o município tem e que não era valorizado”.

Nesse depoimento fica claro que, seja nas relações entre os homens, seja nas relações de poder, existe sempre a possibilidade de que a capacidade criativa e inovadora dos indivíduos seja recuperada. Especialmente, recuperar a energia que decorre de participação direta no processo decisório do planejamento.

Na opinião do então presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, provocou um aumento da credibilidade municipal e ampliação das parcerias estabelecidas: “Indiretamente,

elevou a credibilidade do município e o próprio poder público ficou mais ativo. Fortaleceu as parcerias dentro do município, por exemplo, com o Banco do Brasil e o Poder Público Municipal”.

A programação da feira não estava restrita apenas à exposição dos resultados do PROASNE, nem aos produtos da localidade. A feira contou com a realização de seminário, com o tema “Desenvolvimento Local Sustentável”, para o qual foram convidados vários órgãos para a apresentação de temas relativos a agronegócios, comercialização dos produtos, preservação ambiental, entre outros. Outro destaque foi dado às oficinas de apicultura realizadas pelo SEBRAE, daí o depoimento de uma integrante da ATOS: “A feira abriu horizontes, perspectivas para o homem e a mulher trabalhadores da zona rural do nosso município e, em especial, para aqueles que vislumbram ser o setor da cajucultura, apicultura e as artes a saída para a sua autosustentabilidade” (Entrevista realizada em sua casa, Caraúbas, janeiro de 2005).

A partir da realização da 1ª Feira de Sustentabilidade em Caraúbas, o sindicato dos trabalhadores rurais, juntamente com a ATOS e outros organismos municipais promoveram um outro seminário, intitulado 1º Seminário Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado, onde se procurou discutir e analisar as potencialidades e as dificuldades de cada região do município. Como afirma o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais da época, “O seminário foi também uma consequência do estímulo recebido pelo PROASNE, que nos desafiou a pensar mais no âmbito do município como um todo e não somente em uma região”.

Em outro depoimento, o mesmo presidente do sindicato dos trabalhadores rurais reforça a importância da Feira da Sustentabilidade para a realização do seminário:

“A Feira teve como aspecto importante o fato de ter alavancado a idéia de Desenvolvimento Sustentável nas comunidades rurais de nosso município, abrindo assim as portas para iniciarmos o desenvolvimento rural sustentável da

cidade de Caraúbas” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

Durante dois dias, várias instituições e a população local participaram desse seminário, que teve como um dos resultados a divisão geopolítica do município em nove (09) pólos para que houvesse uma melhor identificação das potencialidades e o favorecimento da mobilização e da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Outro aspecto importante refere-se ao compromisso assumido pelos órgãos governamentais e não governamentais presentes no seminário que, dentro de suas competências e atribuições, formalizaram parcerias.

A realização conjunta do seminário, reunindo a população rural do município e os órgãos públicos para debater as principais problemáticas em torno de mesas de discussão, foram essenciais para romper com as visões setoriais e institucionais, e permitiu negociações na base de uma visão compartilhada das problemáticas da localidade. O seminário constituiu em um momento e um espaço para que os agricultores e agricultoras familiares expusessem os principais problemas e reivindicações, além da integração das políticas públicas locais.



*Figuras 22 e 23 – Seminário de Desenvolvimento Rural Sustentável*

Ocorreram, ainda, palestra e debates acerca dos temas: “O desafio de construirmos o desenvolvimento rural sustentável integrado”, “A contribuição das políticas governamentais e não governamentais para com o desenvolvimento rural sustentável”. Cada instituição participante expôs os seus programas e políticas públicas, tais como: Programa Crédito Fundiário, Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Projeto Dom Helder Câmara.

Pretendeu-se, com o seminário, realizar um planejamento invertendo a lógica tradicional do planejamento centralizado, estabelecendo realmente uma articulação de "mão dupla", na qual os organismos federais e estaduais buscassem levar em consideração as reivindicações e as prioridades definidas no âmbito local, integrando-as aos seus programas e projetos. Nessa perspectiva, Almeida (2002) assinala:

“O caminho que me parece ser ideal a ser seguido é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade. A direção, pois, do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias; não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base, sustentáculo a uma verdadeira sustentabilidade. O “modelo” de desenvolvimento buscado seria então um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental. É preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos. Esta me parece uma verdadeira chance para a reorganização conseqüente da sociedade, visando a sustentação da vida e a manutenção de sua diversidade plena” (Almeida, 2002:29).

O desenvolvimento local sustentável diz respeito a uma realidade que pede transformação, mudança social, novas e melhores formas de vida, um tecido social capaz de garantir a sustentabilidade e que se concretiza pela organização e participação das pessoas.

## 4.2 – Organização da sociedade local

A organização social, no desenvolvimento local sustentável, possibilita a retirada do indivíduo de seu mundo particular, relacionando-o com os outros pelos laços sociais da cooperação, construindo espaços coletivos, despertando o compromisso social e a solidariedade, elementos fundamentais à plena realização da população da localidade e de seus espaços de vida. A organização social tem esse sentido da construção do coletivo que lhe advém da natureza associativa.

As organizações sociais representam, dessa maneira, importantes espaços sociais para o desenvolvimento de sentimentos, idéias, valores, comportamentos, conhecimentos, estruturas de poder de atuação, através dos quais seus integrantes se comunicam e se influenciam. A organização abriga um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas. Da dinâmica dessas relações, nascem as práticas associativas em processos educativos e em processos de poder.

Na compreensão de Silva (2000), o enfoque do desenvolvimento local pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diversos sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares. Para esse mesmo autor, há a necessidade de construção de uma nova institucionalidade a nível local se se pretende assegurar que esses novos sujeitos sociais que estão emergindo se expressem.

Nesse aspecto, não são suficientes, apenas, as políticas de descentralização administrativa e financeira para fortalecer o poder dos novos atores sociais emergentes, é imprescindível a criação de novos mecanismos de participação das populações locais, que deverão ser construídas caso a caso, no bojo da própria luta pela transformação das estruturas de poder de cada localidade.

#### 4.2.1 - Mulheres: uma força da localidade

O primeiro segmento social da comunidade de Mirandas a se organizar foi o das mulheres, que passaram a se reunir sistematicamente, refletindo, dessa maneira, o anseio, a busca e o interesse em discutir os problemas peculiares ao desequilíbrio de oportunidades dos homens e das mulheres no contexto da região semi-árida. Posteriormente, conseguiram criar uma instituição voltada às questões da mulher, que conta hoje com trinta associadas. Segundo uma agricultora familiar e atual presidente do grupo de mulheres:

“Antes (do PROASNE) eu via nas mulheres muito individualismo. Eu aprendi que só, a gente não vai a lugar nenhum. O sucesso da organização depende de nós. Não depende apenas de mim, mas de todas nós. Se a gente não consegue fazer alguma coisa através de uma organização, sozinha fica muito mais difícil” (Entrevista realizada na sede do Conselho Comunitário, Mirandas, Caraúbas, junho de 2004).

Fica claro, com esse depoimento, que a participação organizada, sem desconsiderar a importância da atuação individual, apresenta-se como importante instrumento de fortalecimento da cidadania feminina e da possibilidade de construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Nesse sentido, pode-se afirmar que quando existe o compromisso com o bem-estar coletivo surgem formas de organização coletiva com a preocupação em implementar melhorias de vida que transpõem os espaços privados. Assim, as mulheres de Mirandas estão buscando mudanças e transformações internas, que vêm a se traduzir numa prática de caráter fundamentalmente coletivo. Maior participação e maior afirmação da mulher, dos valores e da

sensibilidade feminina, além do combate a todas as formas de discriminação, exploração e opressão do homem, lutando por uma comunidade mais harmônica e pacífica.

Por solicitação das próprias mulheres, foi realizado um curso destinado às questões de gênero, intitulado “Gênero e Desenvolvimento Sustentável”, em parceria com o Banco do Nordeste. As ações implementadas no PROASNE tinham como objetivo contribuir para que as mulheres de Mirandas participassem ativamente dos processos de tomada de decisões que afetavam a vida da comunidade, fortalecendo a organização das mulheres e oferecendo igualdade de expressão às perspectivas das mulheres dentro da comunidade.

Em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), foi elaborado um projeto intitulado “Começando a Construir uma outra História com as Mulheres da Comunidade de Mirandas, Caraúbas/RN”, através do qual as mulheres passaram a receber, quinzenalmente, capacitação mediante um ambiente de socialização, informação e reflexão acerca das problemáticas que envolvem a condição de gênero, contribuindo para o desenvolvimento das mulheres e na sua intervenção nos processos da vida comunitária.

Várias oficinas foram realizadas, sendo trabalhados temas como: A constituição da cidadania das mulheres; saúde, corpo e sexualidade; violência contra a mulher, utilizando dinâmicas de grupo e exibição de fitas de vídeo sobre essas temáticas e dramatizações.



*Figuras 24 e 25 – Oficinas e dinâmicas de grupo*

Visivelmente, pode-se perceber, nas mulheres de Mirandas, uma maior desenvoltura e mais desinibição em falar, em se pronunciar. O depoimento de uma das mulheres da comunidade confirma essa percepção. Para esta agricultora familiar, ocorreram muitas mudanças nas mulheres depois das ações do PROASNE: “Antes as mulheres tinham muita timidez, vergonha de falar. Hoje todas estão decidindo, dando opiniões” (Entrevista realizada na sede do Conselho Comunitário, Mirandas, Caraúbas, junho de 2004).

Quando uma mulher tem uma auto-estima<sup>88</sup> baixa ela se sente inadequada para enfrentar os desafios da vida, pois não possui confiança em suas próprias idéias, em seu potencial. Nesse sentido, falta à mulher um senso básico de respeito por si mesma. Existe um sentimento de desvalorização e ela não se sente merecedora do amor e respeito da parte dos outros, e não se considera digna da felicidade.

Quando indagada sobre a percepção de si enquanto mulher, antes das atividades do PROASNE na comunidade, uma mulher assinalou:

“Olha, em toda a minha vida eu via as mulheres, como a maioria das mulheres se vêem, como sob o jugo do marido. Quem pode tudo é o homem. Antes eu sabia que tinha direito, só não podia falar. Hoje eu tenho que fazer valer o meu valor” (Entrevista realizada na sede do Conselho Comunitário, Mirandas, Caraúbas, junho de 2004).

Com esse depoimento, fica claro que apenas a consciência da opressão não as fazem mulheres emancipadas. Ter consciência sobre as desigualdades, sobre a concentração de poder e

---

<sup>88</sup> A auto-estima pode ser definida como a confiança na capacidade para pensar e enfrentar os desafios da vida, bem como no direito de ser feliz, possuir dignidade. Uma pessoa com uma auto-estima elevada expressa de maneira apropriada suas necessidades e desejos e usufrui dos resultados de seus esforços. Auto-estima significa, assim, ter certeza de seus valores.

privilégios, sobre todas as formas de injustiças e seu fundamento, por si só não transforma a realidade opressiva. É imprescindível para a emancipação da mulher que os processos de organização em torno de ações específicas a sua condição feminina sejam efetivas para que sejam realizadas as transformações necessárias.

As mulheres de Mirandas têm uma visão crítica da atual situação das mulheres, pelo menos na comunidade em que vivem, conforme expressam: “Apesar das grandes lutas e conquistas ainda existe discriminação”. E ainda: “As mulheres de hoje ainda são dependentes do marido. Muitas mulheres ainda obedecem aos maridos por não trabalharem”. Todavia, as mesmas apresentam uma solução: “As mulheres devem cada vez mais lutar pelos direitos que temos” (Entrevistas realizadas na sede do Conselho Comunitário, Mirandas, Caraúbas, 2004).

Esses depoimentos sugerem que a existência de uma legislação<sup>89</sup> avançada e os compromissos contidos nos documentos oficiais, como a Constituição brasileira, não têm sido suficientes para transformar, na plenitude necessária, a dura realidade vivida pelas mulheres. Resiste, ainda, uma cultura preconceituosa e discriminatória, fundamentada através dos séculos, que dificulta a formação da identidade feminina e o acesso pleno aos direitos da cidadania.

Paralelamente, o PROASNE estabeleceu parceria com a ATOS uma vez que existia em seu corpo técnico profissionais capacitados e experimentados com o trabalho de gênero, e solicitou a esta ONG a elaboração de um projeto voltado para a realização de um trabalho em mais sete (07) comunidades rurais do município, onde foram organizados grupos de mulheres para discutir assuntos relativos à questão de gênero no contexto do semi-árido nordestino.

O projeto, intitulado Viva Mulher, teve como principal objetivo qualificar a atuação das mulheres da área rural, através de grupos nas comunidades envolvidas. Isso ocorreu através do

---

<sup>89</sup> Verdadeiramente, a Constituição brasileira atual, promulgada em 5 de outubro de 1988, preceitua em seu art. 5º, I que: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

aprofundamento de conhecimentos, da troca de experiência e da organização das mulheres. Dessa maneira, o projeto nasceu da vivência e da necessidade de melhor preparar as mulheres por parte do PROASNE/ATOS para atuarem dentro das organizações populares, saindo de uma participação passiva para a ativa.

Assim, esse projeto teve um cunho social, político e integrado, pois, refletindo, estudando, denunciando o sistema patriarcal, dividido, dualista e dominante, havia a pretensão das mulheres darem um salto qualitativo na dimensão pessoal, social e política.

Esse trabalho possibilitou às mulheres uma visão de grupo, uma visão de mundo mais articulada com as mudanças, ampliando assim o papel da mulher na comunidade, proporcionando-lhes a descoberta de sua importância e de seu potencial produtivo dentro da comunidade.

A vida nas comunidades rurais do município de Caraúbas é marcada pelas diferenças sociais, pelo machismo, pela dependência feminina e, algumas vezes, pela violência contra a mulher. Porém, a partir do projeto Viva Mulher houve uma maior participação das mulheres nas organizações sociais populares que vem fazendo a diferença, constatando, assim, o desejo de mudança dessa realidade, principalmente das mulheres rurais.

O projeto resgatou, assim, alguns conceitos esquecidos, fazendo com que as mulheres se conhecessem melhor, criando mais confiança em si mesmas, buscando soluções criativas para as questões de relacionamento e da atuação, objetivando a organização e a articulação das mulheres no município. Para a socióloga da Atos, que trabalhou diretamente com as mulheres:

“A inclusão das mulheres no PROASNE, para mim, foi fundamental porque a gente não pode se dar ao luxo de falar em desenvolvimento sustentável se você não incluir os membros da comunidade, não está envolvendo todo o mundo e não entender que qualquer um destes membros é peça fundamental para o desenvolvimento. Eu acho que o PROASNE compreendeu isto e conseguiu passar

para o município” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

Com esse depoimento, fica evidente para a entrevistada que o desenvolvimento sustentável deve atingir todos os níveis da sociedade. As organizações populares, os grupos de mulheres e as organizações não-governamentais são fontes importantes de inovação e ação no plano local. Os projetos, programas e políticas públicas, em cooperação com as organizações internacionais e não-governamentais adequadas, devem, dessa maneira, apoiar uma abordagem da sustentabilidade conduzida pela comunidade, que possibilite às mulheres, por meio de sua participação plena na tomada de decisões, exercer sua autonomia e autoridade.

As mulheres das oito comunidades rurais de Caraúbas junto às quais o PROASNE/ATOS estava desenvolvendo ações, incluindo Mirandas, realizaram um seminário sob o tema "A Mulher e a Agricultura Familiar” na Câmara Municipal de Vereadores como preparação para a comemoração do Dia Internacional da Mulher, no dia 08 de março<sup>90</sup>.

O seminário foi promovido pelo PROASNE; Projeto Dom Hélder Câmara; ATOS; Câmara Municipal de Vereadores de Caraúbas; Prefeitura Municipal de Caraúbas; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caraúbas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caraúbas, além das agricultoras familiares das comunidades envolvidas no projeto.

---

<sup>90</sup>Consta que em 08 de março de 1857, cento e vinte e nove operárias de fábrica têxtil de Nova York entram em greve. Elas reivindicavam salários iguais aos dos homens e redução da jornada de trabalho, que chegava a dezesseis horas diárias. Os patrões trancam as operárias e incendiam a fábrica. Foi em 1914, na Alemanha, comemorado pela primeira vez, no dia 8 de março, o Dia Internacional das Mulheres. Neste sentido, o dia internacional das mulheres é o resultado de um ciclo de lutas nas primeiras décadas do século XX, numa era de grandes metamorfoses sociais, tornando-se o símbolo da participação ativa das mulheres para transformarem a sua condição e transformarem a sociedade.



*Figuras 26 e 27 – Seminário “A Mulher e a Agricultura Familiar”*

Além das agricultoras familiares, estavam presentes representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN), Comissão das Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Centro Feminista 08 de Março<sup>91</sup>, do município de Mossoró, entre outras entidades. O seminário teve como objetivo principal debater a questão da mulher na zona rural, de forma a incentivar sua organização e participação ativa na sociedade e no sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Através desse seminário, a consciência dos direitos foi demonstrada e ampliada como pode ser constatado pela afirmação de uma agricultora familiar: “Nós temos e vamos lutar por nossos direitos”. Dessa maneira, compreende-se que através de organizações, associações e grupos de mulheres de maneira autônoma, as trabalhadoras rurais do município de Caraúbas estão criando espaços a fim de quebrar com a sua invisibilidade, reivindicar seus direitos, articulando estratégias de desenvolvimento com visível caráter de equidade.

<sup>91</sup> O Centro Feminista 8 de Março surgiu em 11 de março de 1993. A origem da entidade foi marcada pela denúncia e combate à violência doméstica e sexual contra a mulher, com ações de mobilização numa campanha intitulada “O Silêncio é Cúmplice da Violência” iniciada em 8 de março de 1993 - quando mulheres de roupa lilás e mordças negras cruzaram as ruas na primeira passeata de mulheres do Estado, denunciando o quadro crítico de agressões e a impunidade dos crimes ocorridos na cidade. Seis meses depois, o Centro comemorava a sua primeira conquista: a instalação da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher (DEDAM). Seu caráter militante transformou a entidade em referência feminista no oeste potiguar. (Dados obtidos no site: <http://www.cf8.org.br/historico.php>).

As relações de gênero, quando trabalhadas socialmente, podem viabilizar a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento, onde as relações entre homens e mulheres são fundamentadas no respeito às diferenças, na igualdade de direitos. O discurso de uma das participantes é, nesse sentido, representativo:

“A gente tem que acreditar na gente porque ninguém é melhor que ninguém e nós mulheres precisamos saber que somos capazes como os homens e assim buscar e lutar por um mundo melhor. As dificuldades existem, mas nós não podemos desistir, porque somos capazes e se organizarmos a gente chega onde quer” (Pronunciamento na Câmara Municipal, Caraúbas, março de 2005).

Esse depoimento mostra que, potencialmente, as mulheres estão preparadas para realizar um trabalho de luta, de reivindicação e de conquista por novos espaços, ou seja, já existem as condições postas para que o trabalho com a questão de gênero no município de Caraúbas tenha continuidade. Elas reconhecem a própria força, a sua participação como sujeito histórico do processo. Contudo, o que falta é incentivo dos órgãos públicos, políticas públicas estratégicas que garantam a sua participação e interesses, uma maior mobilização privilegiando as expectativas e interesses das mulheres.

As organizações de classe, como sindicato, quando privilegiam as diferenças de gênero supõem caminhos abertos propulsores das mudanças práticas e estratégicas contra a opressão/subordinação, e são nesses locais que as mulheres devem ter uma atuação ainda mais estratégica.

Após a realização do seminário, duzentas e cinquenta (250) mulheres da zona rural do município de Caraúbas realizaram uma passeata pelas principais ruas do centro da cidade com o grito de guerra: **MULHERES UNIDAS PARA TRANSFORMAR A VIDA!** Carregavam também, cartazes e faixas com reivindicações por seus direitos. A passeata culminou em

manifestações em praça pública dando um exemplo de um movimento organizado e criativo, e chamando a atenção da opinião pública para a problemática das mulheres. Durante o evento, as mulheres mostraram o seu grau de organização e nível de consciência dos problemas que as afligem, vinculando a um contexto mais amplo de subordinação e exploração em relação aos homens.



***Figuras 28 e 29 – Caminhada das agricultoras familiares e manifestações públicas contra desigualdades de gênero***

Cartazes com frases machistas foram queimados em praça pública como forma de protesto. Dentre as frases constavam “Mulheres de Mirandas sofrem tudo caladas”; “Mulher é como bolacha em todo canto se acha”; “Lugar de mulher é na cozinha”; “A mulher manda na casa, mas quem manda na mulher é o homem”; “Homem que traí mulher é macho, mulher que trai é sem vergonha”; “O espaço do homem é na rua, e mulher é em casa”; “Mulher só sabe dirigir fogão”.

Além de apresentações culturais, as lideranças femininas de cada comunidade manifestaram o descontentamento, enquanto mulheres, com as precárias condições que vêm enfrentando em relação à violência, saúde, educação sexual e desigualdade entre homens e mulheres, através de pronunciamentos, denúncias e reivindicações.

A violência contra a mulher<sup>92</sup> foi uma tônica nos pronunciamentos: “Nós como mulheres não podemos mais aceitar tanta violência contra a mulher. Vamos lutar contra a desigualdade e a violência”. A idéia de que a violência contra as mulheres era um problema estritamente do casal, particular, pessoal, ou seja, referia-se apenas à esfera privada, onde ninguém poderia interferir, tem sido refutada. Assim, nesse período, em nome da honra masculina, as mulheres eram vítimas da violência e de maus tratos, chegando algumas a serem assassinadas.

A luta do movimento dessas mulheres é direcionada no sentido de buscar estabelecer novos valores sociais, nova moral e nova cultura. Como resultado, construir uma sociedade mais democrática com maior igualdade entre homens e mulheres, reduzindo as desigualdades de gênero. Segundo uma das mulheres “Companheiras, esse dia significa um grande passo para nós, mas ainda temos muita coisa para conquistar na luta por nossos direitos. Companheiras, vamos à luta por nossos sonhos!”.

A luta pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres tem como finalidade neutralizar, ou ainda, ultrapassar as barreiras visíveis e invisíveis que existem e que impedem a participação econômica, política e social das mulheres, em especial as residentes na zona rural do semi-árido nordestino, como afirma uma das participantes do evento “Muita coisa melhorou, mas muita coisa ainda tem que melhorar para que a mulher alcance seu espaço”.

Compreende-se, a partir desse depoimento, a necessidade, entre as mulheres de se defender e de se promover a idéia de que todos os seres humanos, independente dos papéis

---

<sup>92</sup> A violência contra mulheres é compreendida em sua amplitude e complexidade e consiste, segundo a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, mais conhecida como "Convenção de Belém do Pará", em junho de 2004, em " ... todo ato realizado contra elas que tenha como resultado possível ou real um dano físico, sexual ou psicológico, incluídas as ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na privada"

sociais culturalmente atribuídos a mulheres e homens, são livres de desenvolver as suas capacidades pessoais e de fazer escolhas.

Apesar de ser muito prematuro avaliar o impacto do engajamento do movimento das mulheres na luta contra as desigualdades de gênero na zona rural de Caraúbas, pode-se verificar que a participação, a mobilização e o engajamento das mulheres refletem uma maior conscientização de suas problemáticas e direitos.

O movimento possibilitou também às mulheres exercerem liderança nas comunidades a que estão inseridas e na busca de solução dos seus problemas peculiares. Houve, ainda, uma elevação de consciência das suas necessidades e na habilidade de analisar os problemas em termos dos direitos, interesses e identificação das necessidades especiais das mulheres.

A comemoração alusiva ao dia internacional da mulher no município de Caraúbas não deixa dúvidas quanto ao potencial das mulheres, encontrando-se em estado latente, necessitando apenas de um pouco de estímulo para desencadear questionamentos, discussões e, principalmente, mobilização em torno dos seus interesses. Para uma das integrantes da Atos:

“A mobilização das mulheres do dia internacional da mulher foi um resultado de consciência política, de articulação, de participação das mulheres. Elas não se davam conta da importância que elas tinham politicamente na sociedade e na família” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

Mesmo após um ano do término do PROASNE no município, continua muito forte no meio rural a mobilização das mulheres através das associações; nas discussões, em defender o melhor, em querer algo novo.

Entretanto, dos oito grupos de mulheres formalizados pelo PROASNE e ATOS, apenas três continuam ativos e se reunindo regularmente, os demais não têm periodicidade nas reuniões.

No entanto, apesar de, nas demais comunidades trabalhadas pelo PROASNE, as mulheres não terem uma organização formal própria, na leitura de uma integrante da Atos sobre a participação das mulheres, a mesma declara que ela se dá em outros espaços:

“O que eu vejo, atualmente, são as mulheres em espaço de associação comunitárias, nas reuniões, nos fóruns das associações. Estas mulheres é que a gente não via antes. Nas organizações de dentro do sindicato, na comissão de mulheres. Para a gente que trabalha com as mulheres, a gente percebeu que, é como se acendesse uma luz para as mulheres, porque elas se sentiam ninguém, excluídas, como se elas não soubessem fazer as coisas, não tivessem potencial e a partir desses momentos que tiveram, elas se sentiram com a auto-estima elevada. Hoje elas conseguem perceber um valor maior, elas conseguem se unir umas com as outras mais. A gente vê muito isso” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

A participação das mulheres não se restringiu apenas às associações comunitárias, mas voltou-se também para o sindicato dos trabalhadores rurais.

“Antes do PROASNE, era muito tímida a participação das mulheres tanto nas associações comunitárias como também no sindicato. Hoje, a gente já sente uma intervenção mais ativa das companheiras. Depois mesmo do término das ações do PROASNE, outras atividades já aconteceram e elas à frente participando. Sobre isto eu posso citar a mais recente aqui que foi o Fórum Social Potiguar que aconteceu em Mossoró e levamos uma caravana de Caraúbas onde 80 a 90% dos participantes eram mulheres” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro de 2005).

Dessa maneira, as mulheres vêm despertando a consciência de que o sindicato não é só do trabalhador, do homem, do esposo, do seu companheiro, mas também lhe diz respeito, que ela tem também que lutar, que conquistar o espaço sindical. As trabalhadoras rurais de Caraúbas estão lutando pelo acesso ao crédito, sobretudo pelo PRONAF/Mulher que é um crédito

específico para a agricultora familiar. Ainda que com alguns desafios a serem superados, alguns entraves, já há um início dessa intervenção e desse acesso.

Os grupos de mulheres trabalhados pelo PROASNE/ATOS participaram da Marcha das Margaridas<sup>93</sup>. Essa marcha é um evento nacional que ocorre todos os anos em Brasília, onde milhares de mulheres de todo o Brasil participam para discutir as problemáticas de gênero, fazer reivindicações, lançar propostas.

Dezoito mulheres das comunidades rurais de Caraúbas em que o PROASNE/ATOS desenvolveu atividades de gênero, viajaram para participar da marcha. Isso pode ser considerado um grande avanço se for considerado que muitas destas mulheres mal tinham a oportunidade de sair de casa.



*Figuras 30 e 31 – Participação das agricultoras familiares na Marcha das Margaridas*

A caminhada e manifestação pública no Dia Internacional da Mulher foi, inicialmente, um grande passo e, posteriormente, elas tiveram a oportunidade de ir à capital do país onde, juntamente com tantas milhares de mulheres, puderam debater temas de seus interesses.

<sup>93</sup> A Marcha das Margaridas é a versão brasileira da Marcha Mundial das Mulheres 2000. O nome é uma homenagem a Margarida Alves, líder rural assassinada em 1983, e tem como objetivo fortalecer a participação da mulher na Reforma Agrária e na Agricultura Familiar, garantir direitos trabalhistas e sociais e combater todas as formas de violência.

A participação das mulheres constitui instrumento importante para a consolidação da cidadania feminina e permite que elas tenham seus direitos reconhecidos, possam incluir suas reivindicações nas decisões políticas, reforçando os espaços de socialização e descentralização, ampliando o seu papel enquanto sujeitos sociais. Essa participação se consolida no exercício do controle social, na formulação, no planejamento, na gestão, na execução e na avaliação das políticas públicas, o que contribui para o fortalecimento das mulheres.

#### **4.2.2 A formação do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável: Um Modelo apresentado Internacionalmente**

Como consequência do despertar possibilitado pela 1ª Feira de Sustentabilidade de Caraúbas ocorreu à realização do 1º Seminário Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado, conforme exposto anteriormente, organizado pelos órgãos governamentais e não governamentais do município. Esse seminário favoreceu uma maior integração das políticas públicas locais e, posteriormente, resultou na composição do Conselho Municipal<sup>94</sup> de Desenvolvimento Rural Integrado Sustentável de Caraúbas (COMDERIS)<sup>95</sup>.

Segundo o presidente do conselho, a criação do mesmo tem como objetivo discutir as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural no município a fim de que haja o desenvolvimento de cada comunidade em Caraúbas.

---

<sup>94</sup> "A criação de conselhos tornou-se um fato nos municípios brasileiros, seja por força de suas leis orgânicas seja por força das legislações federal ou estaduais. Inicialmente, os conselhos eram considerados uma forma autônoma de organização da população diante do Estado. Hoje, busca-se a *partilha do poder* (Stein, 2000:79).

<sup>95</sup> O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Integrado Sustentável, identificado pela sigla COMDERIS, foi criado e institucionalizado pela Lei Municipal Nº 677 de 27 de Junho de 2003, órgão consultivo e deliberativo da política de Desenvolvimento Rural do Município de Caraúbas, Estado do Rio Grande do Norte, tem funcionamento permanente, rege-se por este Regimento Interno e pelas normas aplicáveis.

O COMDERIS tem como principais competências desencadear um processo de construção, apreciação e aplicabilidade do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado (PMDRSI); sugerir ao Executivo Municipal e aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município ações que contribuam para o aumento da produção agrícola e não agrícola e para a geração de emprego e renda no meio rural; à preservação do meio ambiente; à organização comunitária mediante políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal assegurando a participação efetiva da população.

Como defende Degennszajh (2000), "os conselhos são canais importantes de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos e, principalmente, de construção de um processo de interlocução permanente" (Degennszajh, 2000:66). A autora compreende, ainda, que a interlocução tem como finalidade propor alternativas de políticas públicas nas quais os espaços públicos de debates criados estabeleçam mecanismos de negociação e pactuação capazes de penetrar na lógica burocrática estatal para transformá-la e exercer o controle socializado das ações e deliberações governamentais.

Entretanto, precisa-se considerar o nível local como cenário de lutas, tensões e assimetrias estruturadas em torno de interesses sociais distintos e nem sempre conciliáveis. Surge, dessa maneira, a necessidade de criação de espaços que contemplem os interesses específicos daqueles que não têm e não tiveram, historicamente, suas reivindicações contempladas. A esse respeito, Jara (1998) vai argumentar a necessidade de que os conselhos municipais não se transformem em meros representantes da classe dominante terminando por consolidar os interesses dela. Para este autor:

“A idéia de introduzir nos *Conselhos Municipais* o jogo de interesses dos diversos atores sociais faz necessário repensar a questão da representação e das atribuições, assim como das capacidades e recursos que dispõem os seus membros para definir prioridades, propor alternativas, exercer influência sobre as decisões e executá-las. Trata-se de refletir o problema do acesso dos grupos sociais excluídos ao poder local,

garantindo que os Conselhos não virem instrumentos burocráticos para referendar as decisões da classe dominante” (Jara, 1998: 101)

Nessa mesma compreensão, Degennszajh (2000) afirma que é necessária uma modificação tanto do Estado quanto da sociedade em direção à construção de esferas públicas autônomas e democráticas no campo das decisões políticas. Para tanto, a sociedade civil, na compreensão da autora, precisa “construir alianças em torno de pautas coletivas, a transcender a realização de interesses particulares e corporativistas, convocada ao exercício de mediação social e política para o atendimento de demandas populares” (Degennszajh, 2000:66).

Para uma maior representatividade da população do município, o COMDERIS<sup>96</sup> foi composto por 15 (quinze) conselheiros(as) representantes do poder governamental e da sociedade civil, representantes dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, das áreas de assentamentos de reforma agrária, colônia de pescadores, cooperativas, igrejas, Governo Municipal, Governo Estadual, Câmara Municipal de Vereadores.

Para o presidente do conselho, existem diferenças do CONDERIS para os demais Conselhos de Desenvolvimento Rural criados em outros municípios do Estado. Uma primeira diferença seria à própria representação. Segundo ele, os conselhos de Desenvolvimento Rural, pela proposta padrão da Secretaria de Desenvolvimento Solidário do governo do Estado, é paritário, ou seja, 50% formado pela sociedade civil e 50% pelos órgãos governamentais. No conselho de Caraúbas, a sociedade civil está mais representada com algo em torno de 70% da sociedade civil e 30% dos órgãos governamentais. O segmento que está melhor representado no conselho é o dos agricultores familiares.

---

<sup>96</sup> O referido conselho possui três câmaras técnicas: PRONAF, Programa Desenvolvimento Solidário e Crédito Fundiário.

A outra diferença está relacionada à abrangência do conselho. Na compreensão do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, enquanto os demais conselhos funcionam com 10 membros, no CONDERIS existem 15 participantes. Outro aspecto que o distingue dos demais refere-se a instituição de três câmaras técnicas de caráter permanente, uma do PRONAF, que discute este projeto, uma que discute justamente o Desenvolvimento Solidário e outra que discute o crédito fundiário".

O referido conselho, como todos os demais conselhos municipais, apesar de não governar e de não legislar, pode ter uma importância fundamental para o fortalecimento do poder local na medida em que transmite opiniões, demandas, critérios e, principalmente, o interesse das próprias comunidades rurais, deliberando e formulando propostas de atuação. O interesse coletivo acrescido das informações técnicas está funcionando essencialmente como instâncias de discussão e diálogo social.

Na análise de Degennszajh (2000), a busca por novos espaços de participação da sociedade civil deu-se, entre outros aspectos, pela definição no texto constitucional de 1988, de instrumentos que possibilitassem a publicização das políticas sócias. Dessa maneira, foi estimulada a construção de mecanismos de transferência de parcelas de poder do Estado para a sociedade civil organizada nas quais os conselhos paritários e deliberativos, no âmbito das políticas públicas, foram a estratégia privilegiada.

Os conselhos municipais podem cumprir uma função de caráter descentralizador dos processos decisórios locais, tendo a capacidade de se converterem em instrumentos que podem estimular a democratização do poder local (Jara, 1998). Entretanto, para Stein (2000), apesar de

ser consenso sobre a importância da descentralização<sup>97</sup> no que se refere à ampliação e consolidação, a autora afirma que há divergências sobre o seu significado, alcance e limites, como também as formas e instrumentos para concretizá-la.

Sob essa perspectiva, Jara (1998) declara que, em termos teóricos, os conselhos municipais são criados com a finalidade de descentralizar e democratizar as decisões em nível local, mudando, dessa maneira, a dinâmica da gestão municipal. Todavia, na prática, é a descentralização fortalecendo o poder local tradicional mediante a recentralização e reconcentração das decisões tomadas.

Dessa maneira, é necessário que os conselhos sejam integrados por interlocutores que tornem possível uma participação livre e representativa, de maneira a estabelecer a democratização do desenvolvimento da municipalização. Nesse processo, torna-se premente o reconhecimento do pluralismo de visões e a existência de interesses em conflito.

Na compreensão da assistente social da ATOS, o CONDERIS, além de vir dando credibilidade e força à zona rural do município, está sendo, também, um instrumento de pressão aos órgãos públicos, espaço de discussão da problemática semi-árida e um exercício de cidadania e democracia.

“Hoje o conselho tem uma atuação muito importante no município, na questão de aprovação dos projetos que são executados em parceria com o governo do estado. Todos os projetos têm que passar pelo aval do conselho, se não o governo não aprova o Programa de Desenvolvimento Solidário, o Crédito Fundiário”.

---

<sup>97</sup> Para Stein (2000) a descentralização se tornou, para muitos, sinônimo de democracia, passando a ser um componente inquestionável e imprescindível que possibilitaria à maior equidade na distribuição de bens e serviços e à maior eficiência na operação do aparato estatal (Stein, 2000:74).

O dinamismo dos conselhos depende, em grande medida, da sensibilização, capacitação, conscientização, informação e mobilização das comunidades. Por isso, há necessidade de reforçar a organização social, a força associativa, ampliando o poder de decisão e participação da população das comunidades.

Refletindo este anseio, o CONDERIS, utilizando-se do mapeamento geo-político do município elaborado no 1º Seminário de Desenvolvimento Rural Sustentável, dividiu Caraúbas em cinco regiões formadas por pólos de desenvolvimento comunitário. Cada pólo tem uma coordenação onde tem de cinco a dez associações comunitárias. Essas associações se reúnem e elegem a liderança que vai coordenar o pólo. Dessas lideranças, é eleita a coordenação do fórum das associações.

O município de Caraúbas possui sessenta (60) associações. O conjunto de associações forma o Fórum de Articulação Local das Associações Rurais do município de Caraúbas. As associações vêm se reunindo periodicamente e, mensalmente, ocorre a reunião do Fórum das Associações. O fórum é representado no conselho com cinco conselheiros por cada região.

Essa participação e envolvimento da população são importantes para o planejamento da municipalização, pois a partir da gestão democrática do conselho os interesses dos atores sociais envolvidos são identificados.

Um agricultor familiar integrante do fórum tem clareza ao afirmar da necessidade de reunir força para lutar pelos interesses deste segmento: “Uma associação para lutar só é muito dificultoso, tem que estar junto das outras para lutar. Nós criamos o Fórum das Associações para a gente lutar” (Entrevista realizada na sede da associação das mulheres de Mirandas, janeiro de 2005).

O fórum vem sendo, assim, um espaço onde se reúne as opiniões, as idéias, as interpretações, as experiências da população rural. Segundo Jara (1998), a “leitura dos problemas que

afetam a comunidade possibilita a análise das causalidades e contradições, facilitando a tomada de decisões, a formulação de políticas e o encontro de posições consensuais” (Jara, 1998:205). E ainda expõe:

“É preciso dar oportunidade para que os atores sociais expressem o que querem resolver, seus interesses, identificando alternativas de solução por ordem de prioridade, como e com que realizá-las. A nosso ver, o grande desafio do governo local, além de reforçar o tecido associativo das comunidades e ampliar as capacidades técnicas de análise e gestão, é delegar aos atores e movimentos sociais do município a oportunidade de serem sujeitos de seu próprio desenvolvimento, fazendo do planejamento um instrumento a serviço da qualidade de vida, eqüidade e bem-estar” (Jara, 1998:105).

Todas as questões relativas às comunidades rurais são tratadas no conselho e, segundo o presidente do CONDERIS: “Era justamente nossa intenção que tudo que se relacionasse à questão de desenvolvimento rural do município passasse por esse fórum, discutisse como levar adiante os projetos, as atividades. Aí, está funcionando”.

Fica claro, com o depoimento acima, a necessidade dos conselhos municipais atuarem como articuladores e integradores de múltiplos interesses comunitários, orientando os processos de planejamento local, as decisões. O caráter consultivo emerge da capacidade para interpretar a realidade municipal, debater as diferentes alternativas, reconhecendo como legítimos os mais diversos interesses .

Em julho de 2004, o presidente do CONDERIS recebeu o convite para participar e apresentar a experiência do conselho na 1º Conferência Internacional de Desenvolvimento Local, promovida pelo Banco Mundial em Washington, nos Estados Unidos da América.

Nessa conferência, segundo o presidente da CONDERIS, foi apresentada a proposta do conselho único. Em termos de Brasil, participaram, além do Rio Grande do Norte (RN), os

Estados da Paraíba (PB) e Minas Gerais (MG). Em Minas Gerais, a experiência esteve relacionada ao segmento urbano. No que se refere ao segmento rural, o Estado da Paraíba apresentou experiência de projetos desenvolvidos nas associações e, somente Caraúbas/RN, apresentou a experiência em termos de conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável.

A experiência em conselho comunitário em Caraúbas vem mostrar que, mediante espaços de negociação, estão sendo estimuladas as discussões, oferecendo novos elementos para as reflexões, definindo as melhores estratégias de desenvolvimento. Nesse sentido, o conselho de Caraúbas está tentando fugir de uma convencional abordagem tecnocrática de governabilidade local para uma perspectiva de diálogo permanente entre atores sociais e institucionais, facilitando o protagonismo local e municipal e fortalecendo o processo de descentralização.

#### **4.2.3 Fortalecimento das organizações locais**

O desenvolvimento local sustentável procura valorizar as iniciativas da localidade, consideradas espontâneas de acordo com as reais necessidades e aspirações dos seus habitantes. Desenvolver a localidade só é possível quando se pensa em aproveitar e fomentar a participação dos grupos existentes em suas mais variadas formas de organização, principalmente no que elas trazem de positivo e de eficaz.

Na perspectiva da assistente social da ATOS, o município de Caraúbas avançou em termos de articulação com outras instituições devido às ações do PROASNE, conforme pode-se verificar no seguinte depoimento: “A ação mais significativa da parceria ATOS/PROASNE foi a articulação de várias entidades que hoje trabalham como parceiras, como a ATOS e o sindicato. Antes havia um trabalho entre eles, mas eu acho que com o projeto fortaleceu ainda mais” (Entrevista realizada em sua casa, Caraúbas, janeiro, 2005)..

A contribuição da parceria ATOS/PROASNE, segundo as entrevistas realizadas com a assistente social, a socióloga e com o próprio presidente da organização, refere-se, também, à oportunidade da ONG mostrar seu trabalho às comunidades e estar mais presente e visível no município. Outro fator importante, para eles, está relacionado ao despertar da Atos em buscar novas parcerias, conforme pode ser observado nos seguintes depoimentos:

“Atualmente, temos parcerias com o projeto Dom Hélder que tinha antes, mas hoje é bem mais forte. Fizemos projetos para Petrobrás, Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Sistemas de Produção em Águas Profundas (PROCAP), já mandamos vários projetos para a fundação Banco do Brasil, SEBRAE. O PROASNE veio e mostrou os caminhos para a gente em termos de buscar parcerias” (Entrevista realizada com o presidente da Atos em sua casa, Caraúbas, janeiro de 2005).

“Quando a gente perguntava às pessoas sobre a ATOS em Caraúbas, elas diziam: “Não, não conheço”. Só quem sabia eram aquelas comunidades específicas que a gente trabalhava e, depois da Feira de Sustentabilidade, a Atos passou a ser mais respeitada no município, mais conhecida, vendo um trabalho que a gente fazia” (Entrevista realizada em sua casa, Caraúbas, janeiro de 2005).

“A parceria ATOS/PROASNE deu muita visibilidade a nossa organização para o município. Nem a gente mesmo compreendia a grandeza do trabalho que a gente fazia, a necessidade que a população tinha dele (Entrevista realizada em sua casa, Caraúbas, janeiro de 2005)..

Percebe-se, nesse último depoimento que, o despertar da potencialidade da ATOS não se restringiu, apenas, ao município. Os próprios integrantes da ONG passaram a ter uma nova percepção da importância do trabalho que eles realizavam. A parceria do PROASNE com a ATOS deu-se, inicialmente, com a realização do trabalho com a questão de gênero em sete comunidades do município e, posteriormente, com a realização da 1ª Feira de Sustentabilidade, na qual a coordenação geral do evento ficou sob a responsabilidade da Atos, representada pelo presidente da mesma.

Outro organismo que foi fortalecido, segundo um dos habitantes de Caraúbas e professor de uma das escolas da comunidade de Mirandas, depois das ações da Feira de Sustentabilidade, foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, conforme o seguinte depoimento: “O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caraúbas sempre foi um sindicato muito atuante na região. Agora, eu percebo que quando os sindicalistas viram a mobilização da Feira de Sustentabilidade, o sindicato também melhorou a sua atuação” (Entrevista realizada na Pousada Aconchego, Caraúbas, janeiro, 2005).

Após a realização dessa feira no município, o sindicato dos trabalhadores rurais promoveu o Grito dos Excluídos<sup>98</sup>. No ano de 2003, o Grito dos Excluídos teve como lema: “Tirem as mãos, o Brasil é nosso chão!” Com esse lema, o grito procurou abordar e chamar a atenção da sociedade para três questões cruciais: a ALCA<sup>99</sup>, a dívida externa e a Base de Alcântara. O Grito dos Excluídos, nesse ano, promoveu a realização de um grande abaixo-assinado reivindicando a realização imediata de uma auditoria pública sobre a Dívida Externa Brasileira e convocação de um plebiscito oficial sobre a ALCA.

Em Caraúbas, o grito foi articulado durante os dias 01 a 05 de setembro por várias entidades representativas, tendo à frente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a ATOS, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, as Pastorais da Juventude e da Família, Fórum das Associações Rurais e as Associações de Moradores de Bairros.

---

<sup>98</sup> A idéia do Grito dos Excluídos teve início no final de 1994. Trata-se, a um só tempo, de denúncia e anúncio diante da situação real do país, denúncia de um modelo, simultaneamente, concentrador e excludente, e anúncio de caminhos novos em que todos possam ser incluídos. Em poucas palavras, o pano de fundo do Grito dos Excluídos tem sido o debate massivo e a conscientização sócio-política em torno da soberania nacional. Neste sentido considera-se não apenas o destino do país, mas, sobretudo da qualidade de vida da população, particularmente dos setores mais excluídos da nossa sociedade.

<sup>99</sup> Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). É um acordo de livre comércio que pretende estender desde o Alasca (norte do Canadá) até a Terra do Fogo (sul da Argentina) unindo a economia do Hemisfério, aumentando a integração social e política entre os países

A programação constou de uma marcha pelas ruas de Caraúbas, visita de mobilização junto às escolas, bairros e comunidades rurais, realizando o abaixo-assinado; participação em programas de rádio local, panfletagem e a realização de um debate com o tema “A ALCA, a Dívida Externa e suas conseqüências para a sociedade brasileira”

Referente à organização do Conselho Comunitário de Mirandas, um professor da comunidade destacou o fortalecimento do mesmo após a realização da Feira de Sustentabilidade. O fortalecimento de associações que representem a localidade deverá ser a tônica de qualquer projeto de desenvolvimento local sustentável, pois é campo, através da formação para o exercício pleno da cidadania e do intercâmbio de experiências significativas vivenciadas pela população local para que, a partir de sua multiplicação, se viabilize a sustentabilidade do povo sertanejo. Na visão de um agricultor familiar da comunidade de Mirandas,

“A participação no conselho hoje é maior do que era antes (Feira de Sustentabilidade). Nós voltemos a acreditar na luta. Hoje estamos esperando uns projetos que, se iniciar, nós temos tudo. Os obstáculos, nós temos que pular. Enquanto eu for vivo... Hoje estamos mais organizados” (Entrevista realizada na associação das mulheres, Mirandas, Caraúbas, janeiro de 2005).

Percebe-se, nesse pronunciamento, o desejo de mudanças, de continuar prosseguindo na luta pela melhoria da qualidade de vida da população da comunidade de Mirandas. Todavia, apesar da confiança e potencialidade dos próprios agricultores em construir um novo rumo e direção, ele compreende que necessitam, também, da implementação das políticas e programas das instituições para o atendimento dos seus interesses. Segundo esse mesmo agricultor,

“Hoje nós temos muito mais facilidade de lutar até porque no início a gente só contava com o PAPP, a única entidade que dava apoio a gente. Hoje nós temos várias entidades, temos o Banco do Brasil, temos a Fundação Banco do Brasil,

Fórum das Associações, Sindicato, a ATOS, a prefeitura, o Governo do Estado ao nosso lado que não tinha isso antes”.

As organizações associativas vêm aprendendo que é necessário articular-se não só para a troca de informações, mas para lutas conjuntas, e que a própria luta local se reforça com o estabelecimento de parcerias. O exercício da participação social supõe espaços públicos e coletivos nos quais os diversos atores sociais possam expressar suas reivindicações, informar-se, dar visibilidade a suas demandas, descobrir alternativas que atuem com capacidade para propor alternativas relevantes para o conjunto da sociedade a que está inserida.

O desenvolvimento sustentável não é, dessa maneira, dependente apenas da otimização dos recursos e fatores de produção, mas, também, de fazer emergir e possibilitar recursos e capacidades escondidas, dispersas ou não utilizadas.

Pode-se inferir, neste capítulo, que o desenvolvimento local sustentável é um campo em processo de elaboração que, quando despertado e potencializado anima os atores sociais a expressarem novas dinâmicas advindas da sociedade civil, constituindo um ponto de partida na construção de referências de desenvolvimento sustentável. Esse ponto de partida, quando vinculado aos interesses de todos os segmentos da sociedade, em especial das classes subalternas, podem viabilizar a abertura de novos rumos de desenvolvimento que privilegiem práticas mais democráticas, mais cidadãs e mais sustentáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O semi-árido brasileiro é uma região rica com beleza natural, com grande potencial econômico, poesia, povo sábio, resistente, crédulo, mas a sobrevivência na região encontra dificuldades por causa da complexidade dos problemas gerados historicamente pela incompreensão das condições ambientais e pelas estruturas econômicas e políticas que produzem e reproduzem a exploração e a dominação da população.

As ações do PROASNE na comunidade de Mirandas e no município de Caraúbas buscaram o fortalecimento dos atores sociais locais, articulando os movimentos sociais que se encontravam desorganizados ou mecanicamente fragmentados, orientando uma nova ética, um outro significado de vida. Estimulou, ainda, o fortalecimento das instituições locais que se encontravam em descrédito, propagando energia democrática e criativa. As mesmas abandonaram projetos individualizados e passaram a perseguir e articular projetos comuns, estabelecendo vínculos de cooperação e solidariedade entre as comunidades.

Percebe-se que, apesar da população não se utilizar da terminologia de sustentabilidade, há um desejo e interesse em que os projetos possuam um caráter mais de permanência. A população está potencialmente pronta para atividades e projetos que tenham esse interesse. Os agricultores familiares sabem, empiricamente, que projetos clientelistas funcionam de forma paternalista, assim há um interesse neles em projetos que tenham sustentabilidade que possam perdurar na comunidade e que tragam resultados além do imediato.

Na verdade, o processo de sustentabilidade do desenvolvimento local é complexo, lento e multidimensional, todavia, quando adequadamente concebido e operacionalizado permite a criação e/ou fortalecimento de organizações comunitárias e/ou empreendimentos associativos, os quais podem conduzir à descentralização do processo decisório e da gestão do desenvolvimento

local, aumentando a participação e mobilização social, que constituem fundamentos essenciais à construção de sociedades mais democráticas, justas e solidárias.

Considerou-se, no decorrer da pesquisa, que o trabalho realizado pelo PROASNE e por causa da própria metodologia do mesmo, o surgimento de lideranças locais, envolvimento das instituições públicas e organismos não governamentais que possibilitaram a sustentabilidade das ações do projeto e, inclusive, transcendendo-as mesmo depois de seu término.

De fato, a experiência criou alguns mecanismos de mediação e negociação entre a população e as instituições governamentais e não governamentais em torno dos aspectos sociais, econômicos, ambientais, começando a romper com práticas assistencialistas, apesar de não ter produzido efeitos significativos sobre as políticas públicas.

A avaliação da experiência mostrou avanços no município quanto a um maior entrosamento entre os diversos grupos organizados, à oportunidade de exercício permanente da cidadania; à consciência do direito a participar de ações coletivas referentes a planos, decisões, execução; à busca de alternativas de políticas públicas e à preocupação com todo o município e não apenas com algumas comunidades.

Todavia, seria ingênuo considerar que a população local esteja produzindo interferências que estejam mudando radicalmente as condições locais e fazendo desaparecer os problemas estruturais característicos da realidade do semi-árido nordestino. Por outro lado, é inegável que ocorreram ações que promoveram alguma melhoria econômica, estimularam uma maior organização das instituições e mobilização social.

Apesar do fenômeno da globalização tender a aprofundar o processo de exclusão já existente em regiões consideradas atrasadas, como grande parte do semi-árido nordestino, experiências consideradas exitosas de desenvolvimento local sustentável como exemplo a do

PROASNE em Mirandas, Caraúbas, apontam para grandes possibilidades de reversão das políticas que condenam essas regiões à pobreza crônica.

Entretanto, as experiências de desenvolvimento local sustentável ainda são localizadas e pontuais, não encontrando respaldo suficiente em organismos governamentais e sociais de nível Municipal, Estadual e Federal, os quais poderiam incentivar a sua replicação e generalização numa escala mais ampla, para produzir impactos condizentes com as necessidades básicas da população da região.

Para que essas múltiplas experiências possam vir a compor, no seu conjunto, uma alternativa de desenvolvimento para a região semi-árida, é imprescindível que haja um conjunto de prioridades, medidas, instrumentos e procedimentos capazes de exigir um novo sistema de gestão de políticas públicas que exercite o novo paradigma da relação entre Estado e Sociedade (descentralização, parceria, transparência, participação) e a integração das políticas públicas, entre elas a política macro-econômica, políticas setoriais e políticas sociais que redemocratize o acesso à terra, promova uma maior igualdade na distribuição da riqueza e renda, incluindo a articulação entre as diversas instâncias dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Este trabalho procurou atender as exigências de caráter científico sem perder de vista o aspecto de socialização do conhecimento adquirido mediante a experiência empírica. A pesquisa pretendeu mostrar, ainda, a viabilidade da região semi-árida e, de alguma maneira, contribuir para que futuras ações de desenvolvimento local sustentável possam ser realizadas, transcendendo a experiência desta localidade e com resultados ainda mais significativos para a sua população.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **A valorização do espaço rural, uma escolha da sociedade.** Texto (sem/data).

ABREU, Haroldo Baptista de. **As Novas Configurações do Estado e da Sociedade Civil.** Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social - Brasília: CEAD, 1999

ALMEIDA, Jalcione. **A problemática do desenvolvimento sustentável** In: Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade? 4ª edição. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2002, 241 pág.

ANDERSON, Perry **Balanco do Neoliberalismo** Disponível em:  
([http://www.politica.pro.br/Cursos/curso\\_crisis\\_aula1.htm](http://www.politica.pro.br/Cursos/curso_crisis_aula1.htm) )

ANDRADE, Ilza Araújo Leão. **A Revalorização Política dos Municípios no Brasil** In: O Município no século XXI, PROEX/UFRN Setembro, 2001

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 3ª edição (Revista e Atualizada). Editora Brasiliense, São Paulo, 1973

\_\_\_\_\_. **O Planejamento regional e o problema agrário no Brasil.** São Paulo, HUCITEC, 1976 (Estudos Brasileiros, 4).

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, A M. da e MACÊDO, C. A. **Do açúcar para o algodão: a mudança do eixo econômico favorece o interior do estado.** História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: Disponível em: <URL: [www.seol.com.br/rnaweb/](http://www.seol.com.br/rnaweb/)> Acesso em 09 de novembro de 2005.

ARAÚJO, Severina Garcia. **Assentamentos Rurais: Trajetória dos trabalhadores assentados e Cultura Política: Assentamento Fazenda Zabelê.** Tese de doutorado pelo Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura – CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências.** Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000

\_\_\_\_\_. **Bases Conceituais: Descentralização e desconcentração** In: Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000

BAVA, Sílvio Caccia. **Desenvolvimento Local: Uma alternativa para a crise social?** São Paulo em Perspectiva 10(3) 1996

BECKER, Dinizar Fermiano (org.) **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4ª edição. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2002, 241 páginas.

BONANNO, Alessandro. **A Globalização da Economia e da Sociedade: Fordismo e Pos-Fordismo nos Setor Agroalimentar** In CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (org.) Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças Socioeconômicas em Regiões Frutícolas para Exportação. Editora Universitária, Recife, UFPE, 1999 360p.

BRANCO, Adélia de Melo. **Mulheres da Seca: luta e visibilidade numa situação de desastre** – João Pessoa: UFPB, Ed. Universitária, 2000 220 pág.

\_\_\_\_\_. **A Mulher no Semi-Árido: condições de vida, vulnerabilidade, lutas e conquistas.** Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais, Trabalhos para discussão nº 87, Recife, 1998.

BRÜSEKE, Franz Josef. **O Problema do Desenvolvimento Sustentável** In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) Desenvolvimento e Natureza – São Paulo: Cortez, Recife, PE Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

BUARQUE, Cristina. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo In: **Seminário Internacional Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais** Natal, RN/Brasil, 14 a 17 de julho, 2003

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **Desenvolvimento Local e a democratização dos espaços rurais** (texto, s/data)

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO Disponível em: <http://www.cf8.org.br/index.php> Acesso em: 14/11/2005

CARDOSO, Alessandra. **O Novo Rural Brasileiro: abordagem a partir de uma economia regional, o Triângulo Mineiro** Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal de Uberlândia, MG, 1998

\_\_\_\_\_. Alessandra. **Transformações recentes no meio rural: a emergência de novas atividades.** Projeto de dissertação apresentado pela mestranda Alessandra Cardoso como requisito do Exame de Qualificação. Universidade Federal de Uberlândia Departamento de Economia Mestrado em Desenvolvimento Econômico, 1997.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção** In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, nº 11, pág. 53-75, out/1998

CARVALHO, Otamar de; SANTOS, José Aldo dos. **Contribuição da “Nova Sudene” para o Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste**, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, GTI- Grupo de Trabalho Interministerial para a Reciação da Sudene, Recife, junho de 2003.

CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos. **Breve Introdução à Economia da Sustentabilidade** In: \_\_\_\_\_. (org.) Desenvolvimento e Natureza – São Paulo: Cortez, Recife/PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos; PESSOA, Dirceu Murilo Pessoa. **A seca de 1979-80: Uma avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco** – Fortaleza: Banco do Nordeste, Recife, 2002 224 p. (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste, v. 3).

CAVALCANTI, Josefa Barbosa. Globalização e Ruralidade In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudey (org.) **Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**, 2000.

COSTA, João Bosco Araújo da. A Ressignificação do Local. O imaginário político brasileiro pós-80 In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo; Fund. SEADE, v10, nº 03. Jun/set. 1996

COSTA, Lúcia Cortez. **Gênero: Uma Questão Feminina?** Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/Gênero.htm>

DEGENNSZAJH, Raquel Raichelis. Desafios da gestão democrática das políticas sociais In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social** Módulo 3 -Brasília : UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

DINIZ, Paulo César; DUQUE, Ghislaine. Estimulando o debate sobre convivência com o semi-árido: Os bancos de semente comunitários no agreste da Paraíba IN: Duque Ghislaine (org) **Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento Ensaio e Pesquisas em Sociologia Rural** Editora Universitária / UFPB, 2002 João Pessoa.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA) **Diretrizes para Política de Controle da Desertificação no Rio Grande do Norte**, Secretaria de Planejamento e Finanças, junho, 2004.

DEPUTADO quer incluir mel na merenda escolar **Jornal Tribuna do Norte**, 2005 . Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/antiores/2005/03/17/mossoro/moss3.html> Acesso em 09 de novembro de 2005.

DUARTE, Renato **Dois Modelos para a Convivência do Produtor Rural com o Ambiente do Semi-Árido Nordestino**. Trabalhos para Discussão n.9/2001 Março • 2001 Fundação Joaquim Nabuco

ELIAS, Denise. Globalização e Modernização Agrícola. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGF Curitiba **Revista Paranaense de Geografia** Número 01 ISSN 1413-6155 1996.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. 2ª Edição. Instituto de Política Millennium 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Paz e Terra, 13º edição, Rio de Janeiro, 1983

GAREIS, Maria da Guia Santos. Homens livres pobres e discriminação social no Nordeste **Revista Espaço Acadêmico** nº 32 Janeiro 2004 Mensal, ISSN 1519.6186

GUSMÃO, Marcos (1999)- “O Sertão Virou Pó”. **Revista VEJA**, São Paulo, Edição 1.613, Ano 32, nº 35, 1º.09.99.

IAMAMOTO, Marilda O trabalho dos Assistentes Sociais frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social In: **Capacitação em serviço social e política social** : Módulo 1 : Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social - Brasília : CEAD, 1999. 129p.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Civilização Brasileira, 3ª edição Rio de Janeiro, 1995

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 4ª edição 256 pg.

JARA, Carlos Julio **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) : Recife : Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998.

LÖWY, Michael Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado Artigo publicado na **Revista Actuel Marx**, Paris, França, 1995

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil. As Lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Editora Vozes, 1990, 4ª edição Petrópolis, RJ

\_\_\_\_\_. **Expropriação e Violência. A questão política no campo**. 3ª edição Revista e Aumentada. Editora Hucitec. São Paulo, 1991.

MEDINA, Naná Mininni Os Desafios da Formação de Formadores para a Educação Ambiental In: PHILLIPI, Arlindo Júnior; PELICONI, Maria Cecília (ed.) **Educação Ambiental: Desenvolvimento de Cursos e Projetos** Universidade de São Paulo, São Paulo, Faculdade de Saúde Pública Núcleo de Informações em Saúde Ambiental : Signus Editora, 2000.

MELO, Lúgia Albuquerque de. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, 4 a 8 de novembro de 2002.

MOREIRA, Roberto José. **Desenvolvimento Rural Sustentável: Registros de Novas Ruralidades** Apresentado no Colloque Franco-Bresilien (LADYSS-CNRS – Université de Paris) “Agriculture et Ruralité au Brésil: Pour un autre modèle de Développement” (12-13, Junho de 2001). Notas extraídas de Projeto de Pesquisa apoiado pelo CNPq e pela FAPERJ.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras In: LESBAUPIN, Ivo (org.) **O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999

NUNES, Ylana Carolina M. NETO, Wenceslau Gonçalves. **A Inserção do Capital no Campo e a Problemática Fundiária 1979-1985** Um Estudo dos Jornais de Uberlândia [http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica/humanas2003/a\\_incercao.pdf](http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica/humanas2003/a_incercao.pdf) Acesso em 02/09/2004

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DO MEIO AMBIENTE **Perfil do Estado do Rio Grande do Norte**. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte -, Natal, 2002, 85 pág.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. Desenvolvimento Sustentável, Complexidade e Dimensões de um Conceito em Construção. In: **Sustentabilidade e Democratização das sociedades rurais da América Latina**. VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Porto Alegre, 2002.

PHILIPPI, Arlindo Júnior; PELICIONI, Maria Cecília. Recursos Humanos em Educação Ambiental: O Papel da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo In: PHILIPPI, Arlindo Júnior; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (ed.). **Educação Ambiental: Desenvolvimento de Cursos e Projetos** Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. Alguns Pressupostos da Educação Ambiental In: PHILLIPI, Arlindo Júnior; PELICIONI, Maria Cecília (ed.) **Educação Ambiental: Desenvolvimento de Cursos e Projetos** Universidade de São Paulo, São Paulo, Faculdade de Saúde Pública Núcelo de Informações em Saúde Ambiental : Signus Editora, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**, 2ª versão, Setembro/2002.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA) **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte** Natal: IDEC/SEPLAN, 1997, 180 p.

Proposta de Apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte ao Processo de Desenvolvimento Rural Sustentável (Versão Preliminar), março, 2003.

**Rede Mulher de Educação** Disponível em: <http://www.redemulher.org.br/mudar2.html>. Acesso em 22 de setembro de 2005.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia**. Programa de Seminários INEA sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais. Métodos de Análise e políticas de intervenção Roma, 30 de outubro de 1996.

SABOURIN, Eric. Ação Coletiva e organização dos agricultores no nordeste Semi -Árido IN: **37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, agosto 1999, Foz de Iguaçu – PR

SEBRAE/RN Diagnóstico e Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Caraúbas/RN – Natal: SEBRAE/RN, 1999.72p.

SILVA, José Graziano da (coord.) **A Irrigação e a Problemática Fundiária do Nordeste**, Campinas: Instituto de Economia: PRONI, 1988

STEDILE, João Pedro **A origem do latifúndio no Brasil** [http://www.apropucsp.org.br/r8\\_r6.htm](http://www.apropucsp.org.br/r8_r6.htm) acessado em 30/08/2004

STEIN, Rosa Helena. Implementação de Políticas Sociais no Brasil In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 3 – Brasília : UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**, São Paulo:Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o Global: Limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo, Cortez, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural**; Estudo Preliminar sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco (texto, s/data).

\_\_\_\_\_. A Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 15, pág. 87-146 out/2000

WEID, Jean Marc von der. **Qual Estratégia para o Desenvolvimento Rural?** Outubro/2001 (texto)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)